

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**PRISCILLA BERNARDINO NETO**

**UMA ANÁLISE ACERCA DA APLICAÇÃO DA REMISSÃO CUMULADA COM  
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA PELA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA  
COMARCA DE FLORIANÓPOLIS NO ANO DE 2011.**

**FLORIANÓPOLIS  
2012**

**PRISCILLA BERNARDINO NETO**

**UMA ANÁLISE ACERCA DA APLICAÇÃO DA REMISSÃO CUMULADA COM  
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA PELA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA  
COMARCA DE FLORIANÓPOLIS NO ANO DE 2011.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. MSc. Letícia Soares Nunes

**FLORIANÓPOLIS  
2012**

**PRISCILLA BERNARDINO NETO**

**UMA ANÁLISE ACERCA DA APLICAÇÃO DA REMISSÃO CUMULADA COM  
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA PELA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA  
COMARCA DE FLORIANÓPOLIS NO ANO DE 2011.**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Florianópolis, Julho de 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientadora**

Prof<sup>ª</sup>. MSc. Letícia Soares Nunes  
Departamento de Serviço Social da UFSC

---

**1ª Examinadora**

Prof<sup>ª</sup>. MSc. Mariana Santana Miceli  
Departamento de Direito da UFSC

---

**2ª Examinadora**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eliete Cibeles Cipriano Vaz  
Departamento de Serviço Social da UFSC

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus por me conceder discernimento, me iluminando e dando força e sabedoria ao longo desta etapa que se concretiza. Sou extremamente grata em razão de ser abençoada por tantas dádivas, pelas pessoas maravilhosas de minha convivência, pelas oportunidades que me reserva a cada dia.

O meu mais sincero e especial agradecimento eu dedico à minha mãe, Terezinha, pessoa que mais admiro por toda a sua inteligência, gentileza, carisma e determinação. Sempre nos incentivou a estudar, fez de tudo para que pudéssemos ter uma formação exemplar, que com certeza nos foi dada. Compreendeu as minhas escolhas quando a maioria desacreditava e aqui estou eu, concluindo uma segunda graduação em um país que ainda possui analfabetos.. Tenho muita sorte em ser filha de uma pessoa tão batalhadora e especial, espero te dar muito orgulho ainda!

Ao meu pai, Saint-Clair, homem de um caráter exemplar. Aprendi o significado de honestidade, determinação, integridade e seriedade contigo. Espero que cuide de sua saúde para que seus netos e bisnetos possam conhecer esse homem maravilhoso e que sempre fez de tudo pela família. Espero conseguir subir todos os degraus que subiste na vida e ser ainda mais parecida contigo.

Ao meu irmão, Mateus, por ter se tornado um profissional interessado e esforçado. O teu sucesso tem sido fruto de toda a tua dedicação em sempre buscar aprender. Fico muito feliz com toda a tua evolução e sei que este é só o começo de muitas conquistas e sucesso!

Ao meu namorado, Diego de Lara, por estar sempre ao meu lado me dando as forças necessárias para que eu consiga alcançar os meus e os nossos objetivos.

À professora Letícia Soares Nunes, por ter aceitado ser minha orientadora, por toda disposição, dedicação, profissionalismo, paciência, sendo essencial para construção deste trabalho. Sua participação neste processo foi importantíssima para que eu desse conta de tudo.

À professora Mariana Sant`Ana Miceli, membro examinadora da banca e meu anjo na fase inicial da pesquisa, a qual não passava de ideias, vontades e busca na concretização de uma pesquisa relevante unida a paixão pela temática. Agradeço imensamente pela disponibilidade e paciência em um momento tão sensível e turbulento na vida de um acadêmico. Minha inserção na Vara da Infância e da Juventude não teria se concretizado se não fosse pela tua ajuda. Meus mais sinceros agradecimentos!

À professora Eliete, que como sempre atenciosa, aceitou compor a banca examinadora deste estudo, e com isso, contribuir para a avaliação final do trabalho.

À Juíza Brigitte Remor de Souza May pela permissão de realização da pesquisa na Vara da Infância e da Juventude durante todo o semestre e pelo livre acesso aos dados necessários. Meus mais sinceros agradecimentos ao pessoal do cartório, ao Adauto, e principalmente à Juliana Lira, por ter sido profissional e prestativa em todos os momentos. Os dados não seriam coletados corretamente sem a tua orientação, sou muito grata! Agradeço ainda, ao Promotor Marcelo Wegner e ao Advogado Ênio Vieira Gentil Neto por terem participado do questionário e as suas assessoras Patricia e Giovana, que foram a ponte para que eu conseguisse a colaboração desses profissionais tão ocupados.

Ao PPGD/UFSC e seus funcionários, principalmente à Lilian e ao Fabiano por permitirem com que houvesse conciliação com as outras atividades realizadas durante o último ano. Durante todo o período fui muito agraciada pela amizade dos estagiários, Juan, Soraia, Bruna, Maryna, Thays, sempre muito queridos e ótimos profissionais, foi de extrema importância a presença de vocês durante as manhãs/tardes seja para um papo descontraído, seja para ouvir lamentações e reclamações. Sentirei sempre a falta da Era de Ouro e de todos vocês!

Ao ex Secretário Municipal de Assistência Social, Felipe Teixeira, por permitir que eu pudesse realizar meu estágio-obrigatório na SEMAS. A escolha pelo campo de estágio é um momento um tanto quanto turbulento, o qual não sabemos se terão vagas e no momento em que a vaga foi solicitada ela foi prontamente disponibilizada. Agradeço imensamente pela confiança depositada e faço votos de que tua caminhada seja repleta de sucesso, trabalho e ajuda para os que dela necessitem. É para fazer História!

Ao Programa Bolsa Família, local de estágio pelo período de um ano e de grande aprendizagem. Confesso que não foi fácil a adaptação e a aproximação com uma realidade só conhecida nas leituras. Agradeço à Daniela Teixeira, por ter sido minha supervisora e por sempre ter permitido com que eu pudesse realizar minhas outras atividades cumulativamente ao estágio. Aos colegas pelos desabafos e pelas descontrações, momentos tão importantes para a conclusão de todo o período.

Não poderia deixar de agradecer as minhas amigas da vida, Ana Paula, Gabriela, Rebeca, Elisa, Letícia, Larissa, por estarem presentes em minha vida a todo instante, mesmo distantes, mas sempre lembradas nas histórias e na saudade. Sou muito feliz em ter conquistado a amizade de vocês e por tê-las sempre que precisar. Agradeço também prima+madrinha Ariane, por além de parente ter sido amiga por toda a minha vida. Torço imensamente por ti e sei que Deus só te guarda coisas boas!

Ao Professor Alexandre Moraes da Rosa por ter deixado seu gabinete com as portas abertas para que eu utilizasse seus livros durante a pesquisa.

Aos colegas de curso, amigas formandas, principalmente, à Fabiula Bernardo, pessoa responsável, dedicada que sempre teve todo o conteúdo dominado. Foi minha professorinha e me acalmando em muitos momentos de crise. Tenho certeza do teu sucesso e da tua capacidade de ser uma ótima profissional.

Enfim, a todas as pessoas que participaram deste longo processo, muito obrigada!

*“A pesquisa é um trabalho árduo, mas, assim como todo trabalho desafiador bem feito, tanto o processo quanto os resultados trazem enorme satisfação pessoal. Além disso, as pesquisas e seus resultados são também atos sociais, que exigem uma reflexão constante sobre a relação de seu trabalho com os leitores e sobre suas responsabilidades, não apenas perante o tema e você mesmo, mas também perante eles, especialmente acredita que o que tem a dizer é algo bastante importante para levar os leitores a mudar de vida, modificando o modo de pensar.”*  
(BOOTH, COLOMB, WILLIAMS. 2005, p.6)”.

**BERNARDINO NETO, Priscilla. Uma análise acerca da aplicação da Remissão cumulada com medida socioeducativa pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Florianópolis no ano de 2011.** 2012, nº de folhas 104. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

## **RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objeto de estudo a aplicação prática do instituto da Remissão, previsto na Lei n. 8069/90, pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Florianópolis/SC. O trabalho tem por objetivo geral Analisar, com base nos processos de apuração de ato infracional de 2011 da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital/Florianópolis, os motivos que levam os juristas a cumular ou não remissão e medida socioeducativa. Os métodos utilizados para a realização da pesquisa compreende a utilização das naturezas quantitativa e qualitativa. Os procedimentos utilizados para coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica e documental, através da análise dos 838 processos que chegaram à Vara da Infância e da Juventude no ano de 2011; e, paralelamente a utilização de questionários aplicados às autoridades judiciais estabelecem juntamente com o adolescente e responsável qual a melhor medida a ser aplicada, com o objetivo de compreender os motivos que os levam a aplicar cada medida socioeducativa e a remissão de forma cumulada ou não, bem como analisar como estes juristas (no caso de Florianópolis: Juíza, Promotor e Advogado) avaliam a operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à problemática do ato infracional na adolescência no município de Florianópolis. Estruturamos o trabalho em três seções. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica que trouxe um resgate histórico dos direitos das crianças e dos adolescentes e após isso tecemos considerações levando-se em conta o Código de Menores de 1927 e de 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Posteriormente, conceituamos a adolescência, como uma passagem de vida do ser humano, e o seu envolvimento com a prática do ato infracional, conceituando-o e explicitando as medidas socioeducativas que são aplicadas para esses casos, e o instituto da remissão. Na terceira e última seção, apresenta-se o caminho de construção da pesquisa, a análise e a interpretação dos dados da pesquisa empírica. Finalizando o trabalho tecemos algumas considerações relacionadas ao sugerido nos objetivos, evidenciando algumas sugestões e indicações conclusivas.

**Palavras-chave:** Adolescente. Ato infracional. Medidas socioeducativas. Remissão.



## **LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS**

<b>Gráfico 1:</b> Situação dos processos.....	67
<b>Gráfico 2:</b> Medidas Socioeducativas aplicadas cumulativamente à remissão.....	71
<b>Gráfico 3:</b> Sobre os atos infracionais.....	75
<b>Tabela 1:</b> Doutrina de Situação Irregular e da Doutrina de Proteção Integral.....	34
<b>Tabela 2:</b> As Medidas Socioeducativas aplicadas para determinados Atos Infracionais.....	76

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AI** – Ato Institucional

**ART** - Art.

**CASE** - Centro de Atendimento Socioeducativo

**CF** - Constituição Federal

**CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho

**CONANDA** - Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

**CP** - Código Penal

**CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente

**FCBIA** - Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência

**FEBEM** - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

**FUNABEM** - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

**LA** - Liberdade Assistida

**LBA** - Legião Brasileira de Assistência

**N.-** Número

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PAI** – Plantão de Atendimento Inicial

**PL** – Projeto de Lei

**PNBEM** - Política Nacional do Bem –Estar do Menor

**PSC** - Prestação de Serviço à Comunidade

**SAM** - Serviço de Assistência ao Menor

**SC** - Santa Catarina

**SINASE** - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

**STJ** - Superior Tribunal de Justiça

**TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso

**TJ** – Tribunal de Justiça

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

**UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL .....</b>	<b>17</b>
1.1 RESGATE HISTÓRICO.....	17
1.2 A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL .....	31
<b>2 AS IMPLICAÇÕES DA ADOLESCÊNCIA E ATO INFRACIONAL .....</b>	<b>39</b>
2.1 O ADOLESCENTE E O ATO INFRACIONAL.....	39
2.2 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS .....	46
2.2.1 Da Advertência .....	48
2.2.2 Da Obrigação De Reparar O Dano.....	49
2.2.3 Da Prestação De Serviços À Comunidade.....	50
2.2.4 Liberdade Assistida .....	51
2.2.5 Da Semiliberdade .....	53
2.2.6 Da Internação .....	53
2.3 OS LOCAIS ONDE SÃO CUMPRIDAS AS MEDIDAS APLICADAS .....	56
2.4 A REMISSÃO.....	57
<b>3 OS PROCESSOS DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL DE 2011 DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE FLORIANÓPOLIS .....</b>	<b>61</b>
3.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....	61
3.2 CONTEXTUALIZANDO A VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.....	64
3.3 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS.....	67
3.3.1 Caracterizando A Situação Dos Processos .....	67
3.3.2 As Medidas Socioeducativas Aplicadas Cumulativamente À Remissão ....	71
3.3.3 Caracterizando Os Atos Infracionais Praticados .....	74
3.3.4 As Medidas Socioeducativas Aplicadas Para Determinados Atos Infracionais .....	76
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXO A: FLUXOGRAMAS DO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTES INFRATORES.....</b>	<b>94</b>

<b>APÊNDICE A: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA .....</b>	<b>98</b>
<b>APÊNDICE B: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA .....</b>	<b>99</b>
<b>APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA .....</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICE D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>102</b>

## INTRODUÇÃO

A história da infância no Brasil confunde-se com a história do preconceito, da exploração e do abandono, já que desde o início havia diferenciação entre as crianças, de acordo com sua classe social, com direitos e lugares diversos no tecido social (FONTES, 2005).

Foi somente com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8069/90, com 267 art.s, inspirados pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988 e internalizando inúmeras normas internacionais, que as crianças e os adolescentes passam a ser tratados como sujeitos de direitos e a expressão “menor” - bastante utilizada sob a vigência do código anterior - passou a não ser mais utilizada, sendo o termo abolido juridicamente, em face do cunho pejorativo, pois, no Código de 1927, transmitia uma concepção de marginalidade e inferioridade à criança e adolescente em detrimento do adulto (MAIA; VIDAL; FRANÇA, 2010). Ou seja, o termo “menor” foi abolido, o menor deixou de ser visto como menor e retoma seu lugar de criança, sendo esta um sujeito de direitos, com necessidades específicas, decorrentes de seu desenvolvimento peculiar, e que, por conta disso, deveriam receber uma política de atenção integral a seus direitos construídos social e historicamente (FROTA, 2007).

A diferença entre “criança” - que de acordo com o art. 2º, do ECA, é aquela entre 0 a 12 anos incompletos - e adolescente - como sendo aquele de 12 a 18 anos - como etapas distintas da vida humana, possui grande importância no Estatuto. Ambos desfrutam dos mesmos direitos fundamentais, reconhecendo-se sua condição especial de pessoas em desenvolvimento.

Porém, o tratamento de suas situações se diverge, principalmente quando incorrem em conduta descrita como ato infracional (toda conduta que a Lei (Penal) tipifica como crime ou contravenção, conforme estabelecido no art. 103 do ECA). A criança fica sujeita às medidas de proteção previstas no art. 101, que implicam um tratamento através de sua própria família ou na comunidade. Já o adolescente é submetido a um tratamento através da remissão (art. 126) ou/e medidas socioeducativas do art. 112, que pode, dentre outros fatores, implicar privação de liberdade (CURY, 2008).

A remissão e as medidas socioeducativas então serão aplicadas pela Justiça da Infância e Juventude em concordância com o Ministério Público dentro desse processo de resposta e responsabilização, devendo as autoridades judiciais levar em consideração a

capacidade do adolescente em cumpri-las, bem como as circunstâncias e a gravidade da infração (SILVA, 2010).

A remissão é o exercício de uma espécie de poder moderador que tem como escopo a racionalização do procedimento, permitindo a sua instauração ou continuidade quando verificada a sua real necessidade, poupando, assim, o adolescente das expiações de um processo prescindível, e a Justiça, da movimentação de todo um sistema para a apreciação de questões mais facilmente solucionadas extraprocessualmente (VILHENA JÚNIOR, 1991).

Sendo assim, a remissão é um instituto que poderá ser concedida pelo Ministério Público antes de iniciado o procedimento judicial excluindo o processo, mediante a homologação; ou pelo Juiz, após iniciada a apuração do ato infracional, ocasionando na suspensão ou na extinção do processo. Deverão ser observadas as consequências do fato no contexto social, a personalidade do adolescente e a sua participação no ato infracional (D'ANDREA, 2005).

Mediante essas considerações introdutórias, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – tendo como *objeto* a aplicação prática do instituto da Remissão, previsto na Lei n. 8069/90, pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Florianópolis/SC – representa o resultado de um processo de ensino-aprendizagem e se constitui como pré-requisito essencial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. O interesse por essa temática foi construído durante as aulas da disciplina optativa de Direito da Criança e do Adolescente, ministrada pela Professora Doutora Josiane Rose Petry Veronese, no ano de 2006, quando cursava a graduação em Direito. No ano de 2009, necessitando realizar disciplinas optativas dessa vez como acadêmica do curso de Serviço Social, resolvi novamente cursar a referida disciplina, o que só fez a paixão pela temática crescer. Em 2010, como aluna ouvinte, participei das aulas na pós-graduação em Direito com a Professora Josiane, e a partir daí, pude identificar o objeto de pesquisa do meu TCC, que seria a aplicação prática do instituto da Remissão, que seria mais bem esmiuçado no ano de 2011, chegando ao projeto de pesquisa final e sendo agora posto em prática.

Cabe salientar que em pesquisa realizada entre os TCC na área do Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) constatou-se que, entre o período de 2003 a 2011, em um universo de 887 trabalhos, 114 abordavam o tema “Adolescência”, 18 as “Medidas socioeducativas” e somente 13 tratavam de “Ato Infracional”. Nenhum deles discutia a Remissão, assim como em nenhum outro TCC, Dissertação, Tese do curso de Direito da UFSC o tema foi discutido. Durante buscas na *internet* sobre o objeto, abrangendo trabalhos de outros estados, somente foram encontrados art.s e textos sobre a conceituação de

Remissão, a legitimidade da aplicação dela, mostrando que o assunto é original, inovador e relevante.

Avalia-se, também, que este trabalho é pertinente, pois o TCC deve aprofundar teoricamente questões presentes no trabalho profissional a partir da conjuntura relacionando-as ao projeto político, econômico e social vigente. Ou seja, entende-se que o presente TCC contribuirá para o desenvolvimento e a ampliação da produção científica na área do Serviço Social, podendo auxiliar os profissionais que pesquisam e intervêm no âmbito do Judiciário e que atuam com questões referentes ao ato infracional, principalmente durante a execução de medidas socioeducativas.

Deve-se ressaltar, ainda, que na Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital não são coletados dados estatísticos sobre as medidas socioeducativas e os atos infracionais, o que interessou a Juíza responsável em obter esse tipo de informação.

Assim sendo, o trabalho tem por *objetivo geral* analisar, com base nos processos de apuração de ato infracional de 2011 da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital/Florianópolis, os motivos que levam os juristas a cumular ou não remissão e medida socioeducativa. Enquanto *objetivos específicos*: descrever os aspectos legais, elencados principalmente no Estatuto da Criança e do Adolescente que tratam da remissão e da medida socioeducativa; evidenciar se a Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital tem acolhido a decisão de cumular remissão com aplicação de medida socioeducativa; e identificar quais os principais atos infracionais que culminaram na remissão e/ou em medidas socioeducativas aplicadas. E, cujo *problema de pesquisa* circunscreve o questionamento: Quais os motivos que levam os juristas a cumular ou não remissão e medida socioeducativa em casos de ato infracional, tendo como base os processos de apuração de ato infracional da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital de 2011?

Para alcançar os objetivos propostos, os métodos utilizados para a realização da pesquisa compreende a utilização das naturezas quantitativa e qualitativa. Os procedimentos utilizados para coleta de dados foram: a pesquisa bibliográfica, as quais foram utilizadas bibliografias diversas, as que se sobressaíram foram: Del-Campo (2009); Martins (2003); Ramidoff (2006); Pilotti e Rizzini (2009); Sposato (2006); Veronese (1999, 2001 e 2006); Vezzula (2006). Foram utilizadas também leitura aos Trabalhos de Conclusão de Curso de estudantes de graduação e pós-graduação, dentre eles de: Meggiato (2008); Nicknich (2009); Segalin (2008).

Em relação à pesquisa documental, recorreu-se às informações contidas no sistema de processos do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, através da análise dos 838 processos que chegaram à Vara da Infância no ano de 2011.

E, paralelamente a pesquisa empírica foi desenvolvida com a utilização de questionários para conhecer como ocorre a aplicação da Remissão cumulada com medida socioeducativa pelas autoridades judiciais que estabelecem juntamente com o adolescente e responsável qual a melhor medida a ser aplicada.

Para tanto, o presente estudo divide-se em três seções. Na primeira seção são levantados os aspectos da trajetória histórica sobre a evolução dos direitos que dizem respeito à criança e adolescente no Brasil, visando montar o cenário onde se desenvolveu a atual doutrina da proteção integral. Inicialmente, aborda-se o histórico da infância e da juventude em período anterior à Doutrina de Proteção Integral; posteriormente abordam-se as inovações trazidas pelo Direito da Criança e do Adolescente em sua concepção atual, sobretudo a partir do viés do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/90. A realização da retrospectiva histórica tem sua necessidade para que, na seguinte seção, seja apresentada a lógica da repressão do ato infracional e a aplicação de medidas socioeducativas. Essa contextualização foi possível mediante leitura de produções científicas de renomados (as) autores (as) que discorrem sobre a temática, dentre os quais podem-se citar: Veronese (1999, 2001), Martins (2003), Pilotti e Rizzini (2009).

Na segunda seção apresenta-se o conceito de adolescência, como uma passagem de vida do ser humano e o seu envolvimento com a prática do ato infracional, sendo também realizada a concepção de ato infracional e as medidas socioeducativas que são aplicadas para esses casos, os locais de cumprimento dessas, além de ser explicitado sobre o instituto da remissão.

Na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos que foram adotados para a realização deste trabalho, discorrendo sobre a pesquisa e os objetivos propostos. Posteriormente, será apresentada uma breve caracterização da Vara da Infância e da Juventude para esclarecer qual foi o espaço onde os dados foram coletados. Logo após, será realizada uma análise dos dados coletados neste estudo aos processos que chegaram à Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis no ano de 2011. Desse modo tentaremos concretizar um estudo sobre quais são as medidas socioeducativas mais aplicadas cumulativamente à remissão, os atos infracionais cometidos, além de ser feita uma análise sobre a aplicação dessas pelas autoridades judiciais.



O trabalho é finalizado com as considerações desenvolvidas ao longo de sua elaboração, apresentando, por fim, as referências utilizadas.

## **1 O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL**

Nesta seção, será feita uma abordagem histórica sobre a evolução dos direitos que dizem respeito à criança e adolescente no Brasil, visando montar o cenário onde se desenvolveu a atual doutrina da proteção integral. Para isto, com base em autores como Veronese (1999, 2001), Martins (2003), Pilotti e Rizzini (2009), que tratam da temática, serão apresentados alguns fatos que marcaram a vida das crianças e adolescentes durante a história brasileira.

A presente seção será dividida em duas partes: na primeira, aborda-se o histórico da infância e da juventude em período anterior à Doutrina de Proteção Integral; na segunda abordam-se as inovações trazidas pelo Direito da Criança e do Adolescente em sua concepção atual, sobretudo a partir do viés do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069/90. Para melhor elucidar a questão dos adolescentes que cometeram ato infracional, que consistiu objeto desse estudo, serão apresentados alguns aspectos das legislações que já trataram sobre o tema.

Salienta-se que o conhecimento e o resgate da história, na qual essa questão social foi gradativamente construída, é relevante, pois mostram as causas e as consequências das ações que, ao longo do tempo, violaram os direitos desses sujeitos, impedindo que pudessem viver com proteção e cuidados.

### **1.1 RESGATE HISTÓRICO**

O Brasil no período colonial integrava o rol de colônias pertencentes à metrópole portuguesa, tendo com esta uma relação comercial de caráter exclusivo, submetido à condição de economia complementar, sendo exportador de matérias-primas, produtos tropicais, riquezas minerais e importador de manufaturados metropolitanos. Era, ainda, incumbido à colônia reproduzir os padrões sociais e culturais da metrópole para que esta se tornasse um ambiente receptivo aos portugueses que se instalariam no país, além de desmobilizar qualquer tipo de reação indígena ao processo de dominação (VERONESE; RODRIGUES, 2001).

As crianças e adolescentes indígenas eram submetidos à catequização jesuíta, pois, de acordo com Del Priore (1991), a infância era vista como o momento ideal para a catequese, para a unção, iluminação e revelação, além de ser o momento de renúncia, da cultura autóctone das crianças indígenas. Porém, a cada etapa do desenvolvimento infantojuvenil dos índios, a doutrina cristã perdia seguidores, pois o discurso dos jesuítas era diferente da

realidade que os jovens haviam vivenciado junto à sua família na tribo. Com isso, o alvo da dominação dos jesuítas passou a ser a criança do povo africano (VERONESE; RODRIGUES, 2001).

Sobre as crianças negras, Chiavenato (1980, p.132) relata que:

Não era econômico que as negras criassem seus filhos: por isso, nos períodos em que o preço do escravo estava em baixa, os recém-nascidos eram mortos. Jogados ao chão, pisados, enterrados vivos-mortos, para não custarem nada ao senhor: nem na perda de tempo do trabalho da negra, nem no pouco alimento que o negrinho iria comer até os dezesseis anos, quando comessem a trabalhar. Alguns senhores mais 'racionalistas' sequer admitiam que as negras engravidassem: obrigavam-nas ao aborto quando suspeitavam da gravidez. (...) Muitas negras, sabendo do triste destino das suas crias abortavam antes que fossem descobertas. Enfiavam ervas e raízes pela vagina e conseguiam expelir o feto.

As crianças africanas desde cedo ingressavam no ciclo de exploração, dedicando-se somente ao trabalho forçado, deixando de vivenciar a infância. Até mesmo a atenção e o carinho materno aos bebês eram privados, pois suas mães encontravam-se no trabalho ou na casa, amamentando os filhos brancos de sua senhora. Algumas vezes eram entregues às chamadas Casa dos expostos ou simplesmente Roda (CHIAVENATO, 1980), instituições onde se depositavam recém-nascidos abandonados, entre eles negros oriundos de relações adúlteras ou de misturas raciais que mais tarde seriam mão-de-obra barata (VERONESE; RODRIGUES, 2001).

E foi desta forma que foi implantada o sistema da Roda no Brasil, um cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa (PILOTTI; RIZZINI, 2009). A primeira roda foi criada na Bahia através das doações de alguns nobres, em 1726. Em 1738, foi criada a Roda do Rio de Janeiro, sendo dissipada em todo o país. Segundo Pilotti e Rizzini (2009, p.19):

As crianças enjeitadas nas Rodas eram alimentadas por amas-de-leite alugadas e também entregues a famílias, mediante pequenas pensões. Em geral, a assistência prestada pela Casa dos Expostos perdurava em torno de sete anos. A partir daí, a criança ficava, como qualquer outro órfão, à mercê da determinação do Juiz, que decidia sobre seu destino de acordo com os interesses de quem o quisesse manter. Era comum que fossem utilizadas para o trabalho desde pequenas.

A existência da Roda dos Expostos sempre foi muito discutida, pois acreditava-se que a não identificação dos pais do enjeitado gerava uma licenciosidade e irresponsabilidade pelas consequências dos seus atos. No Brasil, a situação era agravada pela existência da escravidão, da exploração sexual das escravas e da exploração da criança escrava (LEITE, 1991). Autores como Pilotti e Rizzini (2009) destacam que a intenção da existência da Roda

dos Expostos era ocultar a origem da criança e preservar a honra da família. Já Leite (1991), afirma que os governantes criavam a Roda, para num momento “salvar a vida” dos recém-nascidos abandonados e, para num segundo momento, “utilizá-los” como mão-de-obra nos trabalhos produtivos e forçados, com a justificativa que, dessa forma, afastariam a população pobre da prostituição e da vadiagem.

No contexto da escravidão no país, algumas ideias para de libertar os filhos dos escravos surgiram<sup>1</sup>, sendo Manoel Ribeiro da Rocha o pioneiro nessas propostas<sup>2</sup> em 1758. Lima (1988 *apud* Del Priore, 2001) relata que com o fim do tráfico, em 1831, efetivado em 1850, dentre as propostas de extinção da escravidão, pode-se citar uma elaborada por Pimenta Bueno que apresentou cinco projetos que constituíram o núcleo da Lei do Ventre Livre.

A Lei do Ventre-Livre ou Lei Visconde do Rio Branco, em 1871, estabeleceu que todos os filhos de escravos seriam considerados livres, devendo os senhores criá-los até os oito anos, idade limite para que pudessem ser entregues ao governo e receberem indenização, ou mantê-lo até seus 21 anos, utilizando seus serviços para ressarcir os gastos com seu sustento durante os anos. Porém, não houve uma libertação de fato. Senhores cobravam em trabalhos forçados mais do que lhes era devido, não havia um interesse de órgãos de fiscalização para regularizar a situação. Até mesmo com a abolição da escravatura, com a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, a situação do escravo não se modificou, já que necessitava oferecer seu trabalho para sobreviver, e com isto, sofria as maiores humilhações (VERONESE; RODRIGUES 2001).

No período de 1864-1881 verificou-se um aumento no número de expostos negros e pardos. Os filhos das cativas dos senhores passaram a ser abandonados na Casa dos Expostos com o intuito de alugá-las como amas-de-leite. Lima (1988 *apud* Del Priore, 2001) analisa a Lei do Ventre Livre como de pouca eficácia na vida da criança negra no país, pois, além de haver uma perpetuação da sua condição de escrava, houve um aumento de abandonados dos filhos das escravas, por parte dos senhores.

O asilo de órfãos, abandonados ou desvalidos, que eram aqueles que estavam “soltos”, ameaçando a “ordem pública”, era prática corrente no século XIX, período que propiciou a ideia de educação industrial aos meninos e educação doméstica às meninas para

---

<sup>1</sup>Em 1945, Caetano Alberto Soares defendia a ideia no Instituto dos Advogados Brasileiros. O deputado do Ceará, José Pereira da Silva Guimarães, em 1950, apresentava na Câmara um projeto que foi seguido por vários outros. Perdigão Malheiro, em 1862, propunha a libertação dos nascituros.

<sup>2</sup>Manoel Ribeiro da Rocha defendia que o escravo deveria servir ao senhor apenas durante vinte anos, tendo sua liberdade restituída em seguida. Invocava, ainda, a lei *Praeses Provinciae*, que considerava livre os filhos dos escravos após seus 14, 15 anos de idade. Porém, como tal proposta não satisfaria os senhores, recomendava que a criança que houvesse aprendido algum ofício-à custa do senhor de sua mãe, deveria trabalhar por mais dez anos, a fim de recompensar pelo benefício recebido.

que fossem preparados para exercerem suas funções na sociedade. A maioria das instituições era mantida por ordens religiosas, sendo tendência no século XX com a criação de diversas instituições do gênero (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

Cabe ressaltar que em meados do século XIX, surgiu uma especialidade médica destinada a formalizar os cuidados adequados à infância, a Puericultura. Gerou um debate no meio médico sobre a melhor maneira de se cuidar dos expostos, melhorando assim as condições de higiene na Casa dos Expostos<sup>3</sup>. A obediência à “lei da higiene” no século XX acarretou em diversas iniciativas dos higienistas na sociedade, como a criação dos Institutos de Proteção e Assistência à Infância, a partir de 1901, a criação de dispensários e ambulatórios com serviços para as crianças pobres, palestras com as mães, dentre outros (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

No contexto socioeconômico e político, a atuação higienista tinha também o objetivo de que a família colonial acompanhasse as profundas mudanças que passaram a ocorrer no Brasil no período. Visava formar um trabalhador apto às necessidades do mercado, e um adulto disciplinado e adequado ao Estado e ao trabalho. Aos indivíduos que não alcançassem tais características, dificultando a construção de uma sociedade de cidadãos ordeiros e moralizados, seria necessária a sua repressão.

Ainda na passagem do século XIX para o XX, os juristas falavam de uma justiça “mais humana”, que relevasse a educação em detrimento da punição. E as ideias logo foram implantadas para o caso dos menores, visto que a fase da infância e da juventude chamava a atenção devido ao aumento da criminalidade; e em razão das novas possibilidades de formação do homem, a partir da criança (MARTINS, 2003).

Segundo Amin (2010, p.5), durante essa fase imperial:

[...] tem início a preocupação com os infratores, menores ou maiores, e a política repressiva era fundada no temor ante a crueldade das penas. Vigentes as Ordenações Filipinas, a imputabilidade penal era alcançada aos sete anos de idade. Dos sete aos dezessete, o tratamento era similar ao do adulto com certa atenuação na aplicação da pena. Dos dezessete aos vinte e um anos de idade, eram considerados jovens adultos e, portanto, já poderiam sofrer a pena de morte natural (por enforcamento). A exceção era o crime de falsificação de moeda, para o qual se autorizava a pena de morte natural para maiores de quatorze anos.

---

<sup>3</sup>Quanto à questão da higiene, no art. de Leite (1991 *apud* DEL PRIORE, 1991) a autora menciona a má nutrição das nutrízes que era provocada por alimentação defeituosa e carência de recursos, além do aleitamento de várias crianças pela mesma ama-de-leite, visto que as mamadeiras matavam muitas crianças por disenteria. As crianças e recém-nascidos eram aglomeradas nas mesmas salas, frequentemente sem arejamento adequado, propiciando a intensificação da mortalidade infantil e grande destrato da infância no período.

Jesus (2006) complementa Amin (2010), informando que nas Ordenações Filipinas<sup>4</sup>, que vigoraram no Brasil até a promulgação do Código Criminal do Império de 1830, havia a preocupação com a delinquência juvenil. No Livro V, há a previsão de punições conforme os delitos cometidos pelos adolescentes. Se o adolescente fosse maior de dezessete anos, até os vinte anos de idade, poderia ser punido com a pena de morte, sendo de entendimento do juiz qual pena seria aplicada. Aos delinquentes menores de dezessete anos de idade também seria de livre escolha do julgador a aplicação de uma pena menor, analisando-se a gravidade e tipo de delito cometido.

No plano constitucional, na Constituição do Império de 1824 e na primeira Constituição da República, em 1891, havia omissão com relação ao problema da criança desassistida (VERONESE, 1999). Já o Código Penal da República, de 1890, estabelecia, em seu art. 27, § 1º e § 2º, como não criminosos aqueles menores de nove anos, assim como os maiores de nove anos e menores de 14 que agissem sem o completo discernimento. No art. 42, §11, os menores de 21 se enquadravam como condição atenuante, e nos arts. 399, §3º, ao 404, Capítulo XIII, havia a categoria de “Vadios e Capoeiras” para os maiores de quatorze anos e como sendo aqueles que deixam:

[...] de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de ocupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes (BRASIL, 1890).

Sobre o Código Penal de 1890 analisa Jasmin (1986 *apud* VERONESE, 1999, p. 19):

Continham medidas especiais prescritas para aqueles que, apesar de não terem atingido a maioridade, tivessem praticado atos que fossem considerados criminais. (...) O que organizava esses códigos era uma *teoria da ação com discernimento* que imputava responsabilidade penal ao menor em função de uma pesquisa da sua consciência em relação à prática da ação criminosa.

Por sua vez, o Decreto n. 439, de 31 de maio de 1890, determinava as bases para a organização dos serviços de assistência para a infância desvalida. Já o Decreto n. 658, de 12 de agosto de 1890, estabeleceu o Regulamento para o Asilo de Meninos Desvalidos. O Decreto n. 1313, de 17 de janeiro de 1890, que não foi regulamentado, estipulava a idade mínima de doze anos e a duração máxima de acordo com a idade, variando de 7 a 9 horas, para o trabalho. Porém, não surtiu os efeitos práticos necessários, visto que muitas leis

---

<sup>4</sup> No Brasil vigoram como leis gerais por toda nossa vida colonial as Ordenações do Reino, ou *Ordenações Filipinas*. Foram editadas em 1603 por Felipe II de Portugal tanto para reorganizar o direito régio português, quanto para agradar os portugueses. Nas *Ordenações* a estrutura seguida parece ser a das *Decretais* de Gregório IX: divisão em cinco livros, cada livro contendo títulos e parágrafos - José Reinaldo Lima Lopes. O Direito na História. São Paulo, Max Limonad, 2000.

serviam apenas para mostrar ao mundo que o país estava habilitado para se enquadrar na democracia nascente, muitas delas tendo sequer execução prática (VERONESE, 1999).

Com o início do período republicano, as transformações sociais, políticas e econômicas na sociedade refletiram na prestação assistencial. Já não era suficiente o suporte dado pela ação fundamentada na iniciativa privada filantrópica, na assistência caritativa da Igreja e no trabalho de alguns homens públicos, como era no período do Brasil Império, sendo necessária, portanto, a participação do Estado na responsabilidade de encampar a assistência aos menores de forma oficial. A mentalidade médico higienista fazia um elo com o pensamento de que assistir a criança não significava somente lhe dar comida e casa, e sim, formar o indivíduo na moral, nos bons costumes, na educação elementar e para a capacitação profissional. A elite intelectual também apoiava o surgimento de uma legislação social que regulamentasse a prestação de assistência aos menores de forma sócio-jurídica (VERONESE, 1999).

Segundo Rizzini (1990, p. 93):

[...] os novos especialistas da infância, como os filantropos, as autoridades públicas e científicas, almejam transformar os antigos asilos considerados ineficazes, desorganizados e corruptores, em instituições disciplinares e disciplinadoras. Nestas, os preceitos da higiene médica são obedecidos, a educação é dirigida para o trabalho e o poder disciplinar atinge o efeito moral desejado da introjeção da vigilância pelos internos. Tais técnicas de sujeição têm por objetivo devolver à sociedade indivíduos produtivos, cientes de seus direitos e deveres. A educação é concedida como o melhor instrumento para alcançar a tão almejada adaptação do indivíduo ao meio social. Preparação do corpo pela educação física; da mente pela educação moral; do intelecto pela educação instrucional e para o trabalho pela educação profissional

Cabe ressaltar a análise que Rizzini (1990 *apud* VERONESE, 1999, p. 22) faz sobre a passagem para o século XX:

O Estado passa a intervir no espaço social através do policiamento de tudo que foi causador da desordem física e moral e pela ordenação desta sob uma nova ordem. Para tal serão importadas novas teorias e criadas novas técnicas, as quais servirão de subsídio para a criação de projetos, leis e instituições que integrarão um projeto de assistência social, ainda não organizado em termos de uma política social a ser seguida em nível nacional" (...). A infância pobre torna-se alvo, não só de atenção e de cuidados, mas também de receios. Denuncia-se a situação da infância no País - seja nas famílias, nas ruas ou nos asilos. O consenso é geral: a infância está em perigo. Mas há um outro lado da questão, constantemente lembrado pelos meios médicos e jurídicos: infância "moralmente abandonada" é potencialmente perigosa, já que, devido às condições de extrema pobreza, baixa moralidade, doenças etc. de seus progenitores, ela não recebe a educação considerada adequada pelos especialistas: educação física, moral, instrucional e profissional" (...). Ciências como a medicina, a psiquiatria, o direito e a pedagogia contribuirão com teorias e técnicas para a formação de uma nova mentalidade de atendimento ao menor. A mentalidade repressora começa a ceder espaço para uma concepção de reeducação, de tratamento na assistência ao menor. Verifica-se o surgimento de um novo modelo de assistência à infância, fundada não mais somente nas palavras da fé mas também nas

da ciência, basicamente médica, jurídica e pedagógica. A assistência caritativa, religiosa, começa a ceder espaço a um modelo de assistência calcado na racionalidade científica onde o método, a sistematização e a disciplina tem prioridade sobre a piedade e o amor cristãos.

Ao longo da década de 1920, houve um aumento considerável do número de entidades privadas – sendo a maioria vinculada à Igreja Católica – para atendimento a órfãos, abandonados e delinquentes no país (MARTINS, 2003). Nessa direção, a autora Rizzini (1995), salienta que o problema da infância passou a assumir uma dimensão política, com urgência da intervenção, educação ou correção 'dos menores' para que se tornassem cidadãos úteis e produtivos para país, assegurando a organização moral e social. O trabalho, incentivado pelas referidas entidades, possuía a intenção de repreender a ociosidade, evitando-se que crianças e adolescentes perturbassem a ordem.

No período, foram adotados procedimentos que visavam à repressão da ociosidade e à diminuição da quantidade de crianças pobres vagando pelas ruas. Como houve um aumento da criminalidade juvenil, foram realizadas várias tentativas de implantação de uma legislação para os menores (SANDRINI, 1997).

Foi no ano de 1924 que ocorre a criação pioneira do primeiro Juizado de Menores no país, por meio do Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923, através da luta do jurista e legislador Mello Mattos em favor da criança desvalida. A partir daí, dá-se início a um novo período com ação social reservada ao juiz a função de declarar a condição jurídica da criança se abandonada ou não, se delinquente ou não e qual seria o amparo que deveria receber. Importante ressaltar que o cuidado era no sentido de repressão da criança pobre, pois a infância pobre torna-se alvo, não só de atenção e de cuidados, mas também de receios (VERONESE, 1999).

No art. 62 do mesmo Decreto havia a instituição de um abrigo “destinado a receber provisoriamente, até que tenham destino definitivo, os menores abandonados e delinquentes”. E no art. 91 é instituída a criação do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, para os fins de:

- I, vigiar, proteger e collocar os menores egressos de qualquer escola de preservação ou reforma, os que estejam em liberdade vigiada, e os que forem designados pelo respectivo juiz;
- II, auxiliar a ação do juiz de menores e seus comissários de vigilância;
- III, exercer sua ação sobre os menores na via publica, concorrendo para a fiel observancia da lei de assistencia e protecção aos menores;
- IV, visitar e fiscalizar os estabelecimentos de educação de menores, fabricas e officinas onde trabalhem, e communicar ao Ministro da Justiça e negocios Interiores os abusos e irregularidades, que notarem;



V, fazer propaganda na Capital Federal e nos Estados, com o fim de, não só prevenir os males sociais e tendentes a produzir o abandono, a perversão e o crime entre os menores, ou comprometer sua saúde e vida, mas também de indicar os meios que neutralizem os efeitos desses males (BRASIL, Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923).

O Juízo de Menores tinha como função a promoção, a solicitação, o acompanhamento, a fiscalização e a orientação de todas as ações judiciais que tivessem envolvidos interesses de menores, principalmente àqueles que se encontravam internados nos institutos públicos e privados subvencionados pelo Estado. Ao juiz caberia “educar” todas as espécies de menores, sendo eles órfãos, abandonados, pervertidos, viciados, delinquentes/moral e materialmente pobres, pois era o Juizado o órgão responsável pela assistência aos menores (VERONESE, 1999).

Com a escassez de estabelecimentos que executassem e dessem apoio às medidas jurídicas instituídas com relação ao menor, foi criado o Patronato de Menores, que recebeu a Escola de Menores Abandonados, a qual foi transformada em Casa de Preservação. A seção feminina passou a chamar-se Casa de Prevenção e Reforma, a seção masculina manteve o nome. Porém, como os institutos oficiais estavam repletos de menores, não havia outros para a transferência destes, gerando assim um local promíscuo e sem condições de higiene necessárias. Em razão disso, foi instituído o Abrigo de Menores do Distrito Federal, através do Decreto n. 16.444, de 2 de abril de 1924 (VERONESE, 1999)<sup>5</sup>.

Alguns projetos legislativos foram elaborados no século XX com o intuito de tratar sobre a questão da criança e do adolescente no país. O primeiro deles foi em 1902, por Lopes Trovão. O segundo, em 1906, foi por Alcino Guanabara, que em 1917 apresentou outro projeto ao Senado que mantinha a noção de discernimento<sup>6</sup>, não considerando criminosos os menores de mais de doze anos e menos de dezessete anos que agissem sem completo juízo do ato praticado. Na Lei n. 4.242, de 05 de janeiro de 1921, foram instituídas disposições como: definição de abandono, a suspensão e perda do pátrio poder, eliminação do critério do discernimento, considerando o menor de 14 anos inimputável (VERONESE, 1999).

Mello Mattos apresentou, em 1921, um projeto de Código de Menores. O jurista precisou lidar com a mentalidade despótica e conservadora que havia sido herdada do pátrio poder, categoria oriunda do Direito Romano, que firmava o filho sendo totalmente submisso à

<sup>5</sup> Para maiores informações acerca dessas instituições ler Veronese (1999).

<sup>6</sup> sm.1. Capacidade de perceber, compreender com facilidade; PERSPICÁCIA. 2. Capacidade de julgar, de distinguir valores com clareza; CRITÉRIO; JUÍZO; TINO. [F.: *discernir* + *-mento*.] – Dicionário UOL Aulete. Para Longo (2008, p.02) através do critério do discernimento, o indivíduo teria responsabilidade pelos atos, mas não teria capacidade moral para julgar se o ato seria bom ou mau.

autoridade do pai. Em 01 de dezembro de 1926, por meio do Decreto n. 5.083, o Projeto Mello Mattos foi aprovado, trazendo nos seus dispositivos uma concepção nova sobre pátrio poder, sendo bivalente a tutela do menor, podendo o Estado intervir na relação do pai sobre o filho. O projeto foi então submetido a uma Comissão, sendo aprovado e convertido no Decreto n. 17.943 – A, de 12 de outubro de 1927, o primeiro Código de Menores da América Latina (VERONESE, 1999).

O Código de Menores promulgado em 1927 trouxe uma política assistencialista de responsabilidade do Estado, reservando ao Poder Judiciário autonomia no trato das questões sociais referentes à criança e ao adolescente, garantindo, sobretudo o controle social ao Estado (MARTINS, 2003). Conseguiu, ainda, com leis e decretos que, desde o ano de 1902, designavam-se a aprovar um mecanismo legal que conseguisse dar a devida atenção à criança e ao adolescente (VERONESE, 1999).

Nas palavras de Pilotti e Rizzini (2009, p.47):

O Código de 1927 incorpora tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista. Prevê a vigilância da saúde da criança, dos lactantes, das nutrízes, e estabelece a inspeção médica da higiene. No sentido de intervir no abandono físico e moral das crianças, o pátrio poder pode ser suspenso ou perdido por faltas dos pais. Os abandonados têm a possibilidade (não o direito formal) de guarda, de serem entregues sob a forma de “soldada”, de vigilância e educação, determinadas por parte das autoridades, que velarão também por sua moral. O encaminhamento pode ser feito à família, a instituições públicas ou particulares que poderão receber a delegação do pátrio poder. A família é, ainda que parcialmente, valorizada.

O vadio pode ser repreendido ou internado, caso a vadiagem seja habitual. O autor da infração terá prisão especial. O menor de quatorze anos não será submetido a processo penal de espécie alguma (o que acaba com a questão do discernimento) e o que tiver idade superior a 14 e inferior a 18 anos terá processo especial, instituindo-se também a liberdade vigiada.

Em seu art. 1º, o menor, abandonado ou delinquente, que tivesse menos de 18 anos de idade seria submetido às medidas de proteção e assistência pela autoridade competente. No art. 16, havia a caracterização do menor abandonado, e no art. 68, o menor delinquente. Há, ainda, a extinção do sistema de “roda dos expostos” (BRASIL, Código de Menores de 1927). A proteção legal dos menores abandonados se firmou na tutela do Estado. O art. 86 vetava a prisão comum para o menor e a responsabilidade criminal se voltava para os maiores de 14 anos, que mereciam um “processo especial” (art. 69).

O trabalho era proibido aos menores de doze anos, conforme o art. 101, e aos que tivessem menos de quatorze sem terem concluído o primário. No art. 104: “São proibidos aos menores de 18 annos os trabalhos perigosos á saude, á vida, á moralidade, excessivamente, fatigantes ou que excedam suas forças” (BRASIL, Código de Menores,

1927). Não poderiam ser empregados em trabalhos noturnos os menores de 18 anos, conforme art. 109.

Essas proibições desencadearam resistências por parte dos industriais que utilizavam a força do trabalho do “menor”. Em 29 de dezembro de 1928, o juiz Mello Mattos estabeleceu um prazo de três meses para que os estabelecimentos fabris se adaptassem à nova legislação. Houve tentativa de prorrogação desse prazo e o assunto passou a ser publicado nos principais jornais. Mello Mattos, porém, manteve sua decisão e ordenou uma rigorosa fiscalização nas fábricas, aplicando multas àquelas que contrariassem a Lei. Os dispositivos do Código de Menores que se referem ao trabalho foram, mais tarde, incorporados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, sendo uma contribuição à regularização do trabalho infantojuvenil (SILVA, 2009).

O Código também atuava na educação propiciada pelos pais aos filhos procurando estabelecer medidas para garantir o bem-estar físico e moral das crianças e indicava a possibilidade de destituição do pátrio poder em casos de crueldade, negligência, abuso de poder e exploração (art. 31) (SILVA, 2009).

Resumidamente, o Código de Menores possuía uma tônica corretiva, sendo necessário educar, disciplinar as crianças oriundas de famílias desajustadas ou da orfandade. Na realidade, o Código instituía que a situação de dependência ocorria da orfandade, da incompetência de famílias privadas, culpabilizando a suposta “deseestrutura familiar”. A solução residia nas institucionalizações das crianças e jovens que lá teriam reconstituídas sua identidade e predisposição à conformidade aos cursos esperados de sociabilidade (VERONESE, 1999).

Veronese (1999, p. 28) em sua obra, elenca Carvalho (1977) para indicar os princípios mais significativos do Código de Mello Mattos:

- Instituição de um juízo privativo de menores;
- Elevação da idade da irresponsabilidade penal do menor para 14 anos;
- Instituição de processo especial para os menores infratores de idade entre 14 e 18 anos;
- Extensão da competência do juiz de menores em questões que envolvessem menores abandonados ou anormais, bem como sua intervenção para suspender, inibir ou restringir o pátrio-poder, com imposição de normas e condições aos pais e tutores;
- Regulamentação do trabalho de menores, limitando a idade de 12 anos como a mínima para iniciação ao trabalho, como também proibiu o trabalho noturno para os menores de 18 anos;
- Criação de um esboço de Polícia Especial de Menores dentro da comissários de vigilância;
- Proposta de criação de um corpo de assistentes sociais que seriam designados delegados de assistência e proteção, com possibilidades de participação popular

como comissários voluntários ou como membros do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores;  
 - Estruturou racionalmente os internatos dos juizados de menores.

Mesmo com os esforços de Mello Mattos e seus sucessores havia uma grande barreira para que a manutenção dos institutos existentes e para a implantação de novos que era a falta de recursos e de autonomia advindos da política da época. Em razão disso, em 1938, Sabóia Lima instaurou um inquérito para pesquisar a razão da falta de efetividade dos estabelecimentos oficiais subordinados aos Juizados de Menores. Em 1941, foi organizado o Serviço de Assistência a Menores (SAM), através do Decreto-lei n. 3799, com a finalidade de, conforme art. 2º do referido decreto:

- a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares;
- b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes;
- c) abrigar os menores, à disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;
- d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrar-lhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento;
- e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos;
- f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas.

Segundo Silva (2004, p. 23), o Serviço de Assistência ao Menor era “[...] ligado ao Ministério da Justiça, equivalente ao Sistema Penitenciário para a população de menor idade, com enfoque tipicamente correcional repressivo”. Longo (2008, p. 06), analisa a instituição destacando que o desgaste nacional do SAM é percebido pelas “[...] inúmeras denúncias de maus-tratos e violência sofridas pelos internos, bem como pelas colocações na imprensa e reconhecimento pela opinião pública que os reformatórios nada mais eram do que uma ‘universidade do crime’, ou uma ‘sucursal do inferno’”.

Nota-se que juntamente com uma perspectiva corretiva, o SAM possuía objetivos na perspectiva assistencial, visto que enfatiza o atendimento psicopedagógico às crianças e aos adolescentes carentes e com problemas de conduta – os desvalidos e delinquentes - além de enfatizar a relevância de estudos e pesquisas. Porém, não conseguiu concretizar suas finalidades, visto que sua estrutura não possuía autonomia, era inflexível e com formas inadequadas de atendimento, gerando dissabores com aqueles que deveriam estar sobre seus cuidados e proteção.

Em paralelo, no cenário mundial, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1959, iniciou o processo de proteção e reconhecimento dos direitos

humanos infantojuvenis, pois em seu preâmbulo, encontra-se que: “a criança, em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento”, “visando que a criança tenha uma infância feliz e possa gozar, em seu próprio benefício e no da sociedade, os direitos e as liberdades”, enunciados em seus dez princípios atenciosamente instituídos.

No Brasil, o governo ditatorial de Castelo Branco criou a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) através da Lei n. 4.513 de 1964, tendo como premissa a valorização da vida familiar e da “integração do menor na comunidade”, resgatando, portanto, a influência da Declaração Universal dos Direitos da Criança. Tinha como missão o planejamento e a coordenação da ação assistencial e de estudos sobre os adolescentes, pretendendo regular a prática de internação como ação a ser tomada em último caso (MEGGIATO, 2008). Sobre a infância, recaem os preceitos da ideologia de segurança nacional quando adquire *status* de problema social. A PNBEM tem sua estrutura autoritária resguardada pela Escola Superior de Guerra (ESG), que possuía a finalidade de repassar a ideologia supra. O menor não seria somente responsabilidade de entidades privadas e de alguns organismos estatais, passando então a ser enquadrado aos objetivos de uma Política de Bem-Estar do Menor, cuja responsabilidade seria da então Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) que, em 1964, substituiu o SAM (VERONESE, 1999).

A FUNABEM possuía o objetivo de “formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor”, promover estudos sobre o problema da infância para a elaboração de propostas e coordenar, fiscalizar e dar orientação às entidades assistenciais (art. 5). Foi com a criação da FUNABEM que se concretizou o processo de institucionalização de crianças e de adolescentes, transferindo plenamente a responsabilidade sobre eles ao Estado. O Golpe Militar de 1964, com a outorga da nova Constituição Federal e a decretação de diversos Atos Institucionais (AI), dentre eles o AI n. 5, buscou conter o descontentamento da população com a criação de mecanismos de cunho social, com política paternalista e assistencialista que conservasse o controle social (MARTINS, 2003). Cabe esclarecer que a referida fundação assumiu sua prática com propostas paliativas, não considerando as reais necessidades da infância e da juventude do país, inserindo-as num só contexto de carências que atingiam também sua família e a sua classe de origem (VERONESE, 1999).

Ainda em 1964, nos Estados foram criadas as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEM) onde atuavam como agente em nome de sua finalidade “educacional” de atendimento em internatos e semi-internatos através de programas indefinidos que eram marcados por irregularidades e regimes carcerários, fugindo de suas propostas originais

(MARTINS, 2003). Segundo Souza (1998, p. 44): as diretrizes da FUNABEM “[...] não se coadunavam com o regime político que se instaurara, de forma que passaram a prevalecer medidas repressivas que compuseram a Política de Segurança Nacional, mediante a criação de grandes internatos com as FEBENS”.

É válido ressaltar que com a ação da FUNABEM, que articulava o estatal e o privado, a forma de atuação repressiva/assistencialista se manifesta na reformulação do Código de Menores de 1927<sup>7</sup>. Em 1979, com a Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979, é sancionado o novo Código de Menores, atendendo a reivindicações da época, porém, mesmo revisada, esta lei ainda mantinha antigos costumes, como o de estigmatizar a criança pobre como “menor e delinquente” (RIZZINI; PILOTTI, 1995). Há estabelecimento de um novo termo; “menor em situação irregular”, referindo-se ao menor de 18 anos de idade que se encontrava:

Art. 2º I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;

b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.

A respeito da Doutrina da Situação Irregular do Menor, firmada neste novo Código, Saraiva (2002) entende que pode ser sucintamente definida como sendo aquela em que os menores passam a ser objeto da norma quando se encontrarem em estado de patologia social.

Sobre a assistência, proteção e vigilância aos menores, no art. 1º, receberiam essas aqueles com: até 18 anos de idade, que estivessem em situação irregular; entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei; e entre 0 e 18 anos nos casos de aplicação de medidas de caráter preventivo, independentemente de sua situação (VERONESE, 1999). Mas, o que acontecia, na realidade, nas palavras de Pilotti e Rizzini (2009, p.70) era o seguinte:

---

<sup>7</sup> Em 1974 foi apresentado pelo senador Nelson Carneiro projeto de lei sobre a questão. A Associação Brasileira de Juízes de Menores modificou o projeto e o encaminhou para análise do Executivo no Ministério da Justiça. O texto apresentado no parecer do relator Claudino Sales em junho de 1979 “representa o consenso de todas as áreas responsáveis pelo atendimento de menores no Brasil”. Para o relator, o texto seria uma forma de se comemorar o ano internacional da criança (RIZZINI; PILOTTI, 2009).

As condições sociais ficam reduzidas à ação dos pais ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial, dando-se ao juiz o poder de decidir sobre o que seja melhor para o menor: assistência, proteção ou vigilância. Na prática, consagra o que vinha fazendo a FUNABEM (...). O novo Código, no entanto, facilita a adoção, e embora não obrigatório no processo, é previsto o contraditório.

Quando faz referência aos menores entre 18 e 21 anos, designava aos jovens-adultos autores de delitos praticados antes dos 18 anos que implicavam medida de internação. Mesmo atingindo a maioridade, permaneciam sob a jurisdição do Juízo de Menores, não podendo inserir-se na sociedade por continuarem apresentando os mesmos desvios que os levaram a receber a internação como medida. Assim, a internação poderia ser mantida após os 18 anos, tendo idade limite os 21 anos (VERONESE, 1999).

Quanto às medidas de caráter preventivo, estas dizem respeito àquelas previstas no Capítulo IV, art. 48 e seguintes, que visavam, por exemplo: proibir menor de dez anos, quando desacompanhado dos pais ou responsável a entrada em salas de espetáculos teatrais, cinematográficos, circenses, de rádio, televisão e congêneres (art. 50), dentre outros.

Importante elencar o balanço que Veronese (1999, p. 38) realizou sobre a nova lei menorista, em tópicos:

- Uma nova conceituação no que diz respeito ao "menor abandonado" e qual a atuação específica a ser tomada pelo Estado frente à sua situação de carência;
- A criação de formas de atuação alternativas nos casos de falta ou o mau relacionamento entre "menor"/família ou "menor"/sociedade;
- Que todas as atividades que atingissem o "menor" seriam regradas, seja na questão do trabalho, lazer, educação ou influências externas;
- Conferia poderes mais amplos aos juízes de menores, transformando-os em verdadeiros *pater familiae*, uma vez que poderiam atuar em todos os segmentos da sociedade, se entendessem e constatassem a existência de alguma circunstância que de forma específica, ou mesmo geral, pudesse atingir "o menor" em sua individualidade ou na sua vida comunitária

Santos e Veronese (2007, p. 30) concluem que o Código de 1979:

Apesar dos princípios ditos tuteladores que fundamentavam a doutrina da "situação irregular", as instituições que deveriam acolher e educar a criança e o adolescente no mais das vezes não cumpriam esse papel. Isto porque a metodologia aplicada, em vez de socializar, massificava, despersonalizava e, deste modo, ao contrário de criar estruturas sólidas, nos planos psicológico, biológico e social, afastava o chamado "menor em situação irregular", definitivamente, da vida comunitária.

Silva (2004) esclarece que, assim como o Código de Menores de 1927, o Código de Menores de 1979 não foi receptivo aos princípios da Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança, tampouco aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, ao Pacto de São José da Costa Rica de 1969 e nem à Declaração sobre os Direitos da Criança, adotada pela ONU em 1959.

Com base nas questões apresentadas, salienta-se que a sociedade civil dos anos 60, 70 e 80, começou a “gestar” novos programas baseados em premissas de alternativas comunitárias. Nos fins da década de 70 foram realizadas diversas pesquisas sobre a questão do menor abandonado, as quais concluíram que o tratamento dado a este sujeito, de caráter assistencial, caritativa, e com fins correccionais esteve sempre equivocado, sendo construída uma nova concepção para a infância e a adolescência (MARTINS, 2003). E é debatendo sobre essa “nova concepção” que se apresenta a seguinte subseção.

## 1.2 A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

A partir da década de 1980 havia uma inflexão política e uma crise econômica na sociedade brasileira e, por isto, a sociedade civil passou a pressionar o Estado pela democratização, descentralização e pela abertura à participação (RIZZINI; PILOTTI, 2009). Movimentos não governamentais denunciavam o tratamento dado às crianças pelo Estado, a falência das entidades de internação e os extermínios das crianças e dos adolescentes (MARTINS, 2003).

De acordo com Faleiros (2003, p.8):

Esses movimentos foram bastante significativos e se manifestaram por meio de duas Campanhas: "Criança e Constituinte" e "Criança Prioridade Nacional", que teve em 1986 o apoio do Ministério da Educação, e envolvia mais de seiscentas (600) instituições públicas, privadas e internacionais. Elaboraram as Emendas Populares 064 e 096 "Criança-Prioridade Nacional", conseguindo arrecadar cerca de 250 mil assinaturas de apoio, a emendas que foram traduzidas na Constituição Federal de 1988, nos seus art.s 227 e 228, que consagraram a Doutrina da Proteção Integral, assegurando à criança e ao adolescente ao mesmo tempo os direitos básicos fundamentais da pessoa humana e direitos especiais, como ser ou pessoa em desenvolvimento.

O resultado da participação ativa da sociedade junto à Assembleia Nacional Constituinte de mais de um ano acarretou na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 05 de outubro de 1988, que, dentre outros avanços, representa um marco em torno dos direitos da criança e do adolescente (VERONESE, 1999).

No título VIII, capítulo VII que trata da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso houve grande inovação. O art. 227 dispõe que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).



Assim, caberá ao Estado promover programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo: a aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil; e a criação de programas (...) de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. (art. 227, § 1º)

Veronese (1999, p. 47) discorre sobre a inovação dos direitos da criança e do adolescente:

Apesar de toda a inovação no que tange à assistência, proteção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, constantes na Constituição Federal, estes não poderiam se efetivar se não regulamentados em lei ordinária. Se assim não fosse, a Constituição nada mais seria do que uma bela, mas ineficaz carta de intenções. Portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, surgiu com a mais difícil e nobre tarefa de viabilizar os citados direitos.

Em 1989, também, foi promulgada pelas Nações Unidas, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que prevê um rol de direitos essenciais à dignidade das crianças e dos adolescentes, “assumindo uma tendência contemporânea de se compreender os direitos humanos numa perspectiva indivisível e complementar, reconhecendo, portanto, a igual importância de todos os direitos e a necessidade de sua implantação recíproca” (MAIA; VIDAL; FRANÇA, 2010). Para Piovesan (2009), a Convenção reconhece a criança como verdadeiro sujeito de direitos, exigindo sua proteção especial e absoluta prioridade em seus cuidados.

Neste contexto, em 1990 é extinta a FUNABEM através da Lei n. 8.029, surgindo a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA), agora com objetivo de normatizar e coordenar projetos em defesa dos direitos da criança e do adolescente (VERONESE, 1999).

Ainda em 1990, é aprovada a Lei n. 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com 267 art.s, inspirados pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988 e internalizando inúmeras normas internacionais, dispondo sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, regulando o art. 227 da Constituição Federal.

Com a aprovação do ECA, as crianças e os adolescentes passam a ser tratados como sujeitos de direitos e a expressão “menor” - bastante utilizada sob a vigência do código anterior - passou a não ser mais utilizada, em face do cunho pejorativo, pois, no Código de 1927, transmitia uma concepção de marginalidade e inferioridade à criança e adolescente em

detrimento do adulto (MAIA; VIDAL; FRANÇA, 2010). Ou seja, o termo “menor” foi abolido, a criança e o adolescente deixaram de serem vistos como menores e retoma seu lugar de criança, sendo esta um sujeito de direitos, com necessidades específicas, decorrentes de seu desenvolvimento peculiar, e que, por conta disso, deveriam receber uma política de atenção integral a seus direitos construídos social e historicamente (FROTA, 2007).

De acordo com Piovesan (2009), uma das inovações do ECA é que este se aplica a todos aqueles menores de 18 anos, e não mais aos menores em situação irregular, superando uma dicotomia jurídica existente até então entre aqueles que se encontravam em situação regular e aqueles que se encontram fora dos padrões considerados “regulares” pela legislação.

Segundo Souza (1998, p. 45) o referido Estatuto concebe as crianças e adolescentes “[...] como sujeitos de direitos juridicamente protegidos. Preconiza uma ação pedagógica junto a esse segmento, respaldada na opção pela liberdade. Redimensiona o atendimento priorizando a *convivência familiar* e comunitária”. Para Saraiva (2002, p.15), o ECA:

[...] representa um marco divisório extraordinário no trato da questão da infância e da juventude no Brasil. Na esteira do texto Constitucional (art. 227 da Constituição Federal de 1988, que se antecipou à Convenção das Nações Unidas, introduzindo no Brasil a Doutrina da Proteção Integral), o ECA, trouxe uma completa transformação ao tratamento legal da matéria em todos os aspectos. Adotou-se a Doutrina da Proteção Integral, em detrimento da Situação Irregular, que presidia o antigo sistema. Operou-se uma mudança de referenciais e paradigmas na ação da Política Nacional, com reflexos diretos em todas as áreas, especialmente no plano do trato da questão infracional.

Segue abaixo uma tabela comparativa da legislação orientada pela Doutrina de Situação Irregular do Menor e da Doutrina da Proteção Integral elaborada por Beloff (1999 *apud* SARAIVA, 2003, p. 89) para uma maior compreensão sobre a representação do Estatuto para as crianças e adolescentes brasileiros:

<b>Doutrina de situação irregular</b>	<b>Doutrina de proteção integral</b>
Menores	Crianças e Adolescentes
Objeto de proteção	Sujeitos de direitos
Proteção de “menores”	Proteção de direitos
Proteção que viola e restringe direitos	Proteção que reconhece e promove direitos
Infância dividida	Infância integrada
Incapazes	Pessoas em desenvolvimento
Não importa opinião da criança	É fundamental a opinião da criança
Situação de risco ou perigo moral ou “material” ou “situação irregular”	Direitos ameaçados ou violados
Centralização	Descentralização
Juiz executando política social/assistencial	Juiz em atividade jurisdicional
O assistencial confundido com o penal	O assistencial separado do penal
Menor abandonado/delinquente	Desaparecem essas determinações
Desconhecem-se todas as garantias	Reconhecem-se todas as garantias
Atribuídos de delitos como inimputáveis	Responsabilidade penal juvenil
Direito penal de autor	Direito penal de ação
Privação de liberdade como regra	Privação de liberdade como exceção e somente para infratores/ outras sanções
Medidas por tempo indeterminado	Medidas por tempo determinado

**Tabela 1:** Doutrina de Situação Irregular e da Doutrina de Proteção Integral  
**Fonte:** BELOFF (1999 *apud* SARAIVA, 2003, p. 89)

A tabela faz referência sobre a importância das conquistas na garantia de direitos no campo da infância e da juventude, visto que o Estatuto foi uma vitória da sociedade civil e das lutas sociais, pois para Leal (2006), o ECA regulamentou conquistas presentes na Constituição, e a sua implantação, mesmo que morosa, dados os entraves e as resistências de setores da sociedade brasileira, vem promovendo uma revolução nas áreas jurídica, social e política.

Quanto às diferenças sobre o Código de Menores, de 1927 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de 1927 visava apenas regular conduta das crianças e dos adolescentes em situação irregular, enquanto o Estatuto de 1990 estabeleceu uma proteção integral a eles; o Código menorista enfocava somente nos “menores delinquentes”, tratava apenas as crianças e adolescentes excluídos socialmente, ao contrário do Estatuto que deve proteger integralmente a todos esses sujeitos de direitos; quanto ao processo de integração, o Código de 1927 possuía uma visão estigmatizante, e intolerante com as crianças e adolescentes, já o Estatuto busca integrá-los na sociedade, não mais priorizando a sua repressão (MAIA; VIDAL; FRANÇA, 2010).

Importante, ainda ressaltar algumas garantias que estão previstas no Livro I da Parte Geral do Estatuto.

No art. 1º, encontramos a concepção da Doutrina da Proteção Integral, que, conforma já enfatizado, rompe definitivamente com a doutrina da situação irregular, até então admitida pelo Código de Menores (Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979), estabelecendo como diretriz básica e única no atendimento de crianças e adolescentes em coerência com o texto constitucional de 1988 e documentos internacionais aprovados (PRÓ-MENINO, 2007). Assim, os direitos de todas as crianças e adolescentes, em sua condição de pessoas em desenvolvimento, devem ser universalmente reconhecidos. Deve-se garantir a satisfação de todas as necessidades das pessoas de até 18 anos, sendo eles o direito a vida, saúde, educação, convivência, lazer, profissionalização, liberdade e outros (PRÓ-MENINO, 2007).

No art. 2º, identifica-se uma distinção entre criança, sendo esta entre 0 a 12 anos incompletos, e adolescente, como sendo aquele de 12 a 18 anos. A decisão de inclusão do menor de 18 anos está de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, que estabelece em seu art. 1º que entende-se por criança todo o ser humano menor de 18 anos (VERONESE, 1999).<sup>8</sup>

O Estatuto, repetindo a Declaração Universal dos Direitos da Criança, determina em seu art. 5º que nenhuma criança ou adolescente poderá ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punem na forma da lei qualquer atentado, seja por ação ou omissão, aos seus direitos (VERONESE, 1999).

Segundo Martins (2003), resumidamente, o sistema é sustentado por três eixos fundamentais, sendo eles: a proteção integral da criança e do adolescente, a vigilância no cumprimento do que prevê o Estatuto e a responsabilização pelo não atendimento, atendimento irregular ou violação dos direitos pelos agentes envolvidos com a defesa de criança e adolescentes, que devem estar interligados para que possa haver uma aplicação efetiva das garantias asseguradas que serão tratadas a seguir.

Na Constituição Federal, o direito à vida e o direito à saúde, dentre outros direitos, foram instituídos como direitos fundamentais, que são aqueles que se destinam a resguardar a dignidade da pessoa humana, de modo que, sem eles, o ser humano não se realiza enquanto

---

<sup>8</sup> No parágrafo único estabelece-se que, excepcionalmente e quando disposto na lei, o Estatuto é aplicável aos que se encontram entre os 18 e os 21 anos (p. ex., prolongamento da medida de internação até os 21 anos e assistência judicial - não representação - para os maiores de 16 e menores de 21 anos, previstos nos arts. 121 e 142). Quanto ao limite de idade, de 18 anos, o Estatuto, seguindo a decisão adotada pela Constituição de 1988, estabelece que os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis (art. 104), ficando sujeitos às medidas previstas no Estatuto (PRÓ-MENINO, 2007).

pessoa (art. 227). Quanto a estes dois direitos, o da vida é pressuposto da personalidade e da constituição do sujeito de direitos, pois o ser humano só pode fruir de qualquer outro direito se tiver vida, que não pode se realizar sem saúde, sem que haja o completo bem-estar do ser humano em nível físico e psicológico (PRÓ-MENINO, 2007)

O direito à convivência familiar e comunitária está presente no art. 19, pois toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, tendo os mesmos direitos que os filhos havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção (art. 20). A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, cabendo ao Estado incluir a família em programas oficiais de auxílio (art. 23).

Quanto ao direito à educação, visando o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente e seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho fica assegurado, conforme art. 53, dentre outros direitos, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, sendo dever do Estado garantir à criança e ao adolescente acesso ao ensino (art. 54). Os direitos à cultura, ao esporte e ao lazer estão previstos e assegurados nos arts. 58 e 59 (VERONESE, 1999).

Conforme preceito constitucional fica proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, disciplinando ainda o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (CF), com nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 20, de 1998, o trabalho de menores de idade: "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos".

Nos arts. 71 e seguintes, ficou estabelecido que as crianças e os adolescentes têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, sendo proibida a venda de armas, munições e explosivos; bebidas alcoólicas; produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida; fogos de estampido e de artifício; revistas e publicações impróprias; bilhetes lotéricos e equivalentes (art. 81).

Na parte especial, Livro II, que dá as normas gerais a que se refere o art. 204 da CF (v. art. 227, § 7º, da mesma Carta), há a presença do art. 86, que institui que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente se efetivará através do conjunto articulado de ações governamentais, sendo eles a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e das ações não governamentais. Contudo, essa política de atendimento, que abrange a promoção, prevenção, proteção e defesa dos direitos, só será viabilizada através de

uma multiplicidade de ações de natureza diferente e complementar na área das políticas sociais básicas, serviços de prevenção, assistência supletiva, proteção jurídico-social e defesa de direitos (PRÓ-MENINO, 2007).

O art. 4º praticamente reproduz o art. 227 da Constituição Federal, determinando à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público, em conjunto, defender direitos fundamentais assegurados à criança e ao adolescente. Determinam que ações em prol da Proteção Integral devem ser realizadas com prioridade absoluta. E por ordem do parágrafo único, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário ficam responsáveis pela observância da garantia de prioridade estabelecida para a formulação e execução de políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente (MACHADO, 2003).

Como é dever de toda a sociedade, do Poder Público e da família assegurar a crianças e adolescentes seus direitos básicos, no art. 98 são instituídas medidas de proteção a estes sujeitos quando os direitos forem ameaçados ou violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; ou em razão de sua conduta. Nas palavras de Tavares (2010, p. 523), as medidas protetivas são instrumentos colocados “[...] à disposição dos agentes responsáveis pela proteção da criança e dos adolescentes, em especial, dos conselheiros tutelares e da autoridade judiciária a fim de garantir, no caso concreto, a efetividade dos direitos da população infanto-juvenil”.

A autoridade competente poderá determinar, isolada ou cumulativamente as seguintes medidas estabelecidas no art. 101:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - acolhimento institucional; (redação dada pela Lei n. 12.010, de 29 de julho de 2009)
- VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; (redação dada pela Lei n. 12.010, de 29 de julho de 2009)
- IX - colocação em família substituta. (redação dada pela Lei n. 12.010, de 29 de julho de 2009) (BRASIL, Lei n. 8069 – Estatuto da Criança e do Adolescente - de 13 de julho de 1990).

No art. 105 ficou determinado que ao ato infracional que for praticado por criança corresponderão as medidas neste art. 101. Porém, nos casos em que adolescente cometer alguma conduta análoga a crime ou contravenção, considerada ato infracional em

conformidade com o art. 103, deverá ser aplicada uma medida socioeducativa, que será abordada na próxima seção para melhor elucidar o objetivo da pesquisa.

Importante ser feita uma breve análise quanto ao Direito da Criança e do Adolescente na atualidade. Nas palavras de Miceli (2010), este possui limitações consideráveis, talvez porque apresente a lógica normativa, ou por estar marcado por suas origens históricas, nas quais a criança era dominada por adultos, principalmente se ela fosse de uma classe social menos favorecida. Também possui limitações pelo fato de não ter envolvido crianças na sua elaboração, tratando-se então de Direito para crianças e não de um Direito das crianças, a partir da visão adultocêntrica do mundo. E, apesar de trazer regras para a garantia da promoção do bem-estar das crianças, não consegue prever mecanismos que garantam a eficácia de sua operacionalização.

A autora complementa que, muitas vezes o exercício dos direitos fundamentais previstos deve ser viabilizado a partir da parceria entre Poder Público e sociedade. Porém, sabe-se que um dos fatores necessários à efetividade da declaração de direitos é a garantia de condições materiais para a sua execução e legitimação social para sua irrestrita aplicação.

A realização dessa retrospectiva histórica tem sua necessidade para que, na próxima seção, seja apresentada a lógica da repressão do ato infracional e a aplicação de medidas socioeducativas.

## 2 AS IMPLICAÇÕES DA ADOLESCÊNCIA E ATO INFRACIONAL

A diferença entre “criança” e “adolescente”, como etapas distintas da vida humana, possui grande importância no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ambos desfrutam dos mesmos direitos fundamentais, reconhecendo-se sua condição especial de pessoas em desenvolvimento. Porém, o tratamento de suas situações se diverge, principalmente quando incorrem em conduta descrita como ato infracional. A criança fica sujeita às medidas de proteção previstas no art. 101, que implicam um tratamento através de sua própria família ou na comunidade. Já o adolescente é submetido a um tratamento através das medidas socioeducativas do art.112, que pode, dentre outros fatores, implicar privação de liberdade (CURY, 2008).

### 2.1 O ADOLESCENTE E O ATO INFRACIONAL

Importante iniciar a leitura fazendo uma pergunta que parece ser simples responder, mas que traz em si uma série de reflexões profundas e de grande amplitude: “o que vem a ser criança?” E “o que é a adolescência?”. Para a maioria das pessoas existe a compreensão de que ser criança significa ser feliz, despreocupado, ter condições de vida propícias ao seu desenvolvimento. Já a adolescência se configura como um momento em que, naturalmente, o indivíduo torna-se alguém difícil de lidar e que está sempre vivendo crises. Deste modo, existe para o senso comum a leitura sobre ser criança como estar vivendo o melhor momento da vida e o adolescente, uma fase difícil para ele e para quem com ele convive (FROTA, 2007).

Etimologicamente, a palavra infância vem do latim, *infantia*, e refere-se ao indivíduo que ainda não é capaz de falar. A incapacidade é atribuída à primeira infância que se estende até os sete anos. Percebe-se, assim, que a idade cronológica não é suficiente para caracterizar a infância. Para Khulmann Jr. (1998 *apud* FROTA, 2007, p. 152) a:

Infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel.

Adolescência, período da vida humana entre a puberdade e a adultície, vem do latim *adolescentia*, *adolescere*. É comumente associada à puberdade, palavra derivada do latim *pubertas-atis*, referindo-se ao conjunto de transformações fisiológicas ligadas à maturação sexual, que traduzem a passagem progressiva da infância à adolescência para a vida adulta. Esta perspectiva prioriza o aspecto fisiológico (FROTA, 2007).



No âmbito do ECA, além de compreender a criança e o adolescente como pessoas em desenvolvimento, o Estatuto, em seu art. 2º, estabelece que é criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos, e adolescente, aquele entre 12 e 18 anos de idade. Nesse sentido, no que concerne à adolescência, Frota (2007) complementa afirmando que a mesma deve ser pensada para além da idade cronológica, da puberdade e transformações físicas que ela acarreta, dos ritos de passagem. A adolescência deve ser pensada como uma categoria que se constrói, exercita-se e se re-constrói dentro de uma história e tempo específicos. De acordo com Vezzulla (2006, p. 30) o que deve ser destacado nessa transição se refere:

[...] aos aspectos psíquicos intra-pessoais e à inserção do adolescente na sociedade, sendo na maneira com que o adolescente se relaciona com os outros, ou ainda sob o aspecto de sua identidade e como a sociedade permite (ou não) a realização dessa passagem à autonomia.

É como afirma Pitombeira (2005) ao ressaltar que a naturalização da adolescência e sua homogeneização só podem ser analisadas à luz da própria sociedade. As características “naturais” da adolescência somente podem ser compreendidas quando forem inseridas na história que a geraram. Diante disso, de acordo com Fontes (2005) a história da infância no Brasil, conforme apresentado na seção anterior, confunde-se com a história do preconceito, da exploração e do abandono, já que desde o início havia diferenciação entre as crianças, de acordo com sua classe social, com direitos e lugares diversos no tecido social.

Conforme o presente objeto de estudo, vale enfatizar que toda conduta que a Lei (Penal) tipifica como crime ou contravenção, se praticada por criança ou adolescente é tecnicamente denominada de “ato infracional”, conforme estabelecido no art. 103 do ECA. Anteriormente à implementação do ECA, as condutas praticadas pelos *menores*<sup>9</sup> recebiam titulação das condutas praticadas por adultos, tendo as denominações de infração penal nas legislações brasileiras infanto-juvenil de 1943, 1967 e 1979, de crime nas legislações de 1830, 1921 e 1927 ou contravenção, nas legislações de 1921 e 1927 (KAMINSKI, 2002).

Importante ressaltar que esta terminologia ato infracional não deve ser tratada, conforme Digiácomo e Digiácomo (2010), como mero “eufemismo”, e sim como uma norma especial do Direito da Criança e do Adolescente, que procura enaltecer o caráter extrapenal da matéria com esta designação diferenciada, assim como do atendimento a ser prestado de forma especial ao adolescente em conflito com a lei.

---

<sup>9</sup>Denominação de criança e adolescente durante o período que antecede à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

O autor Ramidoff (2006, p. 70), também não concordando com a equiparação do ato infracional ao crime, compreende que:

O legislador equiparou o ato infracional ao crime, não sendo válida tal equiparação, considerando que a diferença entre eles não está somente na nomealogia e nas consequências jurídicas, mas também no conteúdo normativo, o âmbito de aplicação, a metodologia e estratégias teórico-pragmáticas, bem como as medidas socioeducativas e as sanções penais pois aquelas possuem caráter sócio pedagógico e estas para evitar a dessocialização.

Em sentido contrário, autores como Liberatti (1991) e Nogueira (1996), entendem que o ato infracional pode ser enquadrado na mesma categoria jurídica que o crime e a contravenção penal, visto que o crime da criança e/ou adolescente é o mesmo ao do adulto, sem nenhuma diferenciação estrutural. Para Ataíde Jr. (1999 *apud* KAMINSKI, 2002) e Kaminski (2002), o ato infracional sinônimo de crime corresponde, analiticamente, a toda conduta típica, antijurídica e culpável.

Contrapondo-se com os entendimentos supracitados, Amarante (2006 *apud* CURY, 2006) afirma que há autores que reconhecem o ato infracional com definição igual a de crime e contravenção penal, porém esses conceitos devem ser negados quando referidos à criança ou adolescente, denominando-se ato infracional para os casos incidentes.

Salienta-se que com o ECA, a sujeição das pessoas com idade inferior a 18 anos às normas desta legislação, pressupondo o caráter de imputabilidade<sup>10</sup>, está previsto no art. 228 da Constituição Federal de 1988, também disposto no art. 27 do Código Penal. Rosa (2001, p. 185) afirma que a “inimputabilidade se fundamenta [...] no preceito de que o adolescente é uma pessoa em desenvolvimento físico e psíquico que [...] não tem condições de entender em sua totalidade a ilicitude do fato em todas as suas consequências”.

De acordo com Cury (2010), o cometimento de um ato infracional não decorre de índole má ou de desvio moral, sendo um reflexo da luta de sobrevivência, abandono social, carências e violências a que crianças e adolescentes são submetidos. Nessa direção, Ramidoff (2006) analisa que se deve considerar o desenvolvimento psicológico dos menores de 18 anos na prática de um ato infracional, sendo este decorrente de uma ação inconsciente, visto que os jovens, não possuem consciência de sua atitude quando agem em conflito com a Lei em sua grande maioria.

---

<sup>10</sup> No art. 104 do ECA encontramos que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei”, que regulamenta o preceito constitucional previsto no art. 228, que estabelece “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”.

A criminologia contemporânea define o comportamento desviante do adolescente como fenômeno social normal, desde que não haja grave violência pessoal, patrimonial ou sexual que se prolonga até o amadurecimento, pois as infrações seriam expressão de comportamento experimental e transitório dentro de um complexo, e não uma epidemia em alastramento que deveriam ser reprimidos com cerco e aniquilamento. As ações não seriam raiz para criminalidade futura do adulto, nem passagem para outras formas graves de infrações, tais como o homicídio e estupro (ROSA, 2011).

Corroborando com o mencionado, Vezzulla (2006) ressalta que a adolescência é um período em que se produz uma reação que potencia a insatisfação do adolescente e aumenta o grau expressivo do reclamo para obter a atenção que solicita, às vezes, de forma agressiva e até violenta. A lei se torna um desafio, o adolescente busca encontrar sua própria lei, vislumbra a sua independência querendo romper totalmente as normas. Quando não possui um espaço familiar nem social onde crescer e passar sua crise, sem ter sua identidade reconhecida, acaba por utilizar da agressividade para se defender, para obter um espaço na comunidade que lhe é negado.

A criança e o adolescente que praticarem atos infracionais possuirão tratamento legal diverso, pois, como se pode verificar do disposto no art 105, do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao ato infracional praticado por criança apenas corresponderão as medidas específicas de proteção, previstas no art. 101:

**Art. 101:** Verificada qualquer das hipóteses previstas no Art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

**I** - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

**II** - orientação, apoio e acompanhamento temporários;

**III** - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

**IV** - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

**V** - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

**VI** - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

**VII** - acolhimento institucional; (Alterado pelo L-012.010-2009)

**VIII** - inclusão em programa de acolhimento familiar; (Alterado pelo L-012.010-2009)

**IX** - colocação em família substituta

As medidas de proteção à criança e adolescente, conforme art. 98 do ECA, são aplicadas quando possuírem seus direitos ameaçados e/ou violados, por ação ou omissão do Estado ou da sociedade, ou ainda por falta, omissão ou abuso dos pais, responsáveis ou em razão de sua conduta (BRASIL, 1990).

Essas medidas só podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar<sup>11</sup>, conforme disposição do art. 136, I, ou pelo juiz, nos municípios sem Conselho Tutelar regularmente funcionando, ressaltando-se à exceção aos casos de colocação em família substituta<sup>12</sup>, que é de competência exclusiva do Juiz da Infância e Juventude (KAMINSKI, 2002).

Por sua vez, verificada a prática de ato infracional por adolescente, poderá ser aplicada pela autoridade judiciária, os incisos do art. 112, que estabelecem como medidas socioeducativas a:

**Art. 112.** Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:  
**I** - advertência;  
**II** - obrigação de reparar o dano;  
**III** - prestação de serviços à comunidade;  
**IV** - liberdade assistida;  
**V** - inserção em regime de semiliberdade;  
**VI** - internação em estabelecimento educacional;  
**VII** - qualquer uma das previstas no Art. 101, I a VI.

Cabe ressaltar que a competência para julgar as medidas socioeducativas, conforme a Súmula 108 do Superior Tribunal de Justiça (STJ<sup>13</sup>) é exclusiva ao Juiz para aplicar as medidas socioeducativas tanto de privação de liberdade quanto àquelas aplicadas em liberdade. É, ainda, aplicável a prescrição penal<sup>14</sup>, de acordo com a Súmula 338<sup>15</sup>, em 16/05/2007 do (STJ), sendo o ato infracional equiparado aos crimes do Código Processual Penal.

Nenhum adolescente poderá ser privado de sua liberdade sem o devido processo legal, sendo esta uma imposição jurídica que estende direitos processuais básicos aos adolescentes, limitando-se os poderes da autoridade judiciária, conservando aos adolescentes sua identidade enquanto cidadãos, assegurando-lhes as seguintes garantias previstas no art. 111 do ECA:

**Art. 111.** São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias:  
**I** - pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;

<sup>11</sup> De acordo com o art. 131, do ECA, o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Tem como atribuições aquelas presentes no art. 136 do mesmo estatuto.

<sup>12</sup> A colocação em família substituta é uma forma de garantir à criança ou ao adolescente o direito à convivência familiar, a partir da perda ou destituição do pátrio poder dos pais naturais. Assume três formas: a guarda, a tutela e a adoção (PRÓ-MENINO, 2007). Para maiores informações sobre a modalidade, consultar os arts 28 a 52 do ECA.

<sup>13</sup> **STJ Súmula nº 108** - 16/06/1994 - DJ 22.06.1994. **Medidas Sócio-Educativas - Competência - Prática de Ato Infracional.** A aplicação de medidas sócio-educativas ao adolescente, pela prática de ato infracional, é da competência exclusiva do juiz.

<sup>14</sup> **Prescrição - penal** - É a perda da pretensão do Estado de punir o infrator e de executar a sanção imposta devido a sua inércia dentro do prazo legal. É causa extintiva da punibilidade do agente. Ver arts. 107 e seguintes, do Código Penal.

<sup>15</sup> **STJ Súmula nº 338** - 09/05/2007 - DJ 16.05.2007. **Prescrição Penal - Medidas Sócio-Educativas.** A prescrição penal é aplicável nas medidas sócio-educativas.

- II** - igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;
- III** - defesa técnica por advogado;
- IV** - assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;
- V** - direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;
- VI** - direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento (BRASIL, 1990).

E ainda, nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente em consonância com o art. 5º, inciso LXI, da Constituição Federal que estabelece, ainda, em seu *caput* que o adolescente será conduzido à delegacia, comunicando imediatamente à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada, seguindo-se de sua liberação imediata, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia e sendo impossível, será no primeiro dia útil imediato, a não ser quando houver gravidade do ato infracional e repercussão social, devendo o adolescente permanecer sob internação por até 45 dias, para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública (CURY, 2010).

O adolescente apreendido por força de ordem judicial será encaminhado à autoridade judiciária desde logo, e o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional à autoridade policial competente. Caso haja repartição policial especializada na localidade para atendimento de adolescente e em se tratando de ato infracional praticado em co-autoria com maior de 18 anos, prevalecerá a atribuição da repartição especializada, que, após as providências necessárias e conforme o caso, encaminhará o adulto à repartição policial própria (BRASIL, 1990).

Ressalta-se a necessidade de uma intervenção adequada da Polícia ou de quem flagrar uma criança ou adolescente cometendo um ato infracional, garantindo-lhes um tratamento digno para que possam tomar consciência de que existem formas mais eficazes de garantir suas necessidades básicas e seus direitos do que a criminalidade (CURY, 2010).

Após a liberação do adolescente, a autoridade policial encaminhará imediatamente ao representante do Ministério Público cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência para que seja previamente autuado e instituído com informação sobre os antecedentes do adolescente. Já nos casos em que não houver flagrante, porém, se houver indícios de participação de adolescente na prática de ato infracional, a autoridade policial encaminhará ao representante do Ministério Público relatório das investigações e demais documentos (BRASIL, 1990).

Em casos de ato infracional grave, sendo considerados os antecedentes e a personalidade voltada à prática de atos infracionais do adolescente, a autoridade policial poderá formular pedido de decretação de internação provisória que deverá ser apreciado pela autoridade judiciária após o oferecimento da representação pelo Ministério Público que se manifestará sobre a necessidade da medida (CURY, 2010).

O adolescente será apresentado ao representante do Ministério Público no mesmo dia e à vista do auto de apreensão, boletim de ocorrência ou relatório policial, devidamente autuados pelo cartório judicial e com informação sobre os antecedentes do adolescente procederá imediata e informalmente à sua oitiva e, em sendo possível, de seus pais ou responsável, vítima e testemunhas. Em caso de não-apresentação do adolescente, o representante do Ministério Público notificará os pais ou responsável para a sua apresentação. Adotadas essas providências o representante do Ministério Público poderá: promover o arquivamento dos autos; conceder a remissão; representar à autoridade judiciária para aplicação de medida sócio-educativa (BRASIL, 1990).

Quando é promovido arquivamento dos autos ou concedida a remissão pelo representante do Ministério Público os autos serão conclusos à autoridade judiciária para homologação, que poderá determinar, conforme o caso, o cumprimento da medida. Caso haja entendimento contrário dos dois órgãos, a autoridade judiciária fará remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça e este oferecerá representação, designará outro membro do Ministério Público para apresentá-la, ou ratificará o arquivamento ou a remissão, que só então estará a autoridade judiciária obrigada a homologar (BRASIL, 1990).

Caso o representante do Ministério Público não promova o arquivamento ou conceda a remissão, oferecerá representação à autoridade judiciária, propondo a instauração de procedimento para aplicação da medida sócio-educativa que se afigurar a mais adequada. O prazo máximo para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente é de quarenta e cinco dias. Depois de oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, decidindo, desde logo, sobre a decretação ou manutenção da internação, observado o disposto no art. 108 e parágrafo único (BRASIL, 1990).

Necessário informar que o adolescente e seus pais ou responsável serão cientificados do teor da representação e notificados a comparecer à audiência, acompanhados de advogado. Caso não forem localizados, a autoridade judiciária dará curador especial ao adolescente. Não sendo localizado o adolescente, a autoridade judiciária expedirá mandado de busca e

apreensão, determinando a suspensão do feito, até a efetiva apresentação deste (BRASIL, 1990).

Comparecendo o adolescente, seus pais ou responsável, a autoridade judiciária procederá à sua oitiva, podendo solicitar opinião de profissional qualificado. Se a autoridade judiciária entender adequada a remissão, ouvirá o representante do Ministério Público, proferindo decisão. Sendo o fato grave, passível de aplicação de medida de internação ou colocação em regime de semiliberdade, a autoridade judiciária, verificando que o adolescente não possui advogado constituído, nomeará defensor, designando, desde logo, audiência em continuação, podendo determinar a realização de diligências e estudo do caso (BRASIL, 1990).

A partir do exposto, cabe, neste momento, esclarecer conceitualmente o que consiste cada medida socioeducativa a ser aplicada pela autoridade judiciária.

## 2.2 AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Analisando as medidas socioeducativas previstas no ECA, encontramos divergência entre os autores que as conceituam.

De acordo com Lima (2007), as medidas socioeducativas têm a finalidade de preservar a condição especial que tem o adolescente enquanto pessoa em desenvolvimento, mediante a realização das atividades pedagógicas que procuram oferecer alternativas ao adolescente, promovendo atividades escolares, recreativas e de lazer, e fortalecendo os vínculos com a comunidade. São seis as medidas sócio-educativas, aquelas que não implicam privação de liberdade tais como, a advertência, a obrigação de reparar o dano, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida. E há também aquelas restritivas de liberdade como a inserção em regime de semiliberdade e a internação em estabelecimento educacional.

Ramidoff (2006, p. 100) defende a mesma posição, afirmando que:

Considerando-se o caráter educativo-pedagógico, pode-se legitimamente afirmar que a medida socioeducativa não se constitui numa sanção, vale dizer, não possui caráter, essência ou mesmo conteúdo sancionatório, ainda, que, apenas declarativamente normativo – art 2º, da proposta de lei e diretrizes socioeducativas – enquanto forma normativa que busque uma maior vinculação dos operadores jurídicos e mais construtores sociais.

Já Sposato (2006), conceitua as medidas socioeducativas como possuidoras de natureza penal. Elas representariam o exercício do poder coercitivo do Estado e implicariam uma limitação ou restrição de direitos ou de liberdade. Elas não difeririam das penas,

possuindo as mesmas finalidades e cumprindo o mesmo papel que as penas possuem, pois levariam em conta o delito cometido, fundamentando-se na responsabilidade ética do “delinquente”.

Seguindo a mesma concepção, Saraiva (2006, p.65) acredita que as medidas possuem finalidade pedagógica, porém “não há, sendo sanção, deixar de lhe atribuir natureza retributiva, na medida em que somente ao autor de ato infracional se lhe reconhece aplicação. Tem força de coercitibilidade, sendo, pois, imposta ao adolescente”.

Importante ressaltar que o debate é importante porque pode servir de ponto de partida para que os operadores jurídicos desenvolvam seu trabalho sob uma ou outra visão. O magistrado que encara as medidas como penas trará consigo toda a bagagem do direito penal, seus estigmas e seus ritos. E isto se torna temerário quando a pessoa a ser julgada encontra-se em desenvolvimento, como o adolescente (NICKNICH, 2009).

As medidas socioeducativas serão aplicadas por sentença com prova da materialidade e de autoria, com exceção em casos de remissão e advertência, em decorrência do princípio da verdade real e garantia constitucional de que alguém só será culpado após o trânsito em julgado da condenação. E mais, poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, podendo ser substituídas a qualquer momento (D’ANDREA, 2005). No § 1º do art. 112 do ECA, encontram-se os critérios para a fixação as medidas socioeducativas, tendo o juiz que levar em consideração a capacidade do adolescente autor de ato infracional em cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração (DEL-CAMPO, 2009).

Destaca-se, ainda, que no âmbito das medidas socioeducativas, foi sancionado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012 que regulamenta a execução das referidas medidas.

No ano de 2004, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) sistematizaram e apresentaram a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

Em 13 de julho de 2006, o SINASE foi aprovado na assembleia do CONANDA representando um grande avanço em termos de políticas públicas voltadas para os adolescentes autores de ato infracional. Um ano depois, exatamente dia 13 de julho, o SINASE foi apresentado como projeto de lei (PL 1.627/2007) ao Plenário da Câmara dos Deputados, para, em 09 de novembro, por Ato da Presidência da Câmara ser criada uma Comissão Especial para analisar o projeto de lei, tendo como relatora a deputada Rita Camata (VERONESE, 2009).



O SINASE consiste num conjunto ordenado com princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, contendo desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. E mais, consiste em uma política pública destinada a incluir o adolescente em conflito com a lei nos campos das políticas públicas e sociais (SINASE, 2006).

De acordo com o Sinase (2006, p. 63):

Os parâmetros da ação socioeducativa estão organizados pelos seguintes eixos estratégicos: suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; cultura, esporte e lazer; saúde; escola; profissionalização/trabalho/previdência; família e comunidade e segurança.

O SINASE procura articular os três níveis do governo para um melhor desenvolvimento do atendimento socioeducativo ao adolescente, levando em consideração a intersetorialidade e a corresponsabilidade entre a família, o Estado e a sociedade, visto que é um instrumento jurídico-político que complementa o ECA, priorizando a aplicação de medidas em meio aberto em detrimento das restritivas de liberdade, que somente devem ser aplicadas em caráter de excepcionalidade e brevidade. Cumpre ao Estado a função de investir em políticas sociais que facilitem a concretização desse importante instrumento normativo (VERONESE, 2009).

A criação do SINASE trouxe inovações, principalmente nos parâmetros da gestão pedagógica que serão expandidos para as medidas socioeducativas sem que se executam a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida, a semiliberdade e a internação, através de doze diretrizes que fundamentam a prática pedagógica e que focam os adolescentes em conflito com a lei, responsabilizando-os judicialmente, porém de maneira correta e justa, respeitando-os como sujeitos em desenvolvimento e garantindo seus direitos como cidadãos (OLIVEIRA; BRIGUENTI, 2008).

Diante disso, serão detalhadas as medidas para que melhor se compreendam suas propostas de realização prática.

### **2.2.1 Da Advertência**

A medida socioeducativa denominada estatutariamente de advertência (art. 115 do ECA) representa ser a mais branda das medidas previstas pelo art. 112 do referido Estatuto, quando da ocorrência de ato infracional, recomendada a sua aplicação aos adolescentes que cometem infrações leves, sem violência ou grave ameaça à vítima, quando cometem um ato infracional pela primeira vez ou por prática ocasional de uma infração (SEGALIN, 2008).

Consiste em uma admoestação verbal aplicada judicialmente em audiência destinada para tal desiderato com a presença de eventuais servidores e policiais de escolta, do adolescente, de seus pais ou responsável, além do Defensor, do Promotor de Justiça e do Juiz de Direito.

De acordo com Veronese, Quandt e Oliveira (2001) a advertência se resume num aviso, na observação, na representação e na censura verbalmente realizada pelo juiz ao adolescente que cometa ato infracional, na presença dos pais ou responsáveis, para que o adolescente não reincida. Sendo assim, é um ato formal, onde deverá ser promovida a leitura do ato atribuído ao adolescente, as provas que demonstram sua participação e o comprometimento do adolescente de que não repetirá o ato infracional (CABRERA, 2006).

Para Silva (2008, p. 52), “a advertência é uma medida imposta unilateralmente ao adolescente, não pode, por óbvio, admitir sua aplicação caso haja prova efetiva da autoria”, seguindo o *caput* do art. 114 que exige que a imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressuponha a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração. Sendo assim, no caso da advertência o parágrafo prevê que poderá ela ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e apenas indícios suficientes da autoria.

Em geral, recomenda-se a advertência no primeiro contato do adolescente com a Justiça, na ocasião de seu primeiro ato infracional apurado, pressupondo-se que o evento da infração é uma exceção, um fato isolado na conduta do adolescente. Porém, não significa dizer que a aplicação de tal medida não possa ser exercida em práticas reiteradas de ato infracional, pois se avaliam as circunstâncias, aplicando-se assim qualquer medida (VERONESE, 2006).

## **2.2.2 Da obrigação de reparar o dano**

A medida socioeducativa de obrigação de reparar o dano, presente no art. 116 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o adolescente deverá restituir a coisa, ressarcindo o dano e compensando o prejuízo causado à vítima.

A medida é aplicável quando atingem bens materiais da vítima, direta ou indiretamente, como a conduta infracional análoga ao furto, previsto no art. 155 do Código Penal, ao dano (art. 163 do CP), à pichação ou grafiteagem (art. 65 da Lei n. 9.605 de 1998) em que o adolescente pode reparar o mal causado (DEL-CAMPO, 2009).

Veronese, Quandt e Oliveira (2001), Del-Campo (2009) e Ramidoff (2011) apontam três espécies de reparação de dano: restituir a coisa, ressarcir a vítima do dano, e compensar o

prejuízo da vítima.

Restituição da coisa é cabível nos casos em que tiver sido furtado, roubado ou apropriado indebitamente será devolvido ao seu legítimo dono; ressarcimento do dano (em pecúnia) acontece quando o objeto da prática do ato não encontra-se com o adolescente, ou encontra-se destruído, tendo o seu valor destituído ao dono; e compensação do prejuízo ocorre quando o adolescente não restitui a coisa ou promova o seu ressarcimento, mas compense a vítima de outra maneira. Caso não haja a possibilidade de ressarcimento, de restituição e de compensação, a medida poderá ser substituída por outra que se afigure adequada.

Conforme Del-Campo (2009, p.177):

(...)embora a reparação do dano possa parecer medida adequada à maior parte dos atos infracionais de cunho patrimonial, é preciso atentar para que não sejam os pais do adolescente os verdadeiros responsáveis pelo seu implemento; caso contrário, a reprimenda acabaria fugindo da pessoa do infrator, perdendo seu caráter educativo.

Importante ressaltar que a prestação de serviços requer a concordância do adolescente, devendo ser realizada de maneira que preserve sua imagem não submetendo à humilhação pública que prejudique o processo educativo. E mais, essa medida socioeducativa tem como fundamento principal a reeducação do adolescente, e não necessariamente a compensação total do dano causado (DEL-CAMPO, 2009).

### **2.2.3 Da prestação de serviços à comunidade**

É a medida que consta na atribuição de tarefas comunitárias gratuitas em escolas, hospitais, entidades assistenciais, assim como a participação em programas comunitários ou governamentais de conformidade com as aptidões do adolescente presente no art. 117 do ECA (RAMIDOFF, 2011).

É uma medida opcional, visto que o adolescente não pode ser forçado a trabalhar, em conformidade com o art. 112, §2º. Será limitada no tempo em dois sentidos, na duração, com o máximo de seis meses, e na jornada semanal, com o máximo de oito horas (VERONESE; QUANDT; OLIVEIRA, 2001).

De acordo com Elias (1994 *apud* Veronese, 2001, p. 59): “tendo o adolescente praticado outra ação no período, possa sofrer medida idêntica, que deverá ser cumprida em seguida à primeira”. Poderá ser aplicada juntamente com outra medida, especialmente a liberdade assistida, sendo os serviços prestados de forma que não prejudique o horário escolar ou eventual emprego, podendo ser realizada tanto nos dias úteis, quanto aos finais de semana e feriados, de forma que melhor beneficie o adolescente (D’ANDREA, 2005).

Tem caráter moral e pedagógico, aparecendo como uma das medidas mais eficientes, pois provoca a reflexão do adolescente sobre seu comportamento, dando a ele a noção de trabalho, além de compensar o dano (D'ANDREA, 2005).

Sobre a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, Sposato (2006, p.121) analisa que:

Percebe-se que essa medida possui um forte apelo comunitário e educativo tanto para o jovem infrator quanto para a comunidade, que por sua vez poderá responsabilizar-se pelo desenvolvimento integral desse adolescente. Se bem executada, a medida proporciona ao jovem a experiência da vida comunitária, de valores sociais e compromisso social, de modo que possa descobrir outras possibilidades de convivência, pertinência social e reconhecimento que não a prática de infrações.

A medida não deve consistir, jamais, em atividades repetitivas, humilhantes e discriminatórias (SPOSATO, 2006).

Importante ressaltar que a aplicação dessa medida é atribuição exclusiva da Justiça da Infância e Juventude, porém, a sua operacionalização depende de parcerias com órgãos públicos e organizações não-governamentais, assegurando um Programa de Prestação de Serviços à Comunidade instituído no município, e o efetivo acompanhamento do órgão executor e da entidade que recebe o adolescente. Cabe ao programa de prestação de serviços à comunidade, na execução da medida, através de seus agentes operadores, acolher, acompanhar e orientar os adolescentes, articulando com a Rede de Atendimento no município (SEGALIN, 2008).

#### **2.2.4 Liberdade Assistida**

A medida socioeducativa da liberdade assistida consiste no acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente autor de ato infracional, de acordo com o art. 118.

É um meio de liberdade vigiada, com concessão da liberdade ao adolescente sob algumas condições. A vida será acompanhada pelo Juízo da Infância e da Juventude através de uma pessoa capacitada para esta tarefa, sendo o orientador do adolescente (VERONESE, 2006).

Para D'Andrea (2005), na liberdade assistida, o adolescente não presta serviços e nem tem sua liberdade privada, e sim, recebe orientações. O adolescente é mantido em liberdade, sendo-lhe designado um orientador para acompanhá-lo, através de encontros periódicos com esse e sua família, a fim de guiá-lo no melhor desenvolvimento de sua conduta.

Este orientador ficará responsável por promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; e apresentar relatório do caso (art. 119, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

Cabe ao orientador, segundo Saraiva (2006, p.161) promover socialmente o adolescente e sua família,

[...] fornecendo-lhes orientação e inserindo-os (ao adolescente e sua família), se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social, havendo ainda de supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula, diligenciando no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho.

Segundo dispõe o § 2º do art. citado, a liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses e pode a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida. Se ao final do prazo estipulado inicialmente for verificada a necessidade de continuidade do acompanhamento, a medida poderá ser prorrogada. Não há prazo máximo definido, porém há entendimento de que não poderá exceder três anos por um único ato infracional, previsto para as medidas de semiliberdade e internação no art. 121, §3º, do ECA (DEL-CAMPO, 2009).

Para Sposato (2006), a medida de liberdade assistida visa a manutenção dos vínculos sociais e comunitários, pela manutenção da liberdade do adolescente sem deixar de exercer uma limitação no exercício dos seus direitos. Ela é imposta em sentença, não como forma de suspender a ação socioeducativa e nem como substituição da internação.

Cabe ressaltar que atualmente existem dois tipos de programas de liberdade assistida principais, os desenvolvidos por instituições governamentais, municipais ou estaduais e os organizados por instituições não governamentais comunitárias ou religiosas (SPOSATO, 2006).

Elias (1994) observa que a liberdade assistida, geralmente, é aplicada aos adolescentes que retornam a cometer um ato infracional de natureza leve, como por exemplo, furtos, agressões leves ou porte de entorpecentes para uso próprio.

Sobre a medida de liberdade assistida, Sposato (2006) traz em sua obra a análise de Olympio de Sá Maior Neto como sendo a medida que se mostra com melhores condições de êxito, visto que está direcionada para interferir na realidade familiar e social do adolescente, buscando resgatar, através de apoio técnico, suas potencialidades, pois o acompanhamento, o

auxílio e orientação, a promoção social do adolescente e sua família, além de sua inserção no sistema educacional e no mercado de trabalho poderão produzir uma ruptura com a prática de delitos, tendo o adolescente seus vínculos com a comunidade e seu grupo de convivência reforçados.

### **2.2.5 Da Semiliberdade**

A medida de semiliberdade consiste em uma alternativa mais branda à internação, sendo executada através do regime de recolhimento noturno e realização de atividades externas durante o dia com supervisão de equipe multidisciplinar (DEL-CAMPO, 2009).

Nessa medida há o afastamento do adolescente do convívio familiar e da comunidade de origem, através da restrição de sua liberdade, porém sem privá-lo totalmente do seu direito de ir e vir, realizando atividades externas referentes à escolarização, à profissionalização e atividades pedagógicas no interior dos órgãos de internatos (SPOSATO, 2006).

De acordo com Segalin (2008), essa medida pretende restringir parcialmente a liberdade do adolescente, evitando a institucionalização total, e nos seus aspectos coercitivos durante a aplicação da medida, encontramos aquele que afasta o adolescente do convívio sociofamiliar de origem, embora não haja privação do seu direito de ir e vir. Há, porém, aspectos educativos na oferta de oportunidades e no acesso a serviços sociais, assegurando a participação do adolescente na vida cotidiana externa à instituição de privação de liberdade.

Pode ser aplicada de início, como medida autônoma, ou como forma de transição do regime de internação para o meio aberto, de acordo com o art. 120 do ECA.

A medida não possui prazo determinado, sendo utilizadas as disposições relativas à internação, conforme o § 2º do art. supracitado e do art. 121, §2º ao 6º, cabendo as determinações de reavaliação da manutenção da medida a cada seis meses, o prazo máximo de três anos, a possibilidade de aplicação de outra medida após o período, a liberação compulsória aos 21 anos, e o procedimento de desinternação.

De acordo com D'Andrea (2005), a semiliberdade é uma medida benéfica, porém de pouca aplicação, visto a falta de estabelecimentos para a execução desta, e quando aplicada, normalmente é realizada em estabelecimentos responsáveis pela internação.

### **2.2.6 Da Internação**

É a mais severa das medidas socioeducativas, aplicada somente em casos mais graves, com violência e grave ameaça à vítima, onde se exige acompanhamento integral e

intensivo do adolescente. É medida privativa de liberdade, e baseada nos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição do adolescente como pessoa em desenvolvimento, não podendo exceder a três anos, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses (D'ANDREA, 2005).

Quanto aos princípios condicionados à internação, o da brevidade impõe a menor duração possível para a privação de liberdade para que sua vigência se dê no limite da necessidade, reavaliando-se periodicamente. O princípio da excepcionalidade incide diretamente na fase de imposição pelo Poder Judiciário como medida mais adequada ao caso, como última alternativa a ser adotada. Por fim, o respeito à condição do adolescente como pessoa em desenvolvimento relaciona-se à individualização da medida em atenção às características pessoais, sua capacidade de cumprir a determinação judicial (SPOSATO, 2006).

Importante enunciar a relação entre internação e regime de semiliberdade que Baratta (2006, p. 267, *apud* CURY, 2010) aborda:

a diferença entre as duas medidas é mais quantitativa do que qualitativa resulta também do fato de que no caso da internação como no de semiliberdade é prevista a realização de atividades externas, com a única diferença de que, no primeiro caso, e não no segundo, o juiz pode impedir a realização de tais atividades, através de proibição expressa (art.121, §1º).

A internação pode ser aplicada como medida provisória ou definitiva, sendo a primeira cabível na hipótese de flagrante de ato infracional ou ordem judicial, não podendo exceder o prazo máximo de 45 dias, devendo a medida ser baseada em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrando-se a necessidade da medida naquele momento, isto é, para garantir a ordem pública e a aplicação da lei. A internação definitiva é aquela estabelecida após instaurado o processo, com a proferição da sentença (CABRERA, 2006).

Findado o prazo da medida, o adolescente poderá ser colocado em medida mais branda, como a de semiliberdade ou a liberdade assistida, em conformidade com o art. 121, §4º, do ECA (DEL-CAMPO, 2009).

Segundo o art. 122 do ECA, a medida de internação só poderá ser aplicada quando, alternadamente:

- I** - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
- II** - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- III** - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Importante salientar que o §2º do art. supracitado estabelece que em nenhuma

hipótese será aplicada a internação desde que haja outra medida adequada para o caso, sendo um recurso utilizado em última instância. Não é avaliada a gravidade do ato infracional somente, sendo admitida ainda a conjunção de todos os elementos (SPOSATO, 2006).

Mesmo sendo uma medida privativa de liberdade, permite-se a realização de atividades externas pelo adolescente, desde que autorizado pela equipe técnica da entidade responsável e pela autoridade judiciária (D'ANDREA, 2005).

Veronese (2006) ressalta que a privação de liberdade deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local diverso ao do abrigo, de acordo com o art. 123, *caput*, 1ª parte, para separar os adolescentes responsabilizados pelo ato infracional grave dos adolescentes que carecem de cuidados. Há ainda a separação entre os internados, tendo-se como critério a gravidade dos atos infracionais, compleição física e idade, para afastar os mais violentos dos mais passivos.

Em suma, Rossato (2010 *apud* RAMIDOFF, 2011, p. 112) informa os pressupostos que devem estar presentes durante a aplicação da medida socioeducativa de internação, sendo eles:

A apuração da materialidade e da autoria, mediante sentença, não podendo ser aplicada em cumulação à remissão; possibilidade física e mental do adolescente; somente poderá ser aplicada se não existir outra medida adequada à ressocialização; somente poderá ser aplicada nas hipóteses taxativamente previstas em lei; infração cometida [com] violência ou grave ameaça à pessoa; reiteração no cometimento de outras infrações graves; expedição da guia de execução de medida e início do processo de execução; acompanhamento pela entidade de atendimento; sujeita a prazo indeterminado, mas limitado a três anos; proibida a incomunicabilidade; e atividades externas poderão ser proibidas pela autoridade judiciária.

No art. 124, o Estatuto estabelece garantias ao adolescente privado de liberdade, sendo elas:

- I** - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;
- II** - peticionar diretamente a qualquer autoridade;
- III** - avistar-se reservadamente com seu defensor;
- IV** - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;
- V** - ser tratado com respeito e dignidade;
- VI** - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;
- VII** - receber visitas, ao menos, semanalmente;
- VIII** - corresponder-se com seus familiares e amigos;
- IX** - ter acesso aos objetos necessários à higiene e ao asseio pessoal;
- X** - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;
- XI** - receber escolarização e profissionalização;
- XII** - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;
- XIII** - ter acesso aos meios de comunicação social;
- XIV** - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;
- XV** - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;



**XVI** - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.

Conclui-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente traz uma concepção repaginada, diferente à concepção dos Códigos de Menores de 1927 e 1979, que é o da responsabilidade social ou estatutária. O Estatuto elenca obrigações, responsabiliza condutas compreendidas como ilícitos penais aplicando medidas socioeducativas, servindo de mecanismos, instrumentos de caráter social e educacional pretendendo-se a real inserção do adolescente que praticou um ato infracional na sociedade, sem discriminações, sem rótulos, sem a perversidade da exclusão social (VERONESE; QUANDT; OLIVEIRA, 2001).

### 2.3 OS LOCAIS ONDE SÃO CUMPRIDAS AS MEDIDAS APLICADAS

Quando o juiz aplica a medida socioeducativa, o jovem e sua família são encaminhados aos órgãos executores, ou seja, àquelas instituições que vão viabilizar o cumprimento da sentença judicial, atendendo aos adolescentes vinculados. A seguir, serão apresentados os locais em que as medidas socioeducativas são executadas no município de Florianópolis, objetivando uma maior aproximação à pesquisa empírica:

a) Advertência: é executada diretamente pelo Juiz da Infância e da Juventude, em audiência.

b) Obrigação de reparar o dano: é cumprida a partir da intermediação da 1ª Vara da Infância e da Juventude entre o adolescente e a vítima.

As medidas socioeducativas a seguir são executadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis, por meio dos órgãos e instituições que serão citados.

c) Prestação de serviços à comunidade: o Programa está sob a responsabilidade da Gerência da Criança e do Adolescente que é encarregada pela Gestão de Programas e Projetos Sociais de atendimento e defesa à população infanto-juvenil. Esta gerência é uma divisão da Secretaria de Assistência Social do município de Florianópolis, encarregada de manter e organizar as políticas de garantia de direitos voltadas à assistência social no atendimento de crianças, adolescentes, idosos, famílias, e por consequência a garantia do desenvolvimento social da cidade de Florianópolis (SALES, 2007).

O Programa é executado junto ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência e está localizado na Cidade da Criança junto a Avenida Rui Barbosa, 677 – Bairro Agrônômica no município de Florianópolis/SC.

d) Liberdade assistida: assim como a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida é executada na Cidade da Criança em Florianópolis, junto ao CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência.

A Liberdade Assistida pode ser executada em duas modalidades de atendimento: Institucional ou Comunitária. A Comunitária acompanha os adolescentes oriundos das comunidades do Bairro Monte Cristo: Promorar, Panorama, Santa Terezinha I e II, Nova Esperança, Novo Horizonte, Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória e a Institucional acompanha os adolescentes residentes nas demais comunidades do município de Florianópolis através de atendimentos individuais e familiares na sede do Serviço situada no CREAS e por meio de visitas domiciliares (SILVA, 2010).

e) Semiliberdade: é executada pela entidade conveniada Escrava Anastácia - Centro Cultural Escrava Anastácia da Capela Nossa Senhora do Mont Serrat. Possui capacidade de 23 vagas e está situada no bairro Campeche de Florianópolis.

f) Internação: é executada pelo Plantão de Atendimento Inicial (PAI), com internação dos adolescentes no local sendo provisória e não podendo ultrapassar 45 dias. Atualmente só recebe meninos, já que em breve estarão reformando o local, havendo somente uma menina cumprindo a medida socioeducativa. O projeto para a construção do Centro de Atendimento Socioeducativo da Grande Florianópolis-(CASE), que será construído no lugar do antigo Centro Educacional São Lucas<sup>16</sup> ainda passa por ajustes burocráticos. Os adolescentes têm sido transferidos para outros municípios.<sup>17</sup>

## 2.4 A REMISSÃO

Ante ao exposto, cabe, neste momento, ressaltar que ao adolescente que comete um ato infracional poderá ser aplicada uma medida socioeducativa, prevista no art.112 do ECA, ou ser submetido a um tratamento através da remissão, que passará a ser explicitada neste momento.

A palavra Remissão, do latim *remissio*, de *remittere*, significa clemência, misericórdia, indulgência, perdão. Segundo Houaiss (2001, p. 2425) consiste em: “1. ação de remir, perdoar [...]. 2. sentimento de misericórdia, de indulgência; compaixão [...].”

<sup>16</sup>O Centro Educacional São Lucas, maior instituição para adolescentes infratores de Santa Catarina, em São José, Grande Florianópolis está interditado desde dezembro de 2010 e foi demolido no dia 6 de junho de 2011. O fechamento da instituição pôs fim ao funcionamento de uma unidade totalmente descaracterizada de sua função. Será construído o Case (Centro de Atendimento Socioeducativo da Grande Florianópolis) em seu lugar, porém ainda não há previsão de construção e funcionamento.

<sup>17</sup>Informação é datada em julho de 2012.

Conforme Vilhena Júnior (1991) e Mirabete (2003 *apud* CURY, 2010), a remissão é o exercício de uma espécie de poder moderador que tem como escopo a racionalização do procedimento, permitindo a sua instauração ou continuidade quando verificada a sua real necessidade, poupando, assim, o adolescente das expiações de um processo prescindível, e a Justiça, da movimentação de todo um sistema para a apreciação de questões mais facilmente solucionadas extraprocessualmente.

O instituto encontra previsão na Lei n. 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 126:

Art. 126. Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

Parágrafo único. Iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou extinção do processo.

Sendo assim, a remissão é um instituto que poderá ser concedida pelo Ministério Público antes de iniciado o procedimento judicial, excluindo o processo, mediante a homologação; ou pelo Juiz, após iniciada a apuração do ato infracional, ocasionando na suspensão ou na extinção do processo. Deverão ser observadas as consequências do fato no contexto social, a personalidade do adolescente e a sua participação no ato infracional (D'ANDREA, 2005).

Duas espécies podem ser concedidas pelo Juiz, uma que suspende o processo e outra que o extingue. A remissão que exige o cumprimento de uma medida suspende o processo durante o tempo em que a medida é cumprida pelo adolescente. A remissão que não exige aplicação de medida ou que incide em advertência extingue o processo. A medida imposta com a remissão poderá ser revista a qualquer instante (VERONESE, 2006).

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a remissão não significa o reconhecimento de sua culpabilidade, já que não existe a necessidade de comprovação de sua responsabilidade, não predominando, assim, para efeitos de atos reiterados, de modo da possibilitar a sua aplicação conjunta com qualquer das medidas dos arts 101 ou 112, exceto a de semiliberdade e a de internação, conforme disposto no art. 127 do ECA (D'ANDREA, 2005).

Caso o adolescente descumpra a medida imposta juntamente com a remissão, o procedimento prosseguirá, caso tenha sido suspenso, ou o Ministério Público oferecerá representação como forma de revisão, de acordo com o art. 126, parágrafo único, do ECA,

não sendo aplicada qualquer medida ao adolescente ou estará ele sujeito a nova medida (D'ANDREA, 2005).

Para a imposição de medida pela autoridade judiciária, faz-se necessária a presença de indícios de materialidade e autoria, mesmo sem a existência de prova cabal do cometimento do ato infracional. A jurisprudência dominante vem acatando a tese de que somente pode ser concedida após a oitiva do adolescente e ouvido o Ministério Público, para que o juiz possa montar um perfil do adolescente, de sua estrutura familiar e do ato praticado, e assim, decidir pela conveniência do benefício e qual medida cumulativa a ser aplicada. Por respeito ao princípio do *due process of law* (devido processo legal<sup>18</sup>), os Tribunais têm decidido que o juiz deve ouvir o adolescente em apresentação (DEL-CAMPO, 2009).

Um ponto de grande discussão é o da aplicação de remissão ministerial cumulada com medida socioeducativa. De acordo com ISHIDA (2001 *apud* CABRERA, 2006) há duas correntes quanto à questão. A primeira entende que não há possibilidade da cumulação em razão de sua afronta ao princípio do devido processo legal e do contraditório. A outra entende que há a possibilidade, não havendo qualquer afronta. Porém, caso apenas na hipótese de haver concordância pelo adolescente e seus responsáveis sobre as medidas cumuladas, não haverá qualquer ofensa aos princípios constitucionais, e assim, poderá ser concedida a aplicação de remissão cumulada com medida socioeducativa pelo Ministério Público.

Em síntese, Del-Campo (2009, p. 196-197) explica a remissão ministerial:

pode ser concedida após a oitiva informal do art. 179; deve ser homologada pelo juízo; não pode ser cumulada com qualquer outra medida; deve ser concedida ante indícios de materialidade e autoria; não implica o reconhecimento ou a comprovação da responsabilidade; não prevalece para efeito de antecedentes; deve ser concedida para atos infracionais em pequena gravidade.

A remissão judicial que extingue e a que suspende o processo deve ser concedida antes da sentença e ante indícios de materialidade e autoria; exige o mínimo de instrução, não devendo ser concedida antes da audiência de apresentação; o Ministério Público deve ser ouvido; pode ser cumulada com qualquer medida socioeducativa, excetuando-se a semiliberdade e a internação; deve ser concedida para atos infracionais de pequena gravidade. A medida pode ser cancelada com o retorno do processo à situação anterior; pode ser

<sup>18</sup> O Princípio do Devido Processo Legal está disposto no art. 5º, inciso LIV da nossa Carta Magna: “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal*”. De acordo com Araújo (1999, p. 198) o devido processo legal é a “expressão maior das garantias processuais fundamentais do cidadão”, e essas garantias constitucionais do processo ou os denominados princípios processuais, sendo eles: o princípio do juiz natural, do contraditório, da ampla defesa, da presunção de inocência, são o desenvolvimento analítico do devido processo legal.

substituída por outra medida, excetuando-se as privativas de liberdade; pode ser convertida em perdão puro e simples; não prevalece para efeito de antecedentes; não implica o reconhecimento ou a comprovação da responsabilidade; não deve haver qualquer força coercitiva por parte do Estado (DEL-CAMPO, 2009).

Enfim, o somatório dos conhecimentos aqui apresentados tinham por objetivo contextualizar o(a) leitor(a) para a realidade escolhida para esse estudo, representada por: a) o que significa ser adolescente, b) os atos infracionais e c) as medidas socioeducativas aplicadas no cometimento de tal ação. A partir da próxima seção será apresentada a caracterização e a sistemática da atuação da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Florianópolis. Também a exposição de dados obtidos durante a coleta de dados dos processos que chegaram à Vara no ano de 2011 e uma reflexão e análise sobre as medidas socioeducativas aplicadas cumulativamente à remissão e os atos infracionais praticados, sendo eles motivados pelo questionamento inicial da pesquisa que era: quais os motivos que levam os juristas a cumular ou não remissão e medida socioeducativa em casos de ato infracional, tendo como base os processos de apuração de ato infracional da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital de 2011?

### **3 OS PROCESSOS DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL DE 2011 DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE FLORIANÓPOLIS**

Inicialmente, serão trazidos os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste trabalho, discorrendo sobre a pesquisa e os objetivos propostos. Posteriormente, será apresentada uma breve caracterização da Vara da Infância e da Juventude para esclarecer qual foi o espaço onde os dados foram coletados. Logo após, passara-se a analisar os dados coletados neste estudo aos processos que chegaram à Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis no ano de 2011. Desse modo, tentara-se concretizar um estudo sobre quais são as medidas socioeducativas mais aplicadas cumulativamente à remissão, os atos infracionais cometidos, além de ser feita uma análise sobre a aplicação dessas pelas autoridades judiciais.

#### **3.1 TRAJETÓRIA DA PESQUISA**

Para tratar-se da pesquisa, é necessário primeiramente definir este conceito que, de acordo com Minayo (2008, p. 16) é

a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

Para Pádua (2009, p. 31), a pesquisa “é toda atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade”.

Dessa forma o problema que norteou o desenvolvimento da pesquisa foi: Quais os motivos que levam os juristas a cumular ou não remissão e medida socioeducativa em casos de ato infracional, tendo como base os processos de apuração de ato infracional da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital de 2011? E para dar resposta a essa pergunta traçamos como objetivos:

##### **Geral:**

Analisar, com base nos processos de apuração de ato infracional de 2011 da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital/Florianópolis, os motivos que levam os juristas a cumular ou não remissão e medida socioeducativa.

##### **Específicos:**

- Descrever os aspectos legais, elencados principalmente no Estatuto da Criança e do Adolescente que tratam da remissão e da medida socioeducativa;

- Evidenciar se a Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital tem acolhido a decisão de cumular remissão com aplicação de medida socioeducativa;

- Identificar quais os principais atos infracionais que culminaram na remissão e/ou em medidas socioeducativas aplicadas;

Os métodos utilizados para a realização da pesquisa são de natureza quantitativa e qualitativa. A primeira procura, segundo Malhotra (2001, p. 155), “quantificar os dados e aplicar alguma forma de análise estatística”. Já a segunda, de acordo com Minayo (2008, p. 101), requer como atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos”. Na maioria das vezes, esse tipo de pesquisa deve suceder a pesquisa quantitativa, já que esta última ajuda a contextualizar e a entender o fenômeno.

Os procedimentos utilizados para coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica e documental; e, paralelamente, a utilização de questionários com as autoridades judiciais da Vara da Infância e da Juventude que estabelecem juntamente com o adolescente e responsável, qual a melhor medida a ser aplicada, com base nas aptidões e possibilidades dos adolescentes, sendo eles: a Juíza da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital, o Promotor da 15ª Promotoria de Justiça e o Advogado da Vara da Infância e da Juventude.

Para a construção deste trabalho foram utilizadas bibliografias diversas, as que se sobressaíram foram: Del-Campo (2009); Martins (2003); Ramidoff (2006); Pilotti e Rizzini (2009); Sposato (2006); Veronese (1999, 2001 e 2006); Vezzula (2006).

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Lakatos e Marconi (1991, p. 183),

abrange toda bibliografia, já tornada pública em relação ao tema, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc. [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Foram utilizadas também leitura aos Trabalhos de Conclusão de Curso de estudantes de graduação e pós-graduação, dentre eles de: Meggiato (2008); Nicknich (2009); Segalin (2008).

Já a pesquisa documental se deu através da utilização do sistema de dados do sistema judiciário de Florianópolis, com o objetivo de fazer o levantamento de quantos processos haviam chegado à Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital no ano de 2011; se havia a incidência de aplicação de remissão cumulada com medida socioeducativa; quais foram as principais medidas aplicadas cumulativamente; quais foram os atos infracionais cometidos. Segundo Gil (2002 p. 45) a pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não

recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

No dia 06 de março de 2012 foi feito contato com a Assessoria o Gabinete da Juíza para saber da possibilidade de consultar os processos da Vara, e foi informado que era necessário uma autorização da Juíza (APÊNDICE A). No dia 12 de março a autorização foi entregue no Cartório. Foi agendada, também, uma reunião com a Juíza no dia 16 de março para a explicação da pesquisa, dos dados que seriam utilizados e de sugestões para enriquecimento do trabalho.

Os dados foram coletados durante o período de 25 de abril a 20 de junho, em seis idas à Vara da Infância e da Juventude, sendo pesquisados os 838 processos que chegaram ao Cartório no ano de 2011, a fim de verificar se havia a aplicação de remissão cumulativamente a medida socioeducativa, quais eram as medidas mais aplicadas e os atos infracionais que deram incidência a essa aplicação. A escolha pelo ano de 2011 deu-se pelo fato de uma maior aproximação com a atualidade, visto que os processos que chegassem à Vara em 2012 dificilmente já teriam alguma decisão acolhida durante o período da pesquisa. Como havia um número bem expressivo de processos em 2011, sendo o trabalho limitado em um semestre para a sua realização, compreendeu-se que este seria o período que possibilitaria que a coleta de dados fosse efetivada.

O questionário foi disponibilizado ao final do levantamento de dados aos profissionais que se dispuseram a contribuir com a pesquisa, sendo eles a Juíza (Participante 1), o Promotor (Participante 2) e o Advogado da Vara (Participante 3), para melhor compreender os motivos que levam a aplicar cada medida socioeducativa e a remissão de forma cumulada ou não, bem como analisar como os três juristas avaliam a operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à problemática do ato infracional na adolescência no município de Florianópolis. Importante ressaltar que foi realizada uma solicitação aos três para que colaborassem com a análise dos dados, onde todos aceitaram participar da pesquisa (APÊNDICE B).

Optou-se pela utilização do questionário para a realização da pesquisa, uma vez que estes três profissionais possuem muitas atribuições em seus cargos, grande demanda de processos, e o questionário seria o instrumento mais indicado para que pudessem contribuir com a pesquisa em momento que fosse mais oportuno. Importante ressaltar que Pádua (2009, p.72) entende por questionário como “instrumento de coleta de dados que são preenchidos



pelos informantes, sem a presença do pesquisador”<sup>19</sup>. O questionário (APÊNDICE C) foi estruturado com sete perguntas baseadas nos dados obtidos com a pesquisa que passarão a ser analisadas no subitem a seguir.

Depois de realizada a coleta de dados, as informações foram sistematizadas em documento no Programa do Excel, sendo construídos, a partir disso os gráficos e uma tabela para subsidiar a análise da pesquisa, como também identificar as informações obtidas, conforme poderá ser visualizado no subitem 3.3.

### 3.2 CONTEXTUALIZANDO A VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Importante ressaltar que com a implantação da República em 1889, e com a instituição do federalismo pela Carta Magna de 1891, foi introduzido o sistema dual - Justiça Federal e Justiça dos Estados, as quais obedecem a lógica de que cada unidade da federação deveria reger-se pelas constituições e leis que adotasse, mas respeitando os princípios constitucionais da União. Seguindo-se dessa diretriz, a Constituição Catarinense de 1891, no *caput* do art. 49, explicitou que os três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - deveriam independentes, porém harmônicos entre si, sendo instituído o denominado Superior Tribunal de Justiça como órgão de segunda instância.<sup>20</sup>

A instalação do Tribunal de Justiça (TJ) em Santa Catarina ocorreu em 1º de outubro de 1891, na Casa da Câmara. O TJ, com sede na Capital, Florianópolis, e jurisdição em todo o território estadual, é o órgão máximo do Poder Judiciário, sendo composto de 50 desembargadores. O território do Estado é dividido em Comarcas e dentro de cada uma pode haver uma ou mais varas, e a criação de novas varas seguirá os mesmos critérios de criação das comarcas, baseando-se em índices estabelecidos em lei estadual. Os estados e o Distrito Federal poderão criar varas especializadas e exclusivas da infância e da juventude, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer sua proporcionalidade por número de habitantes, dotá-las de infraestrutura e dispor sobre o atendimento, inclusive em plantões. Atualmente, o território catarinense está dividido em 110 comarcas e possui 406 magistrados e 7.220 servidores.

---

<sup>19</sup> Esclarece-se que os três questionários foram entregues pessoalmente e enviados por e-mail no dia 27 de junho de 2012. Com exceção da Juíza e do Promotor que enviaram o questionário por e-mail, o Advogado solicitou que este fosse respondido oralmente. Assim sendo, no dia 16 de julho de 2012 a autora do TCC esteve presente na Vara da Infância e da Juventude para aplicar o questionário, porém, deve-se esclarecer que a mesma não interferiu nas respostas deste participante e as perguntas feitas foram as mesmas enviadas aos demais. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontra-se no Apêndice D.

<sup>20</sup> Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Histórico do Poder Judiciário de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.tj.sc.gov.br/institucional/museu/historico.htm> Acesso em 01 de julho de 2012.

Como exemplo de varas temos: Varas de Infância e Juventude, Varas da Fazenda Pública, Varas Cíveis, Varas de Família, Varas Criminais, Juizado Especial.

A Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital/SC foi criada no governo de Nereu Ramos, inicialmente denominada de Juizado de Menores da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, através do decreto n. 78, de 22 de agosto de 1935, o qual era dirigido pelo meritíssimo Juiz de Direito Hercílio João da Silva Medeiros (FRASSÃO, 2000). A criação do Juizado tinha como objetivo prestar assistência, defesa e proteção aos menores abandonados que viviam nas ruas praticando a mendicância e a vadiagem, de acordo com a legislação que estava em vigor no período, o Código de Menores de 1927 (FRASSÃO, 2000), discutido na primeira seção desta pesquisa.

O Juizado de Menores tinha como atividades, de acordo com Espíndola (1997), examinar o estado físico, mental e moral dos menores e a situação social, moral e econômica de seus pais, tutores ou responsáveis para ordenar as medidas concernentes ao tratamento, colocação, guarda, vigilância e educação dos menores abandonados.

Em 1943, o Dr. Hercílio João da Silva Medeiros foi substituído por Pedrosa, que tinha como meta combater a vadiagem, já que acreditava que esta levaria os menores à mendicância, ao vício e à prática de crimes para atingir tal objetivo (FRASSÃO, 2000).

No período, década de 1930 e 1940, foram criadas obras sociais do Estado com o objetivo de controlar e proteger os catarinenses, dentre elas: Abrigo de Menores, Hospital Psiquiátrico Colônia Sant'Ana, Leprosário Santa Tereza, Legião Brasileira de Assistência (LBA), Penitenciária, Hospital Nereu Ramos, além de outros hospitais pelo interior do Estado. De acordo com Frassão (2000, p. 39) “o Juizado e o Abrigo de Menores, mais a polícia, tinham a função de vigilância sobre os menores. A infância abandonada era vista como um problema tipicamente urbano”.

Assim como no período de 1971 até 1975, no final do governo Colombo Machado Sales, foram realizadas algumas obras de atendimento a crianças e adolescentes como: ampliação em 250 vagas no Educandário 25 de Novembro (denominação atribuída ao Abrigo de Menores); implantação do Centro Educacional para menores com problemas de conduta, no município de Biguaçu (Grande Florianópolis); construção do Centro de recepção e triagem para menores, na capital. (FRASSÃO, 2000).

A então denominada Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital, está atualmente instalada no Prédio do Fórum Eduardo Luz, localizado na rua José da Costa Moelmann, número 197, Bairro Centro, Florianópolis, SC. É vinculada ao Fórum da Comarca da Capital, e constitui uma de suas Varas, especializada em infância e juventude. Desenvolve

as seguintes atividades: destituição do pátrio poder, busca e apreensão, nomeação de substituto de tutor, alvarás, guarda e responsabilidade, precatórias, apuração de ato infracional, adoção nacional e internacional, verificação da situação da criança e do adolescente, habilitação para adoção, boletins de ocorrências e medidas socioeducativas, dentre outras.

Importante ressaltar que, de acordo com o art. 148, do ECA, a Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

- I** - conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;
- II** - conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;
- III** - conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes;
- IV** - conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no Art. 209;
- V** - conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis;
- VI** - aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente;
- VII** - conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.

Quanto às autoridades que participam do processo de apuração de ato infracional na Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital, encontramos:

1) a Juíza, cujas atribuições estão previstas nos art.s 146 a 149 do ECA, dentre elas: conhecer representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis; conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo; conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto no Art. 209; conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis, dentre outras.

2) O representante do Ministério Público, na figura do Promotor de Justiça, com atribuições previstas no art. 200 a 205 do ECA, dentre elas: conceder a remissão como forma de exclusão do processo; promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes; promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no Art. 220, § 3º inciso II, da Constituição Federal; instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude; zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis; além de inspecionar as entidades públicas e particulares de

atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas.

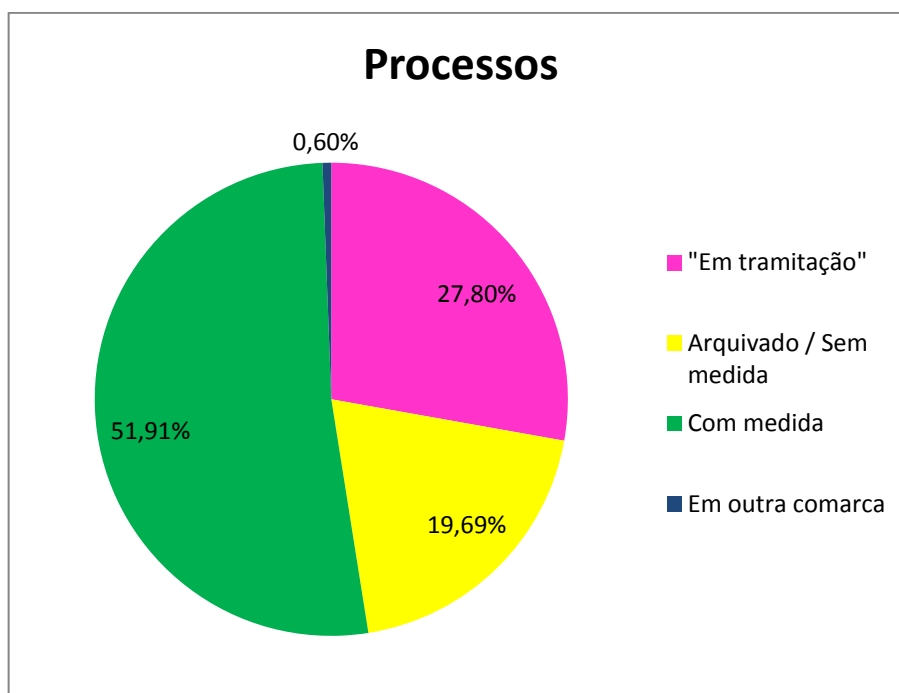
3) E o advogado, que poderá ser nomeado pelo juiz, ou o interessado constituir outro de sua preferência, aparece como aquele que poderá intervir nos procedimentos legais, e que será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, de acordo com os arts. 206 e 207 do ECA.

### 3.3 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Será iniciada a análise dos dados obtidos através da pesquisa, a qual está estruturada em quatro blocos de análise, sendo o primeiro sobre a situação dos processos analisados, o segundo apresenta as medidas socioeducativas aplicadas cumulativamente à remissão, o terceiro, os atos infracionais e por último, quais as medidas aplicadas para determinados atos infracionais.

#### 3.3.1 Caracterizando a situação dos processos

Será dado início à análise dos dados com a informação dos processos que chegaram à Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital/SC no ano de 2011.



**Gráfico 1:** Situação dos processos

Fonte: Elaborado pela autora

Por este gráfico pode-se perceber que 51,91%, ou seja, 435 processos já foram julgados, os quais alguma medida foi aplicada, podendo ela ser uma medida socioeducativa ou medida de proteção; 27,80%, 233 processos ainda encontram-se tramitando<sup>21</sup>; 19,69%, 165, encontram-se arquivados<sup>22</sup> e 0,60%, cinco foram remetidos para a Vara de alguma outra comarca<sup>23</sup>.

Nota-se que a maioria dos processos recebeu alguma definição de julgamento ou foi arquivado por não haver a necessidade de continuidade, mostrando certa celeridade por parte das autoridades judiciais em definir o melhor caminho para o adolescente. Quanto aos processos ainda pendentes, com base nas respostas obtidas na aplicação do questionário, a Juíza justifica as razões sobre os 233 processos (com 286 adolescentes), em que não foram determinadas medidas socioeducativas ou remissão até o mês de junho de 2012:

- 1) procedimentos que retornaram a delegacia por solicitação do Dr. Promotor, que requereu alguma providência a ser tomada pela autoridade policial;
- 2) procedimentos que aguardam o cumprimento de mandado de busca e apreensão para que adolescentes, que não foram encontrados em nenhum endereço, sejam trazidos a audiência preliminar, onde o Ministério Público pode propor ou não remissão. Os mandados de busca e apreensão tem prazo de 6 meses e são renováveis;
- 3) procedimentos aguardando audiência de homologação da remissão, que ocorre quando na audiência de apresentação, que é com o Ministério Público, onde é proposta a remissão cumulada com medida sócio educativa, não conta com a presença de Advogado. Quando conta com a presença de advogado, é homologada em gabinete, de forma rápida.
- 4) processos em que são oferecidas representações e o feito esta tramitando, ou seja esta sendo instruído;
- 5) existe apenas um juiz da infância e juventude para atender toda a demanda da Capital, que trabalha com as matérias de proteção, de sócio educação e execução de medidas sócio educativas, o que torna a pauta de audiências longa;
- 6) existe fila de espera do serviço (CREAS) que executa as medidas sócio educativas em meio aberto (LA e PSC) na capital (PARTICIPANTE 1).

O Promotor de Justiça reitera os quatro pontos iniciais:

<sup>21</sup>Do dicionário online de Português, tramitar significa seguir os trâmites; s.m. Caminho com rumo determinado.S.m.pl. Vias apropriadas, progressivas, seguidas rotineiramente (por um processo administrativo, uma questão judicial etc.). Sendo assim, significa dizer que o processo aguarda por alguma etapa, como por exemplo, a busca e apreensão do adolescente, a realização de uma audiência.

<sup>22</sup> Os processos arquivados nos casos constatados foram aqueles em que havia: extinção por morte, extinção pelo fato do jovem já possuir mais de 18 anos, absolvição, o processo foi cancelado, o processo está entranhado a um outro, arquivamento de acordo com o art. 180 “Adotadas as providências a que alude o art. anterior, o representante do Ministério Público poderá: **I** - promover o arquivamento dos autos; **II** - conceder a remissão; e de acordo com o **art. 181**. Promovido o arquivamento dos autos ou concedida a remissão pelo representante do Ministério Público, mediante termo fundamentado, que conterà o resumo dos fatos, os autos serão conclusos à autoridade judiciária para homologação. § 1º Homologado o arquivamento ou a remissão, a autoridade judiciária determinará, conforme o caso, o cumprimento da medida”; ou de acordo com o art. 267 do CPC.

<sup>23</sup>No caso apresentado, a incompetência do juízo é dada pela ocorrência do ato infracional em outro município, devendo ser julgado pela Comarca que representa.

Em alguns casos, geralmente os mais graves, é necessária a continuidade do feito, já que as medidas restritivas de liberdade (semiliberdade e internação) não podem ser aplicada com a remissão, necessitando de instrução do feito, ouvida do adolescente e responsável, tomada de depoimento das testemunhas, realização de outras provas, o que demanda tempo (PARTICIPANTE 2).

É importante apenas destacar que a maioria dos processos foram julgados, porém, não necessariamente esses adolescentes já estão cumprindo as medidas. Sales (2007, p. 59) ressalta que os “adolescentes têm seus direitos violados até mesmo quando estão sendo responsabilizados, quando observamos que alguns esperam até cinco ou seis meses para iniciar a execução de sua medida de Liberdade Assistida no município de Florianópolis”, corroborando com o descrito pela Juíza. Para a autora, a demora na iniciação do cumprimento de sua medida se deve ao fato do Programa contar com um número mínimo de profissionais, sendo que estes ainda têm que acompanhar um número de adolescentes maior do que sugere o SINASE. Complementa afirmando que a situação poderia ser evitada se existisse mais investimento por parte do Estado no processo educacional desses adolescentes, pois a prevenção da prática de delitos raramente é alvo de políticas públicas.

Passados três anos da pesquisa realizada por Sales (2007), percebe-se que a situação não foi alterada, ou seja, em recente pesquisa realizada por Silva (2010) sobre os adolescentes que receberam medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade no município de Florianópolis, a autora constatou que o Serviço de LA/PSC ainda conta com um número reduzido de profissionais, o que gera, dentre outros aspectos, sobrecarga de funções e um aumento significativo na demanda reprimida dos adolescentes que aguardam em lista de espera para iniciar o cumprimento de sua medida.

Martins (2010), ao pesquisar o Programa de Semiliberdade, identificou que há um sistema socioeducativo apenas normativo, eficaz em seu aspecto procedimental até a aplicação de medida, porém inoperante na sua execução, portanto ineficaz no seu objetivo. Os indicadores do déficit nas redes de execução encontram-se na falta de recursos humanos e de recursos financeiros e estrutura de execução de programas socioeducativos, sendo os adolescentes em cumprimento de medida apropriados exclusivamente por entidades para prestação de serviços. Diante desse fato, conforme apresentado na subseção 2.3, pode-se verificar que o município de Florianópolis dispõe de poucos locais pra execução de medida de semiliberdade e internação.

Quando questionados sobre a demora na aplicação da medida e na sua execução, se poderiam trazer prejuízos ao processo educativo proposto pela medida socioeducativa e quais

as estratégias avaliavam necessárias serem realizadas para minimizar essa questão, foram respondidos.

Para o Promotor de Justiça, há um prejuízo, mas na verdade a responsabilidade pela coordenação dos Programas é do Poder Público. Destaca que há um Inquérito Civil que pode ser aberto para apurar a situação e eventualmente ingressar contra os responsáveis pela omissão nas políticas referentes aos Programas para cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, etc.).

Seguindo a mesma linha, a Juíza acredita que:

[...] a agilidade na aplicação da medida é fundamental no sistema de responsabilização trazido pela estatuto. Quando demora muito, traz, no mínimo, três dois efeitos perversos: 1) o adolescente tem a famosa sensação do “não dá nada”; 2) a sociedade tem a alardeada sensação de impunidade; 3) demora em inserir o adolescente na rede de inclusão do município, a possibilitar novos olhares e perspectivas (PARTICIPANTE 1).

Para o Advogado,

é evidente que há prejuízo quando há demora o adolescente não associa a medida que está sendo executada com o ato infracional que ele praticou. E muitas vezes quando há a demora inviabiliza na aplicação da medida socioeducativa que foi definida na sentença. (..) o adolescente não consegue observar aquele caráter de responsabilização que também é inerente à medida.(..) A medida socioeducativa exige, ou prevê, no mínimo, uma responsabilização do adolescente pela prática de um ato previsto como contrário ao ordenamento jurídico, como violador do ordenamento jurídico. Que há muita demora na resposta é evidente que o adolescente não vai associar essa resposta ao ato infracional praticado (PARTICIPANTE 3).

Sendo assim, responsabilizar com agilidade é fundamental para dar legitimidade ao sistema do Estatuto, tanto para quem pratica o ato, aumentando também as possibilidades de inclusão e contribuindo para a redução de novos atos infracionais, tanto para quem é vítima direta ou indireta (PARTICIPANTE 1).

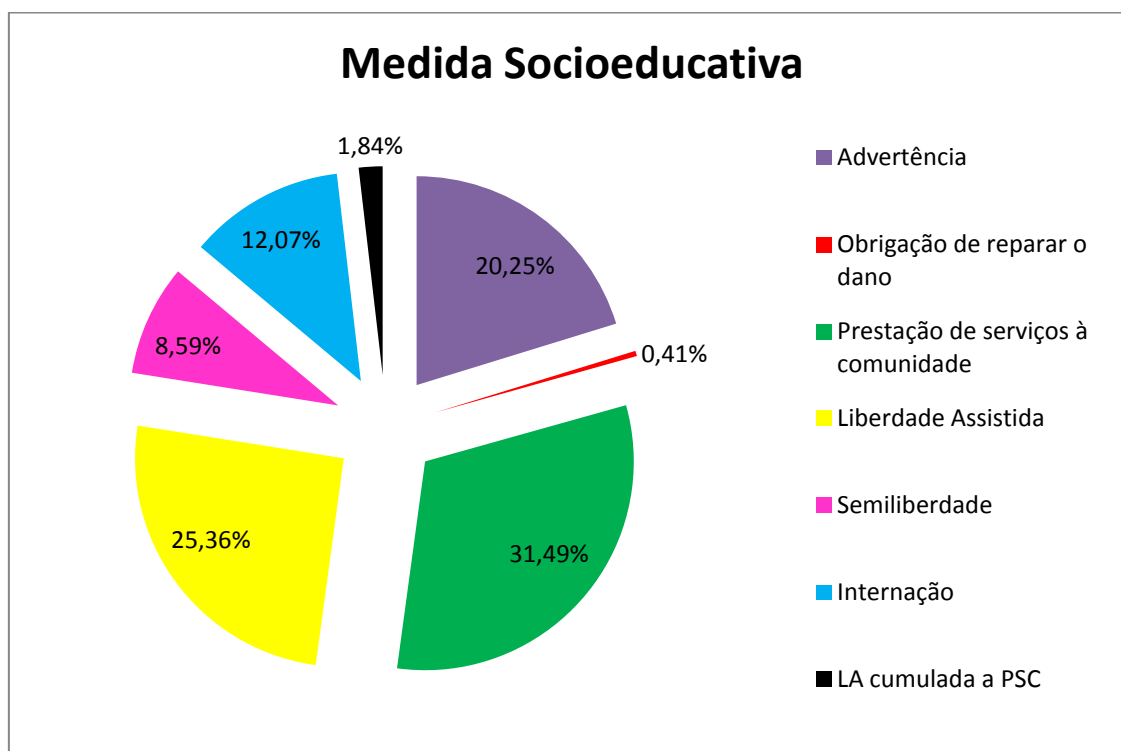
O Advogado sugere que, a execução da medida de Prestação de serviços à comunidade, por exemplo, poderia ocorrer no próprio Judiciário, diminuindo a carga das entidades e demais instituições, dando celeridade na resposta ao adolescente. Os adolescentes exerceriam atividades dentro das varas das comarcas, cumprindo não só uma medida, mas exercendo a atividades que ajudariam a construir a sua cidadania e incentivá-lo a assumir uma postura diferente. O próprio Advogado relata que necessitaria de alguém que pudesse tirar cópias, ler uma ata de audiência, fazer protocolos, assim como muitos outros funcionários poderiam necessitar de ajuda na realização de suas funções.

Outro ponto que o “Participante 3” levanta é o da implementação da Justiça Restaurativa, “que é um processo colaborativo em que as partes afetadas mais diretamente por

um crime determinam a melhor forma de reparar o dano causado pela transgressão” (MCCOLD; WACHTEL, 2003 *apud* JESUS, 2005, p.1.). Afirma que é um procedimento que não exclui o tradicional, o adolescente adere sem deixar de ser processado, porém os encaminhamentos, a resposta, essa sim é dada de forma imediata, o que pode ser um bom caminho.

### 3.3.2 As medidas socioeducativas aplicadas cumulativamente à remissão

Como relatado anteriormente, 435 processos já foram julgados, sendo que estes receberam a aplicação de remissão cumulada com medida socioeducativa, sendo elas aplicadas para:



**Gráfico 2:** Medidas Socioeducativas aplicadas cumulativamente à remissão  
Fonte: Elaborado pela autora

Constatou-se que, cumulada à remissão<sup>24</sup>, a medida socioeducativa de “Prestação de Serviços à Comunidade” foi aplicada para 154 adolescentes, a “Liberdade Assistida” para 124, a “Advertência” 99 e a “Obrigação de reparar o dano” para dois adolescentes, as medidas

<sup>24</sup> Foram contabilizados apenas os processos que já foram julgados, ou seja, 435. Porém, ao somar a quantidade de medidas socioeducativas aplicadas, o número extrapolará os 435, pois em um processo pode haver mais de um adolescente que recebeu medida.



de Liberdade Assistida cumuladas Prestação de Serviços Comunitários foram aplicadas para 9 adolescentes totalizando-se 388 adolescentes. Já as medidas de Semiliberdade foram aplicadas para 42 adolescentes e a Internação para 59 adolescentes, totalizando-se 101 adolescentes que receberam alguma medida em meio fechado.

Importante retornar a discussão sobre a remissão, realizada na segunda seção, a qual, nas palavras de Mirabete (2000 *apud* Cury, 2010, p. 595), através da remissão:

[...] procura-se, em casos especiais, evitar ou atenuar os efeitos negativos da instauração ou continuação do procedimento na administração da Justiça de Menores, como, p. ex., o estigma da sentença. No confronto dos interesses sociais e individuais tutelados pelas normas do Estatuto (interessa à sociedade defender-se de atos infracionais, ainda que praticados por adolescentes, mas também lhe interessa proteger integralmente o adolescente, ainda que infrator), o instituto da remissão, tal como o princípio da oportunidade do processo penal, é forma de evitar a instauração do procedimento, suspendê-lo ou extingui-lo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

Resumidamente, pode-se dizer que a remissão é uma forma de exclusão do processo, evitando com isso o estigma da sentença e seus efeitos para o adolescente, podendo ser aplicada no início do procedimento, com ou sem a representação ou no curso dele. A remissão pode ser simples ou cumulada com medida socioeducativa. Pode, ainda, ser concedida pelo Promotor de Justiça, sendo que estará sujeita à homologação judicial ou pode ser concedida, já na fase judicial, pelo Juiz de Direito, ouvido o Ministério Público (entrevistas da Juíza, Promotor e Advogado).

De acordo com o Advogado, a aplicação da Remissão em grande parte dos processos é fruto da postura do Promotor de Justiça anterior que atuava em casos de apuração de ato infracional. Como os processos de apuração de ato infracional, nos casos em que o adolescente não estiver privado de liberdade, demoram bastante, a resposta deve ser a mais breve possível, visto que o adolescente tem que identificar aquela medida com o ato infracional que praticou. Quando a medida é aplicada muito depois, o adolescente nem sabe pelo que está respondendo, muitas vezes já voltou a cometer outros atos infracionais e nem sabe por qual ato infracional está recebendo aquela medida.

Com base na fala do “Participante 3”, avalia-se que o Promotor de Justiça anterior, utilizando-se de sua competência para dar certa celeridade, de poder aplicar qualquer medida socioeducativa em meio aberto na audiência de oitiva informal – momento entre o inquérito policial e o futuro procedimento de apuração de ato infracional - preferiu aplicar a remissão que cumulativamente pode ser aplicada com medida socioeducativa em meio aberto, como

uma espécie de transação entre ele e o adolescente, dando a este a condição de protagonista, havendo uma resposta breve.

Quanto às medidas socioeducativas, a Juíza informou que a regra do ECA é a aplicação de medidas em meio aberto, sendo as medidas privativas de liberdade de aplicação excepcional, conforme institui o art. 121 deste Estatuto, e quando aplicadas, estão sujeitas aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito a condição peculiar de desenvolvimento. Corroborando com a “Participante 1”, o Promotor de Justiça destaca que “O próprio ECA prevê a excepcionalidade da medida de internação, devendo ser aplicada como último recurso, quando as demais medidas se apresentam como infrutíferas” (PARTICIPANTE 2).

O art. 122 delimita sua aplicação nos casos de “tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.”

O Advogado pontua que:

Existe um limite legal, que nem sempre é respeitado, mas, via de regra, na capital é respeitado. As medidas privativas de liberdade, seja a internação, seja a semiliberdade, só possam ser aplicadas em três ocasiões:

- no caso da prática de ato infracional com violência e grave ameaça à pessoa;
- na prática reiterada de ato infracional grave;
- ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

(..) também quando se define a medida socioeducativa de internação, de acordo com o art. 121 do Estatuto, estabelece que a medida é excepcional por natureza. Nesse aspecto legal, é evidente que a medida de internação tem que ser a medida menos aplicada (PARTICIPANTE 3).

A aplicação da internação também segue a lógica de verificação de prática de ato infracional mais grave. Nesse sentido, grande parte dos atos infracionais praticados por adolescentes que chegaram à Vara no ano de 2011 foram mais brandos, sendo o porte de drogas o mais frequente. Por isso, as medidas socioeducativas em meio fechado estão em quantidade menor quando comparado ao adulto portando drogas não redundando em privação de liberdade, a medida máxima que recebe é a prestação de serviços à comunidade, não podendo assim acarretar em internação para o adolescente (PARTICIPANTE 3). O referido participante acredita que se fossem praticados atos infracionais mais graves, em contrapartida, seriam aplicadas medidas socioeducativas mais severas.

Quanto à medida de Obrigação de reparar o dano, o “Participante 3” avalia que é uma medida esquecida e que não consegue atingir sua real finalidade, mas é uma das mais interessantes, principalmente em casos em que a vítima não é determinada. Ela consiste em restituir a coisa, promover o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compensar o prejuízo da vítima, não sendo somente de forma pecuniária (art. 116). É resquício de justiça

restaurativa, de solução negociada. Acredita que, por exemplo, em crime de tráfico de drogas, a sociedade é a vítima, o sujeito passivo, sendo assim, ao invés do adolescente cumprir uma PSC, que possui uma carga máxima, ele poderia cumprir a obrigação de reparar o dano, pintando uma escola que necessita de pintura, devolvendo à sociedade, através de uma atividade que reestabeleceria a sua cidadania, ganharia a empatia da comunidade, haveria uma restauração dos vínculos com a comunidade e ele estaria reparando um dano à sociedade.

Para o “Participante 2”, as ações que seriam mais eficazes para o afastamento do jovem da criminalidade ou para romper com a prática infracional, seriam aquelas que “envolvam não só o adolescente como sua família”. A “Participante 1” acredita que a efetividade seria dada com a implementação de políticas públicas na área preventiva, ou seja, na área de proteção. Acredita que deve haver creche e pré-escola em tempo integral, além de projetos de contra turno, culturais, esportivos, profissionalizantes, para que a criança e o adolescente tenham espaços seguros e educativos para ficar enquanto seus pais trabalham durante todo o dia, já que hoje a maioria fica sozinho nas ruas de suas comunidades, o que poderia evitar sua exposição em situações de risco.

Outras ações que seriam importantes, na concepção do Advogado, seriam o da implementação da Justiça Restaurativa, que emanciparia os indivíduos, trazendo o sujeito como protagonista; ações com o envolvimento da família; ações que promovam os direitos sociais do sujeito, garantindo as medidas que emancipariam o indivíduo, pois se os adolescentes não tivessem seus direitos violados, não violariam direitos, não teriam conflitos com a lei; políticas de promoção social do indivíduo para que tenha seus direitos efetivados.

### **3.3.3 Caracterizando os atos infracionais praticados**

Neste gráfico serão apresentados os atos infracionais (conduta descrita como crime ou contravenção penal – art. 103 do ECA) praticados pelos adolescentes no ano de 2011, sendo eles agrupados em categorias, de acordo com o Código Penal Brasileiro:

- a) Crimes contra o patrimônio: furto; roubo e extorsão; usurpação; dano; apropriação indébita; estelionato; receptação.
- b) Crimes contra a pessoa: homicídio; lesão corporal; agressão;
- c) Crime contra a incolumidade pública: Explosão, incêndio, fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante.

d) Crimes contra a dignidade sexual: estupro; atentado violento ao pudor; ato libidinoso.

e) Crimes contra a honra: calúnia; difamação; injúria.

f) Crimes contra a fé pública: Os crimes contra a fé pública são aqueles atos humanos que ferem a autenticidade e a soberania do Estado de Direito, exemplo: falsificação de moeda.

g) Crimes contra a liberdade individual: são descritos o constrangimento ilegal, a ameaça, o sequestro e cárcere privado e a redução a condição análoga à de escravo.

f) Crimes de drogas e tóxicos: cola de sapateiro; porte de droga; porte de tóxico, tóxico; uso de drogas.

g) Crime de armas e munição: uso de arma; porte de arma.

j) Delitos de trânsito: acidente de trânsito; direção perigosa.

l) contravenções penais: estão previstas no Decreto-lei n. 3.688/41, sendo infrações consideradas de menor potencial ofensivo que muitas pessoas acabam cometendo no dia a dia, que chegam até a ser toleradas pela sociedade ou por autoridades, mas que não podem deixar de receber a devida punição, como por exemplo: provocação de tumulto ou conduta inconveniente; provocar falso alarma; perturbação do trabalho ou do sossego alheio; importunação ofensiva ao pudor; embriaguez.

m) crimes contra a administração: relativos ao delito de desacato (art. 331, do CP) e ao delito de auto-acusação falsa (art. 341, do CP)

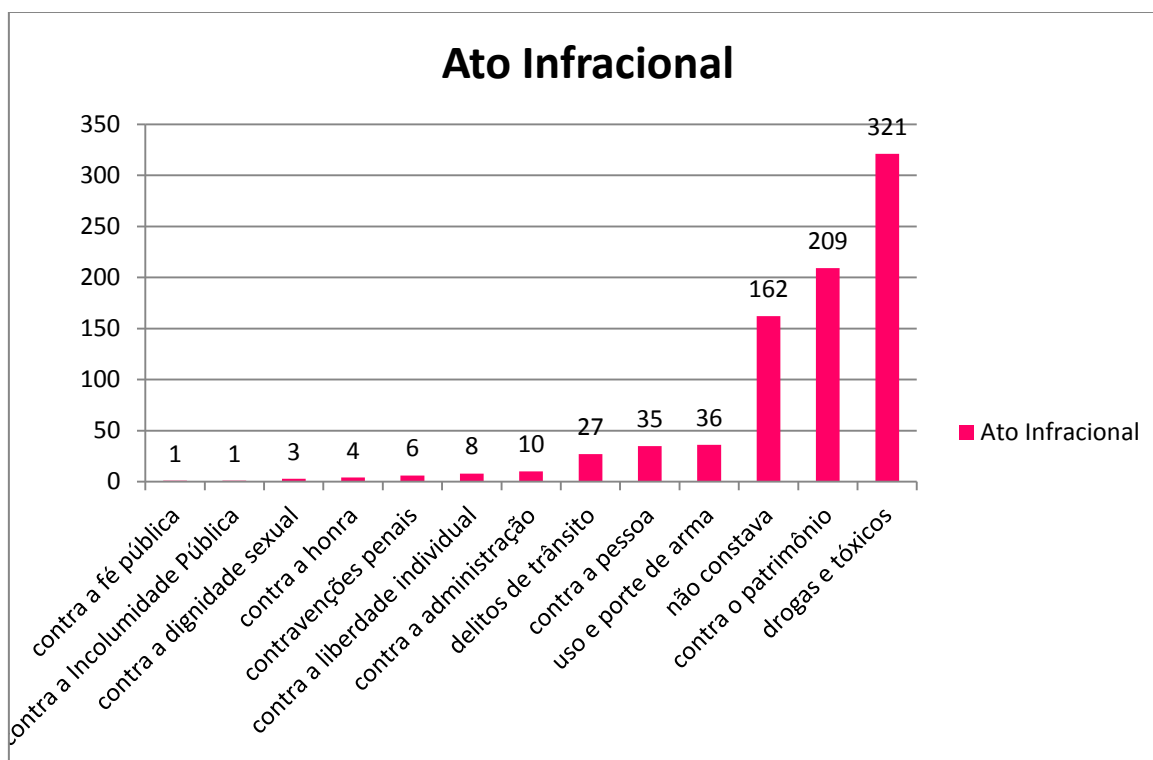


Gráfico 3: Sobre os atos infracionais / Fonte: Elaborado pela autora

Contudo, foram verificados que os crimes de drogas e tóxicos foram praticados em 321 processos; os crimes contra o patrimônio em 209; crimes de armas e munição em 36 processos; contra a pessoa em 35; delitos de trânsito em 27; contra a administração em 10; contra a liberdade individual 8; contravenções penais em 6; contra a honra em 4; contra a dignidade sexual em 3; contra a fé pública 1; contra a incolumidade pública em 1 processo; em 162 processos não constava distinção do ato infracional praticado.

Importante ressaltar que, de acordo com o Advogado da Vara, a cada ano há um ato infracional mais evidente, em certo ano era o furto, um crime contra o patrimônio, em outro, os crimes de tóxicos. Em 2011, assim, verifica-se uma maior incidência de crimes de tóxicos, com 321 processos dos 838 que chegaram à Vara do período analisado.

### 3.3.4 As Medidas Socioeducativas aplicadas para determinados Atos Infracionais

Aqui se verifica a aplicação das medidas socioeducativas para determinada tipificação de ato infracional.

ATO INFRACIONAL	MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS						
	Advertência	Obrigação de reparar o dano	PSC	LA	Semiliberdade	Internação	LA + PSC
Contra a Administração	04	---	---	---	---	---	---
Contra a Fé pública	---	---	---	---	---	---	---
Crime de Tóxicos e Drogas	33	---	66	53	13	22	04
Crime de Armas e Munição	04	---	11	09	01	01	01
Delitos de trânsito	04	---	07	02	---	---	---
Contra a Liberdade Individual	02	---	01	---	---	---	---
Contra a Pessoa	07	---	04	04	04	06	---
Contra a Incolumidade Pública	---	---	---	---	02	---	---
Contra o Patrimônio	22	01	26	38	20	30	02
Contra a Honra	02	---	01	---	---	---	---
Contravenções Penais	03	---	05	---	---	---	---
Contra a Dignidade Sexual	---	---	---	---	---	---	---
Não consta	18	---	35	20	02	---	02

**Tabela 2:** As Medidas Socioeducativas aplicadas para determinados Atos Infracionais

**Fonte:** Elaborado pela autora

No que concerne à tipificação dos atos infracionais praticados às medidas socioeducativas aplicadas cumulativamente à remissão, em casos de Crimes contra a Administração a Advertência foi aplicada quatro vezes.

Nos crimes contra a fé pública não houve a aplicação de nenhuma medida, visto que o único processo encontra-se tramitando.

Nos crimes de Tóxicos e drogas, a Advertência foi aplicada 33 vezes, a Prestação de Serviços à Comunidade 66 vezes, a Liberdade Assistida 53, a Semiliberdade 13, a Internação 22 vezes e a Liberdade Assistida Cumulada à PSC foi aplicada para quatro adolescentes.

Nos crimes de Armas e Munições, a Advertência foi aplicada quatro vezes, a Prestação de Serviços à Comunidade 11 vezes, a Liberdade Assistida nove, a Semiliberdade uma, a Internação uma vez e a Liberdade Assistida Cumulada à PSC foi aplicada para um adolescente.

Nos Delitos de Trânsito, a Advertência foi aplicada quatro vezes, a Prestação de Serviços à Comunidade sete vezes, a Liberdade Assistida para dois adolescentes.

Nos crimes contra a Liberdade Individual, a Advertência foi aplicada para dois adolescentes e a Prestação de Serviços à Comunidade para um adolescente.

Nos crimes contra a Pessoa, a Advertência foi aplicada sete vezes, a Prestação de Serviços à Comunidade quatro vezes, a Liberdade Assistida quatro, a Semiliberdade quatro, a Internação foi aplicada para seis adolescentes.

Nos crimes contra a Incolumidade Pública, a Semiliberdade foi aplicada para dois adolescentes.

Nos crimes contra o Patrimônio, a Advertência foi aplicada 22 vezes, a Obrigação de Reparar o Dano uma vez, a Prestação de Serviços à Comunidade 26 vezes, a Liberdade Assistida 38, a Semiliberdade 20, a Internação 30, e a Liberdade Assistida Cumulada à PSC foi aplicada para dois adolescentes,

Nos crimes contra a Honra, a Advertência foi aplicada para dois adolescentes e a Prestação de Serviços à Comunidade para um adolescente.

Nas Contravenções Penais, a Advertência foi aplicada para três adolescentes e a Prestação de Serviços à Comunidade para cinco adolescentes.

Nos crimes contra a Dignidade sexual, dois, dos três processos encontram-se tramitando na Vara da Infância e da Juventude, e no outro não houve a aplicação de medida socioeducativa.

Nos processos que não constam a tipificação do ato infracional cometido, para 18 adolescentes foram aplicadas a Advertência, a Prestação de Serviços à Comunidade para 35, a

Liberdade Assistida para 20, a Semiliberdade para dois, e a Liberdade Assistida Cumulada à PSC foi aplicada para dois adolescentes,

Foi possível verificar, com base nos dados dos processos que foram julgados com aplicação de remissão cumulada com medida socioeducativa no ano de 2011 que, normalmente, há maior incidência da aplicação de “Advertência” em casos crimes de tóxicos e contra o patrimônio; a “Obrigação de reparar o dano” em casos de furtos; a “Prestação de Serviços à Comunidade” em casos de crimes de tóxicos, contra o patrimônio e crimes de armas e munição; a “Liberdade Assistida”, a “Semiliberdade” e a “Internação” em casos de roubos/extorsões (crimes contra o patrimônio) e crimes de tóxicos.

Quando questionados sobre o(s) critério(s) que é/são obtidos no momento de aplicação da medida socioeducativa, o Promotor e a Juíza afirmam que são os de ordem “objetiva, como reincidência na prática de atos infracionais, gravidade do ato infracional entre outros e de ordem subjetiva, situação familiar, situação econômica, social, escolaridade, entre outros” (PARTICIPANTE 2).

Porém, quando questionado sobre a mesma pergunta o Advogado afirma que:

[...] não existe um critério objetivo, não existe um protocolo, não há uma instrução normativa do Ministério Público nas escolhas, a escolha é muito pessoal. Até mesmo porque pôde se verificar que no interior e aqui na capital é bem diferente. Muitas vezes atos infracionais que a gente considera mais brandos aqui a aplicação de medidas bem mais severas, inclusive internação fora dos casos previstos no art. 122 (ECA). Então a escolha pela medida ela é muito pessoal, o que é perigoso, porque se for um Promotor que tenha a mão mais frouxa é mais provável que escolha uma medida mais branda. Não existe um protocolo, não existe um critério, um balizamento legal na escolha da medida. Até há no Estatuto, onde diz que o Promotor deve escolher a medida, por exemplo, com base atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional (art. 126). Então a questão da circunstância do ato infracional que poderia se referir a gravidade é só uma. [...]. Na prática, o resultado é esse, há ato infracional mais brando eu aplico a medida mais branda que existe que é a advertência, ato infracional mais grave, eu aplico a medida mais grave que vai ser de internação. Ai não se está levando em conta nem os requisitos do art. 126, que tem como destinatário o Promotor de Justiça, e nem os requisitos do art. 112, § 1º<sup>25</sup>, que tem como destinatário principal o Juiz da Infância, mas também o Promotor de Justiça, que acabam utilizando como critério principal [...] a gravidade do ato (PARTICIPANTE 3).

A Juíza salienta que as medidas não possuem relação pura e simplesmente com o ato infracional em si, mas com as pessoas que o praticam, visto que cada adolescente tem cada um uma história e níveis diferentes de envolvimento com a “marginalidade”. Elenca que o art. 126 do ECA traz os parâmetros:

<sup>25</sup> Art. 112, §1º: A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo, atendendo às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, bem como à personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional (BRASIL, 1990).

Com base nos dados aqui expostos e analisados, a seguir, serão apresentadas as considerações finais, construídas no decorrer da pesquisa, buscando a retomada da questão norteadora deste trabalho.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado durante o resgate histórico sobre a infância e a juventude em nosso país, verificou-se que anteriormente à elaboração do Estatuto, as políticas não eram direcionadas ao conjunto dessa população, mas apenas aos "menores em situação irregular", regidas pelo Código de Menores de 1927. Somente com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei n. 8069/90 foi constituída uma nova doutrina em relação à formulação e implementação das políticas públicas voltadas às crianças e aos adolescentes, conferindo à criança e ao adolescente a condição de sujeito de direito e de prioridade absoluta, responsabilizando pela sua proteção a família, a sociedade e o Estado (MARTINS, 2010).

Sabe-se que a adolescência é um período de transformações marcado pelos ideais sociais vigentes. É um período turbulento na vida dos seres humanos, marcado por transformações que envolvem fatores culturais, sociais e biológicos. Na busca de uma identidade adulta, a contestação e a transgressão tornam-se marcantes como forma de experimentar e testar as regras que até então se faziam imperativas. Essa experimentação na adolescência, somada a fatores socioculturais, corroboram a formação de valores do sujeito adolescente e traça os rumos de sua inserção no mundo adulto.

Quando um adolescente comete um ato infracional, ele é considerado como capaz de responder e se responsabilizar por seus atos através do cumprimento de medidas socioeducativas que são aplicadas pela Vara da Infância e Juventude em concordância com o Ministério Público, que leva em consideração a capacidade do adolescente em cumpri-las, bem como as circunstâncias e a gravidade da infração, entendendo-se por circunstâncias as condições pessoais do adolescente, isto é, o contexto pessoal, familiar e social em que está inserido, conforme o art. 112, § 1º, do ECA. O adolescente possui a possibilidade de receber a remissão (art. 126, do ECA) que poderá ou não ser cumulada com medidas socioeducativas.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso buscou-se realizar um estudo, com base nos processos de apuração de ato infracional de 2011 da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital/Florianópolis, sobre os motivos que levam os juristas a cumular ou não remissão com medida socioeducativa.

Dentre os objetivos específicos propostos, pode-se verificar que a Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Florianópolis tem acolhido a decisão de cumular remissão com aplicação de medida socioeducativa, havendo predominância por aplicação de medida socioeducativa em meio aberto nos processos cumulada à remissão. A medida socioeducativa de "Prestação de Serviços à Comunidade" foi aplicada para 154 adolescentes, a "Liberdade

Assistida” para 124, a “Advertência” 99 e a “Obrigação de reparar o dano” para 2 adolescentes, as medidas de Liberdade Assistida cumuladas Prestação de Serviços Comunitários foram aplicadas para 9 adolescentes totalizando-se 388 adolescentes. Já as medidas de Semiliberdade foram aplicadas para 42 adolescentes e a Internação para 59 adolescentes, totalizando-se 101 adolescentes que receberam alguma medida em meio fechado.

Quanto ao objetivo de identificar quais os principais atos infracionais que culminaram na remissão e/ou em medidas socioeducativas aplicadas, constatou-se que há maior incidência da aplicação de “Advertência” em casos crimes de tóxicos e contra o patrimônio; a “Obrigação de reparar o dano” em casos de furtos; a “Prestação de Serviços à Comunidade” em casos de crimes de tóxicos, contra o patrimônio e crimes de armas e munição; a “Liberdade Assistida”, a “Semiliberdade” e a “Internação” em casos de roubos/extorsões (crimes contra o patrimônio) e crimes tóxicos.

Destarte, conclui-se que os juristas, conforme descreveram no questionário e com base nos dados obtidos, buscam avaliar além do ato infracional cometido, as condições/possibilidades do adolescente conseguir cumprir a medida. Essa questão ficou perceptível quando se identificou que para crimes de tóxicos, por exemplo, foram aplicadas as medidas de “Advertência”, “Prestação de Serviços à Comunidade”, “Liberdade Assistida”, a “Semiliberdade” e a “Internação”. Ou seja, a depender da gravidade do ato e da capacidade de cumprimento do adolescente poderão ser aplicadas diferentes medidas socioeducativas. Portanto, com a concordância do adolescente e de seus familiares, evidenciando a complexidade desse momento, o(a) juiz(a) necessita de preparo e razoabilidade para eleger a medida mais adequada que deverá contribuir, dentre outros fatores, para romper com a reiteração do ato infracional, responsabilizar o adolescente pelo ato praticado, e, também, contribuir com o acesso a direitos.

Sobre os motivos que levam os juristas a cumular ou não remissão e medida socioeducativa em casos de ato infracional, tendo como base os processos de apuração de ato infracional da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital de 2011, que seguia de norte para o problema de pesquisa, é importante ressaltar que a remissão é um instituto que poderá ser concedida pelo Ministério Público antes de iniciado o procedimento judicial excluindo o processo, mediante a homologação; ou pelo Juiz, após iniciada a apuração do ato infracional, ocasionando na suspensão ou na extinção do processo. Para a sua concepção, deverão ser observadas as consequências do fato no contexto social, a personalidade do

adolescente e a sua participação no ato infracional, conforme disposto no art. 112, § 1º do ECA.

Como mencionado anteriormente, a remissão busca excluir o processo evitando com isso o estigma da sentença e seus efeitos para o adolescente. De acordo com o Advogado que respondeu o questionário da pesquisa, a aplicação da Remissão em grande parte dos processos no ano de 2011, foi fruto da postura do Promotor de Justiça que atuava em casos de apuração de ato infracional e que possuía a concepção de que a resposta deveria ser dada o mais breve possível, visto que o adolescente deve identificar aquela medida com o ato infracional que praticou. Assim sendo, a Remissão tinha o caráter de arquivar processos já muito antigos, os quais muitas vezes o adolescente já voltou a cometer outros atos infracionais ou já completou 18 anos, constatando-se que a resposta dada muito depois da infração poderia trazer implicações ao caráter de responsabilização e pedagógico inerentes às medidas socioeducativas, visto que, em função da demora, muitos adolescentes podem nem recordar-se qual foi o ato infracional cometido que implicou a medida e, com isso, não percebiam o real objetivo da aplicação da mesma, que é o de proporcionar-lhes oportunidades de deixarem de ser meras vítimas da sociedade injusta que vivemos para se constituírem em agentes transformadores de sua realidade (CURY, 2006).

Desta forma, responsabilizar com agilidade é fundamental para dar legitimidade ao sistema do Estatuto, tanto para quem pratica o ato, aumentando também as possibilidades de inclusão e contribuindo para a redução de novos atos infracionais, tanto para quem é vítima direta ou indireta, avaliando-se, então de que essa ação que vem ocorrendo desde o ano de 2011 é importante e a Vara da Infância e da Juventude deve continuar com essa prática.

Afora os objetivos alcançados, essa pesquisa facultou-nos ainda algumas conclusões no que diz respeito ao adolescente autor de ato infracional e, também, sobre a avaliação dos juristas acerca da operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à problemática do ato infracional na adolescência no âmbito de Florianópolis. Diante dessa questão, encontramos uma unanimidade sobre a falta do Poder Público, em especial, o Poder Executivo, dar primazia aos interesses da criança e do adolescente, implementando as políticas necessárias. Os juristas que responderam o questionário da pesquisa acreditam que a existência do ato infracional tem relação direta com a ausência e/ou fragmentação de políticas sociais voltadas a crianças e jovens, notadamente urbanos e residentes nas periferias das grandes cidades brasileiras.

A proteção integral está evidentemente presente no *caput* do art. 4º do ECA, o qual elenca um conjunto de deveres atribuídos à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao

Poder Público para a garantia dos diversos direitos fundamentais da criança e do adolescente - direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais tratando-os como indivisíveis e interdependentes. A integralidade verifica-se, portanto, nesta diversidade de direitos protegidos de forma interligada. Impõe também o *caput*, uma co-responsabilidade entre a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público pela garantia dos direitos da criança e do adolescente, cabendo a cada um destes protagonistas a promoção e proteção de todos os direitos assegurados em lei. A integralidade, então, se verifica através das ações amplas, diversificadas e interdependentes realizadas por estes protagonistas no que tange aos deveres que possuem para garantia dos direitos da população infantojuvenil (PRÓ-MENINO, 2007).

A questão foi levantada ao final da primeira seção quando mostrou-se, através da concepção de Miceli (2010), que, apesar do Estatuto trazer regras para a garantia da promoção do bem-estar das crianças, não consegue prever mecanismos que garantam a eficácia de sua operacionalização, sendo necessária a parceria entre Poder Público e sociedade para que se possa dar efetividade da declaração de direitos através da garantia de condições materiais para a sua execução e legitimação social para sua irrestrita aplicação.

Porém quando os juristas foram questionados sobre o Estatuto, vemos que as opiniões se divergem, há quem possua a concepção de que o Estatuto é uma lei maravilhosa, porém, para que funcione como foi concebida, precisa da articulação, do trabalho em rede de vários atores sociais, que na grande maioria das vezes, tem dificuldade para dialogar. Há quem acredite que o ECA possa ser melhorado em alguns pontos, mas que em linhas gerais ele trata de forma coerente o tema e traz soluções inteligentes para o operador do direito. E, ainda, quem acredite que, apesar de inovador, ainda traz resquícios do Código de Menores de 1979, havendo muitas concepções daquele tempo agora com uma nova roupagem, mantendo-se sua essência repressiva.

Com base nessa avaliação dos juristas e conforme estudado na primeira seção, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são responsáveis pela observância da garantia de prioridade por ele estabelecida para a formulação e execução de políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente, de acordo com o parágrafo único do art. 4º do ECA. A formulação e a execução das políticas sociais públicas exigem uma ação regulamentadora e controladora por parte do Poder Executivo, a par da fixação de planos e da realização de serviços, devendo dar precedência aos cuidados com a infância e a juventude (CURY, 2010).

Com base nessas questões, entende-se que o ECA é uma lei que trouxe inovações, mas que precisa, para atingir seu objetivo principal de proteção integral à criança e ao adolescente e a garantia de prioridade, dentre outras questões, da articulação desses três

poderes. Para isso, deve-se, de fato, conforme disposto no art. 4º, parágrafo único, haver “preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude”. Logo, fica evidente a necessidade da implementação de políticas com promoção social do indivíduo, visando que este tenha seus direitos efetivados, emancipando-o para que viva sua vida de forma independente e singular. Os adolescentes devem ser vistos além do ato infracional, o ECA deve ser lido conforme foi concebido, para que os sujeitos tenham seus direitos efetivados, principalmente ao lazer, à educação, à saúde e a conviver com sua família.

Outra questão importante para a efetivação do ECA diz respeito a necessidade de um maior investimento por parte dos municípios que executam as medidas socioeducativas na parte física, humana e financeira, buscando qualificar os profissionais, montar uma equipe multidisciplinar preparada para lidar com as questões recorrentes, além dos equipamentos, infraestrutura adequada para que o adolescente possa sentir-se um sujeito de direitos, além de um cidadão digno, não sendo despejado em um local insalubre, sem estrutura alguma de permanência. O Centro de Internação São Lucas, local no qual os adolescentes cumpriam a medida de internação, por exemplo, foi fechado devido às inúmeras denúncias de negligência por parte dos órgãos responsáveis em manter a instituição adequada para a permanência dos adolescentes durante o período de cumprimento da medida. Durante o período em que esteve ativo verificou-se um ambiente inóspito, onde os adolescentes eram todos amontoados em mini-celas, sem condições adequadas de higiene e sem possibilidades de um contato com redes que possibilitassem o seu ingresso no mercado de trabalho ou em uma instituição de ensino, e que contribuíssem para a ressignificação de valores na vida pessoal e social desses adolescentes.

Outro ponto levantado que deve ser destacado é o da implementação de poucas Varas da Infância e da Juventude nas comarcas do Estado de Santa Catarina, e quando há uma Vara da Infância, a equipe acaba não conseguindo suprir toda a demanda. Em Florianópolis, por exemplo, há somente uma juíza para atender toda a demanda do município, trabalhando com as matérias de proteção, de socioeducação e execução de medidas socioeducativas, o que torna a pauta de audiências longa. Há somente três Assistentes Sociais que sequer atuam nas demandas do ato infracional devido à sobrecarga de trabalho nas outras áreas, o que é de grande pesar, visto que o trabalho desses profissionais nos casos poderia ajudar na escolha mais bem sucedida da aplicação de uma medida socioeducativa ou não para um adolescente.

Neste contexto, o Assistente Social poderia trabalhar na elaboração de estudos sociais buscando identificar aspectos da vida do adolescente e de sua família que poderiam contribuir

na melhor aplicação de uma medida socioeducativa, além de fazer encaminhamentos para as redes de apoio, tão importantes para que o adolescente possa reintegrar-se na sociedade, além de poder trabalhar na implementação de políticas sociais destinadas a população infantojuvenil, pois a atuação do assistente social se faz desenvolvendo ou propondo políticas públicas que possam responder pelo acesso dos segmentos de populações aos serviços e benefícios construídos e conquistados socialmente (CRESS-SC).

E é neste sentido que o assistente social deve se fazer presente, atuando junto aos segmentos responsáveis pela efetivação e manutenção de políticas públicas, que visem o enfrentamento das inúmeras expressões da questão social<sup>26</sup> advindas das desigualdades existentes em níveis nacional, estadual e municipal (DA SILVA, 2010).

Uma questão que deve ainda ser pontuada e objeto de discussão no município de Florianópolis para verificar sua efetividade diz respeito à implementação da Justiça Restaurativa, que, segundo um dos juristas, mostra-se como uma alternativa para que o adolescente possa ser trazido à condição de protagonista, pois participa da resposta, dando oportunidade na construção de sua vida. Ou seja, o processo o qual responde pelo ato infracional segue, porém com esse procedimento paralelo em que aceita ou não participar, o adolescente é encaminhado para programas sociais. Como é elaborado, ao final, um relatório sobre a sua participação, em caso de boa atuação, o juiz pode ter sua decisão baseada a respeito.

Para tanto, com base no exposto, constata-se que os objetivos propostos para essa pesquisa foram alcançados. Por se tratar de um novo enfoque, espera-se que as reflexões aqui apresentadas, embora iniciais, tenham contribuído para a ampliação do debate acerca da aplicação prática do instituto da Remissão, previsto na Lei n. 8069/90, cumulada com medida socioeducativa.

Por fim, acredita-se na relevância da continuidade de estudos sobre a temática, concluindo-se que o cuidado com os adolescentes deve ser dado com a efetivação das políticas sociais, com o Estado cumprindo seu papel de atuar na área da promoção social. Deve-se seguir a premissa da proteção integral do Estatuto, devendo o adolescente autor de ato infracional receber a remissão e/ou uma medida socioeducativa de maneira que possa

---

<sup>26</sup> Questão Social compreendida “como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p. 27). Sendo assim, a questão da adolescência e do ato infracional é vista como uma expressão da questão social.

interferir no seu processo de desenvolvimento e que acarrete em uma maior compreensão da realidade e efetiva integração social.

## REFERÊNCIAS

AMIN, Andréa Rodrigues. Evolução Histórica do Direito da Criança e do Adolescente. *In*: MACIEL, Kátia Regina Ferreira L. A. (coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos**. 4ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

ARAÚJO, Sérgio Luiz de Souza. **Teoria Geral do Processo Penal**. Mandamentos: Belo Horizonte, 1999.

BRASIL. **Código de Menores**. Decreto n. 17.943 A, de 12 de outubro de 1927.

\_\_\_\_\_. **Código de Menores**. Lei n. 6.697, de 10 de outubro de 1979.

\_\_\_\_\_. **Código Penal da República** de 1890. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Edição Administrativa Atualizada em maio de 1999.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8069/90, de 13 de julho de 1990. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – Brasília: 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 16.272, de 20 de dezembro de 1923. Aprova o regulamento da assistência e protecção aos menores abandonados e delinqüentes.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília-DF: CONANDA, 2006. p.63.

CABRERA, Carlos Cabral; COSTA, Luiz Guilherme da; JUNIOR, Roberto Mendes de Freitas. **Direitos da criança, do adolescente e do idoso**: doutrina e legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

CHIAVENATO, Júli J. **O negro no Brasil – da senzala à guerra do Paraguai**. 1980.

CURY, Munir (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**. 8.ed.São Paulo: Malheiros, 2006.

CURY, Munir (coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 9ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2008

CURY, Munir (coord). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado** – Comentários Jurídicos e Sociais, 6ª ed. rev. e atual. pelo novo Código Civil, Ed. Malheiros, São Paulo, 2010-



D'ANDREA, Giuliano. **Noções de direito da criança e do adolescente**. Florianópolis: OAB-SC, 2005.

Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1959. Disponível em [http://198.106.103.111/cmdca/downloads/Declaracao\\_dos\\_Direitos\\_da\\_Crianca.pdf](http://198.106.103.111/cmdca/downloads/Declaracao_dos_Direitos_da_Crianca.pdf) Acesso em 18 de abril de 2012.

DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. **Estatuto da Criança e do adolescente**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009 (série leituras jurídicas: provas e concursos: v. 28).

DEL PRIORE, M. D. (Org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado**. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/69123586/Eca-Comentado-Murillo-Digiacomo> Acesso em 06 de maio de 2012.

ELIAS, R. J. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 1994.

ESPÍNDOLA, A. **Juizado da infância e da juventude de Florianópolis**. Estudo da instituição. Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, para a conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social, UFSC, 1997.

FALEIROS, Vicente. **Verso e reverso da proteção integral para criança e adolescente**. 2003, p. 8. Disponível em: <[http://serv01.informacao.andi.org.br/-ff379\\_111b38a50b9\\_-7fd6.pdf](http://serv01.informacao.andi.org.br/-ff379_111b38a50b9_-7fd6.pdf)>. Acesso em 01 de abril de 2012.

FONTES, R. Criança. **Revista Presença Pedagógica**, v.11, n.61, p. 03-05, jan./fev. 2005.

FRASSÃO, Marcia Cristina G. O. **Devolução de crianças colocadas em famílias substitutas**: Uma compreensão dos aspectos psicológicos, através dos procedimentos legais. Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia, 2000.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. **Diferentes concepções da infância e adolescência**: a importância da historicidade para sua construção. ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA, UERJ, RJ, v. 7, n. 1, p. 147-160, abr. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JESUS, Damásio E. de. Justiça Restaurativa no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 819, 30 set. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7359>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

JESUS, Maurício Neves. **Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral**. São Paulo: Servanda Editora, 2006.

KAMINISKI, André Karst. **O Conselho Tutelar, a criança e o ato infracional: proteção ou punição?** Canoas: Ed. Ulbra, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed.. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira – O óbvio e o contraditório da roda. In: DEL PRIORE, M. (Org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

LEAL, Maria Cristina. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Malheiros, 1991.

LIBERATI, Wilson Donizete. **Processo Penal Juvenil**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

LIMA, Fernanda da Silva. **Ato infracional e Medida Sócio-Educativa de Internamento, 2007**. Disponível em <http://www.ociocriativo.org/art.fernanda.pdf> Acesso em 27 de novembro de 2011.

LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, p. 61-75.

LONGO, Isis Souza. **Da legislação menorista ao eca: mudanças e permanências nos discursos e imaginário sobre a conduta infanto-juvenil**. 2008. Disponível em: <http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt8/ComunicacaoOral/ISIS%20SOUSA%20LONGO.pdf>.

MACHADO, Martha de Toledo. **A Proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos**. 1ª ed. São Paulo: Manole, 2003.

MAIA, Christianny Diógenes; VIDAL, Juan Pablo Colera; FRANÇA, Wallace Fernandes da. Crianças e Adolescentes como sujeitos de direitos. In: **Direitos Humanos in Legis: A criança e o adolescente como sujeitos de direitos**. Fortaleza: Faculdade Christus, 2010.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTINS, Daniele Comin. **Estatuto da Criança e do Adolescente & Política de atendimento**. Curitiba: Juruá, 2003.

MARTINS, Reginaldo Medeiros. **Medidas Socioeducativas e Regime de Semiliberdade: Possibilidades e Limites**. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

MEGGIATO, Jaqueline da Rosa. **Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação: Olhares e escutas sobre os fatores que influenciam o ato infracional**. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2008.

MICELI, Mariana Sant'Ana. **Por uma teoria do fazer – Pedagogia do (RE)conhecimento: educar para “crescer direito”**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Programa de Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NICKNICH, Mônica. **A Dignidade do Adolescente Autor de Ato Infracional: O Poder Judiciário como instrumento de efetivação**. Dissertação Submetida como Requisito para Obtenção do Grau de Mestre em Direito no Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina na área de concentração: Direito, Estado e Sociedade, 2009.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

OLIVEIRA, Juliene Aglio de; BRIGUENTI, Edileine Costa. **O Adolescente em conflito com a Lei e o papel do Assistente Social na perspectiva do projeto ético-político**. 2008 Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1580/1518> Acesso em 10 de maio de 2012.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 10ª Ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2009

PILOTTI, Francisco J; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Universitária Santa Úrsula, 384p. 1995.

\_\_\_\_\_. **A arte de governar criança:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2 ed rev. São Paulo: Cortez, 2009.

PITOMBEIRA, D. **Adolescentes em processo de exclusão social: uma reflexão sobre a construção de seus projetos de vida.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 10 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

PRÓ-MENINO. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (íntegra e comentários técnicos). 2007. Disponível em <http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/f21219e5-5dfe-4e5b-b99a-56f91288bae1/Default.aspx> Acesso em 06 de abril de 2012.

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Lições de Direito da criança e do adolescente.** 2.ed. Curitiba: Juruá, 2006.

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Lições de Direito da criança e do adolescente.** 3.ed. Curitiba: Juruá, 2011.

RIZZINI, Irma. **A assistência à infância na passagem para o século XX** – da repressão à reeducação. Revista Fórum Educacional n.2. 1990.

ROSA, Alexandre Moraes da. **Introdução crítica ao ato infracional:** princípios e garantias constitucionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **Adolescente com prática de ato infracional:** a questão da inimizabilidade penal. Serviço Social & Sociedade. Nº 67. ano XXII. Especial, 2001.

SALES, Cíntia Noêmia. **O Programa de Liberdade Assistida de Florianópolis na percepção dos adolescentes:** quem fala, quem cala? Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, 2007.

SANDRINI, P.R. **Medidas sócio-educativas:** uma reflexão sobre as implicações educacionais na transgressão à lei. Dissertação (Mestrado — Centro de Ciências da Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SANTOS, Danielle Maria Espezim dos; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Direito da criança e do adolescente**. Palhoça: Unisul Virtual, 2007. Disponível em [http://busca.unisul.br/pdf/88720\\_Danielle.pdf](http://busca.unisul.br/pdf/88720_Danielle.pdf) Acesso em 20 de julho de 2012.

SARAIVA, João Batista Costa. **Adolescentes e ato infracional**: garantias e medidas socioeducativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

\_\_\_\_\_. **Adolescente em conflito com a lei**: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

\_\_\_\_\_. **Compêndio de direito penal juvenil**: adolescente e ato infracional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SEGALIN, Andreia. **Respostas Sócio-Políticas ao conflito com a lei na Adolescência**: Discursos dos Operadores do Sistema Socioeducativo, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, 2008.

SILVA, C. G. P. P. Código Mello Mattos: Um olhar sobre a assistência e a proteção aos menores . Em Debate (PUCRJ. Online) v. 8, p. 1, 2009. Disponível em <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/14406/14406.PDFXXvmi..> Acesso em 30 de março de 2012.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA, 2004. p. 292. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 30 de março de 2012.

SILVA, Karina Olindina da. **Estudo do perfil do adolescente autor de ato infracional que recebeu a medida socioeducativa de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade em Florianópolis nos anos de 1998, 2002 e 2010**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2010.

SILVA, Marcelo Gomes. **Ato infracional e garantias**: uma crítica ao direito penal juvenil. Florianópolis: Conceito, 2008.

SOUZA, Marli Palma. **Crianças e Adolescentes**: absoluta prioridade? In: Revista Katalysis. n. 2 Florianópolis: UFSC, 1998. p. 41-48.

SPOSATO, Karyna Batista. **O Direito Penal Juvenil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

TAVARES, Patrícia Silveira. As Medidas de Proteção. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira L. A. (coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos**. 4ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Histórico do Poder Judiciário de Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.tj.sc.gov.br/institucional/museu/historico.htm> Acesso em 01 de julho de 2012.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1999.

\_\_\_\_\_. **Direito da Criança e do Adolescente: volume 5 - coleção resumos jurídicos**. Florianópolis: OAB-SC Editora, 2006.

VERONESE; Josiane Rose Petry; SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia. **Infância e Adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões**. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2001.

VERONESE, Josiane Rose Petry; QUANDT, Guilherme de Oliveira; OLIVEIRA, Luciene de Cássia Policarpo. O ato infracional e a aplicação das medidas sócio-educativas: algumas considerações pedagógicas. In VERONESE, Josiane Rose Petry, SOUZA, Marli Palma, MIOTO, Regina Célia Tamasso (org). **Infância e Adolescência, O Conflito com a Lei: algumas discussões**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

VERONESE, Josiane Rose Petry; RODRIGUES, Walquíria Machado. A figura da criança e do adolescente no contexto social: de vítimas a autores de ato infracional. In VERONESE, Josiane Rose Petry, SOUZA, Marli Palma, MIOTO, Regina Célia Tamasso (org). **Infância e Adolescência, O Conflito com a Lei: algumas discussões**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

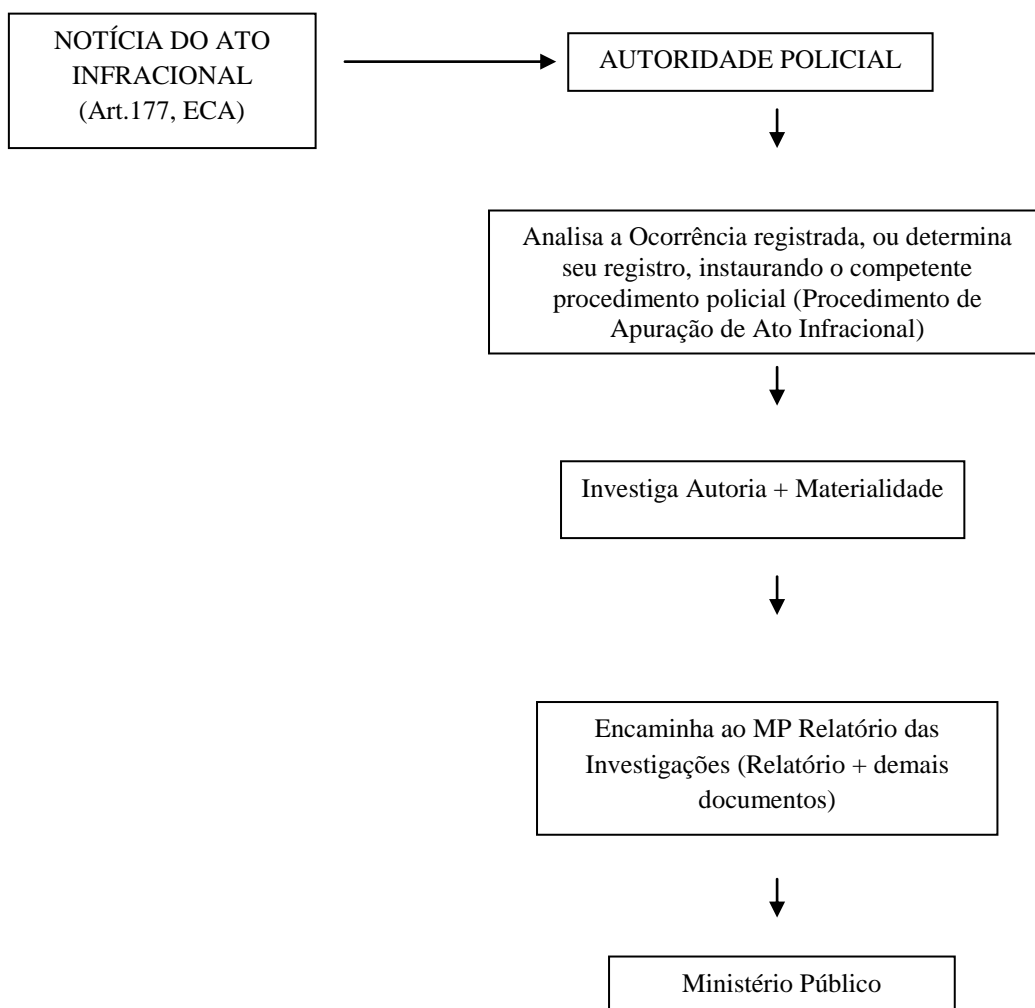
VEZZULLA, Juan Carlos. **A mediação de conflitos com adolescentes autores de ato infracional**. Florianópolis: Habitus, 2006.

VILHENA JÚNIOR, Ernani de Menezes. **A remissão no novo Estatuto**. Revista Justitia. São Paulo, 154,abr./jun, 1991.

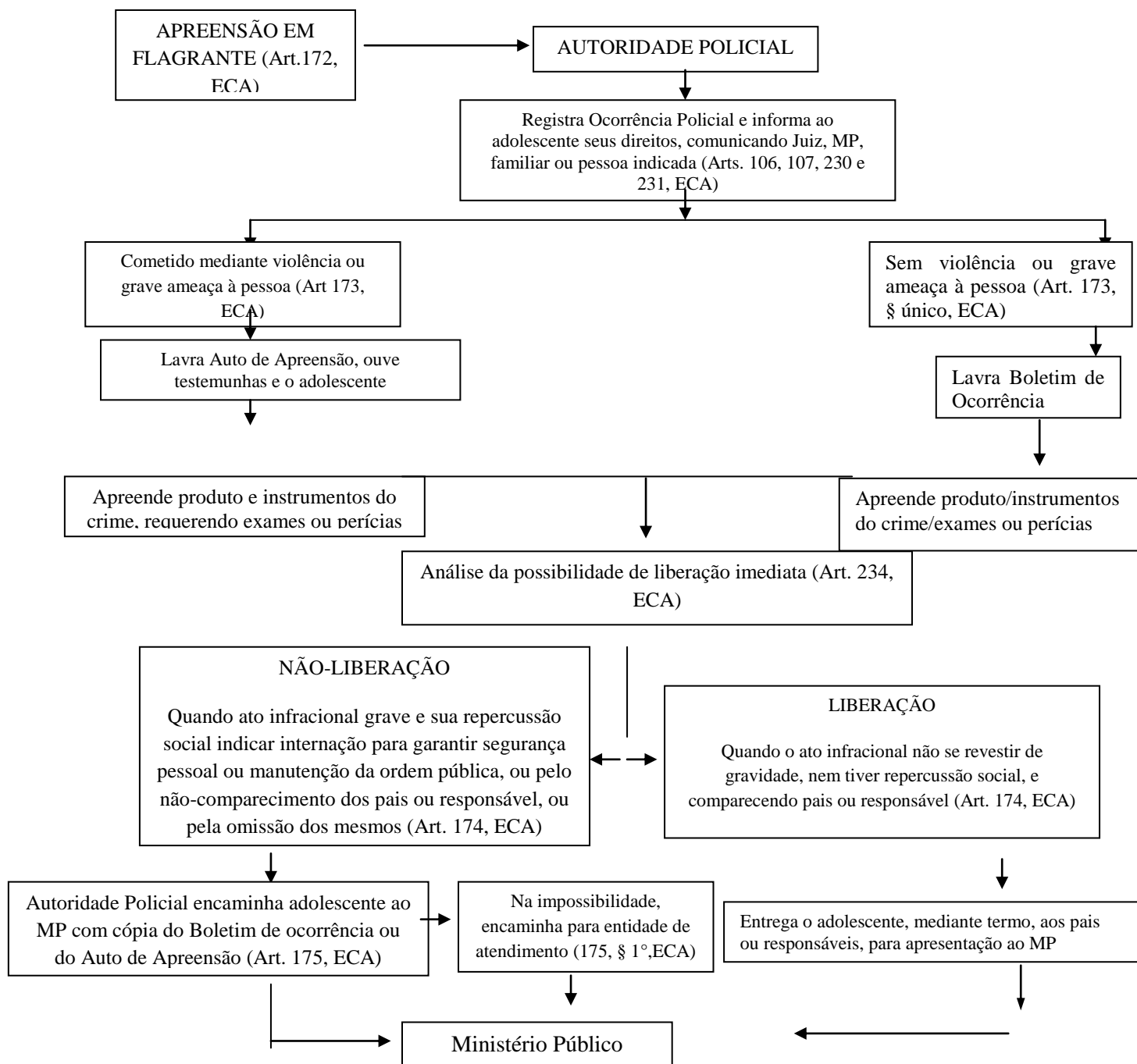
## ANEXO A: FLUXOGRAMAS DO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTES INFRATORES

### 1 FASE POLICIAL

#### 1.1. SITUAÇÃO DE NÃO-FLAGRÂNCIA (OCORRÊNCIAS ABERTAS)

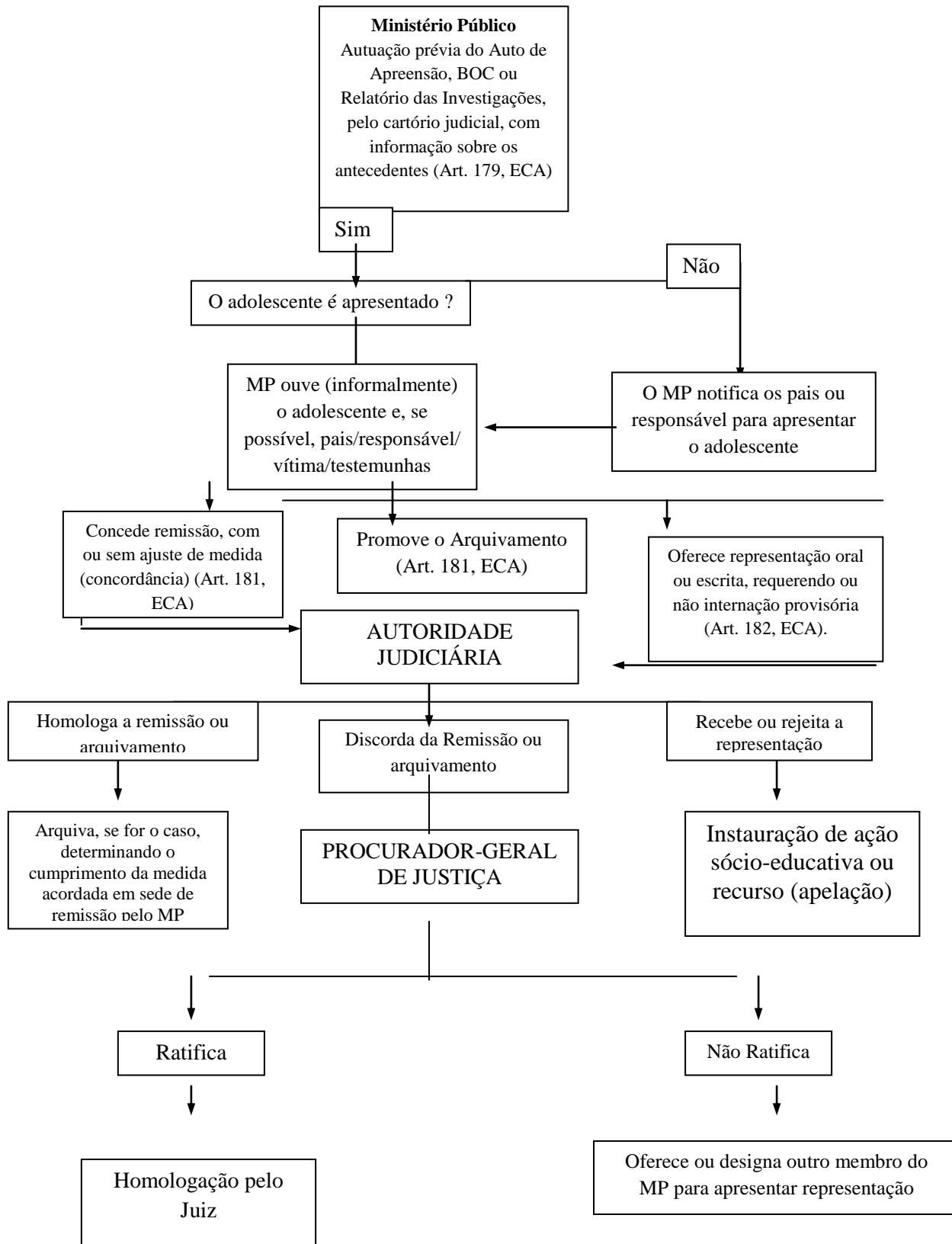


## 1.2. SITUAÇÃO DE FLAGRÂNCIA (OCORRÊNCIAS FECHADAS – FLAGRANTE DELITO)

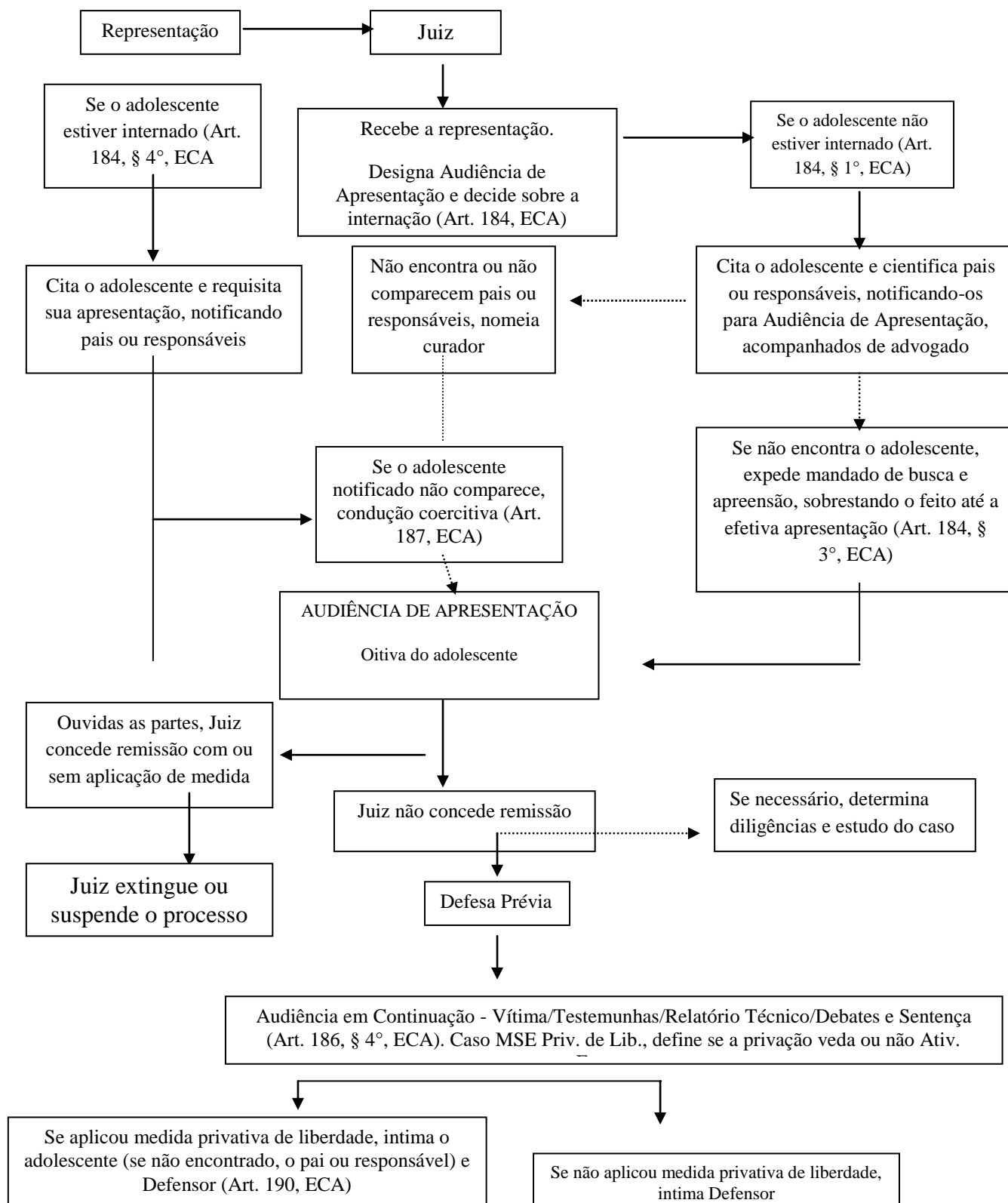




## 2. FASE MINISTERIAL



### 3. FASE JUDICIAL



Fonte: CHRISTIAN NEDEL. JUSTIÇA INSTANTÂNEA: uma análise dos mecanismos de integração operacional para o atendimento inicial de adolescentes em conflito com a lei. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2007.

**APÊNDICE A: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA  
ACADÊMICO-CIENTÍFICA**

Através do presente instrumento, solicito da Juíza Brigitte Remor de Souza May, autorização para realização de pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da acadêmica Priscilla Bernardino Neto, brasileira, portadora da identidade 3.900-812, do CPF 055.966.349-80, residente e domiciliada na Rua Laércio Costa, 125, bairro Trindade – Florianópolis/SC, orientada pela Professora MSc. Letícia Soares Nunes e, tendo como título preliminar Uma análise acerca da aplicação **DA REMISSÃO**, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), cumulada com Medida Sócio-educativa, **PELA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DA CAPITAL**. A coleta de dados será feita através da leitura dos processos dos anos de 2010 e 2011, analisando-se a idade dos adolescentes, o sexo, as medidas que foram aplicadas cumuladas com a remissão e suas justificativas, seguindo a Proposta de Pesquisa em anexo.

A presente atividade é requisito para a conclusão do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina. As informações aqui prestadas não serão divulgadas sem a autorização final da Instituição e da Vara da Infância e da Juventude, além de ser mantido o sigilo, não se apresentando o nome dos adolescentes a qualquer tempo.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Florianópolis, 12 de março de 2012.

---

Priscilla Bernardino Neto

---

Juíza da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital

**APÊNDICE B: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA  
ACADÊMICO-CIENTÍFICA**

Através do presente instrumento, solicito do **Dr (a). \_\_\_\_\_, função \_\_\_\_\_**, AUTORIZAÇÃO para realização de questionário ou entrevista integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da acadêmica **Priscilla Bernardino Neto**, brasileira, portadora da identidade 3.900-812, do CPF 055.966.349-80, residente e domiciliada na Rua Laércio Costa, 125, bairro Trindade – Florianópolis/SC, com telefone para contato (48) 8429-0112, orientada pela Professora MSc. Letícia Soares Nunes, tendo como título preliminar **Uma análise acerca da aplicação da remissão, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), cumulada com Medida Sócio-educativa, pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital.**

Durante o período de 25 de abril de 2012 ao presente dia, foram analisados os processos que chegaram à Vara no ano de 2011, constatando-se a instituição da remissão cumulativamente com medida socioeducativa, quais delas foram mais aplicadas e o ato infracional praticado. Contudo, para uma maior profundidade da pesquisa, faz-se necessária a elaboração de um questionário, ou da realização de uma entrevista, de acordo com a disponibilidade de Vossa Excelência, com, no máximo, cinco questionamentos. Informo que a mesma solicitação foi feita ao Promotor de Justiça da 15ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital e à Juíza da Vara da Infância e da Juventude.

A presente atividade é requisito para a conclusão do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, devendo ser concluída até o dia 20 de julho de 2012 e defendida em 07 de agosto de 2012.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Florianópolis, 20 de junho de 2012.

---

Priscilla Bernardino Neto

---

Sujeito da pesquisa

## APÊNDICE C: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Este formulário é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, da acadêmica Priscilla Bernardino Neto, orientado pela Profa. MSc. Letícia Soares Nunes, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob o título de: Uma análise acerca da aplicação da remissão, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), cumulada com Medida Sócio-educativa, pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital.

Desde já agradecemos pela sua colaboração e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

<b>Nome:</b>
<b>Função ou Cargo Atual que exerce:</b>
<b>Quanto tempo trabalha na sua função atual?</b>

1) Foi possível verificar, com base nos dados dos processos de 2011 que, normalmente, a há maior incidência da aplicação de “Advertência” em casos de tóxicos e furtos; a “Obrigação de reparar o dano” em casos de furtos; a “Prestação de Serviços à Comunidade” em casos de tóxicos, armas e munição e delitos de trânsito; a “Liberdade Assistida”, a “Semiliberdade” e a “Internação” em casos de roubos/extorsões e tóxicos.

Diante disso, questiona-se qual(is) critério(s) são obtidos no momento de aplicação da medida socioeducativa?

2) Constatou-se uma predominância por aplicação de medida socioeducativa em meio aberto nos processos. A “Prestação de Serviços à Comunidade” foi aplicada para 164 adolescentes, a “Liberdade Assistida” para 133, a “Advertência” 99 e a “Obrigação de reparar o dano” para dois adolescentes, totalizando-se 389 adolescentes. Já as medidas em meio fechado foram aplicadas para 100 adolescentes. Qual é a justificativa?

3) Verificou-se que sempre que é aplicada uma medida socioeducativa esta é instituída cumulativamente à remissão. Em que casos a Remissão é instituída e por quê?

**4)** Há, no âmbito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital em 2011, 838 processos em função de ato infracional. Porém, desse total, há ainda em 2012, 228 processos (com 286 adolescentes), que não foram determinadas medidas socioeducativas ou remissão. Qual a razão?

**5)** Ficou constatado em alguns Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos no âmbito do Serviço Social, como o de Vidal (2003), Segalin (2008), Silva (2010), e na coleta de dados para a pesquisa, que há uma demora na aplicação da medida, além de ocorrer a não execução imediata das medidas por falta de vagas ou programas. Na sua avaliação, tanto a demora na aplicação da medida, quanto a demora na execução, podem trazer prejuízos ao processo educativo proposto pela medida socioeducativa? Se sim, quais estratégias avalia necessário realizar para minimizar essa questão?

**6)** Na sua opinião, o que se espera diante do comportamento ilícito do adolescente a partir da aplicação da remissão cumulada com medidas socioeducativas? Que ações seriam mais eficazes para o afastamento do jovem da criminalidade ou para romper com a prática infracional?

**7)** Como você avalia a operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à problemática do ato infracional na adolescência?

## **APÊNDICE D: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Uma análise dos processos de apuração de ato infracional de 2011 da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital/Florianópolis: foco na aplicação da remissão cumulada com medida socioeducativa”. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com o Departamento de Serviço Social /UFSC.

O objetivo deste estudo é analisar, com base nos processos de apuração de ato infracional de 2011 da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital/Florianópolis, os motivos que levam os juristas a cumular ou não remissão e medida socioeducativa.

Sua contribuição para esta pesquisa será através da participação nas entrevistas, possibilitando a coleta dos dados empíricos que servirão de material ilustrativo ao Estudo de Caso proposto.

Estão assegurados os princípios éticos para a realização desta pesquisa (Resolução CFESS N°.273/93) acordando a partir do seu Consentimento Livre e Esclarecido que, as informações obtidas através deste estudo serão socializadas e identificadas pela função que você exerce no âmbito do atendimento socioeducativo, tendo em vista explicitar os diferentes discursos a depender de sua inserção sócio-institucional.

A gravação da entrevista está de acordo e poderá ser transcrita em sua integralidade, com vistas em contribuir com o processo de análise necessária.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora e de sua orientadora, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação a qualquer momento.

Acadêmica: Priscilla Bernardino Neto  
Rua: Laércio Costa, nº 125  
Fone: (48) 8429-0112

Professora Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso — Profa. MSc. Letícia Soares Nunes  
Departamento de Serviço Social  
Fone: 3721-9540

Certa de sua colaboração agradeço sua disponibilidade em participar deste estudo!

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar, desde que respeitadas as respectivas proposições contidas neste termo.

---

Sujeito da Pesquisa  
Advogado da Vara da Infância e da Juventude

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2012.